À Margem da História da República

TOMO II

Vicente Licínio Cardoso

DO PENSAMENTO POLÍTICO REPUBLICANO

mara dos Deputados
Editora Universidade de Brasília

À Margem da História da República

TOMO II

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presidente: NELSON MARCHEZAN
1.º Vice-Presidente: HAROLDO SANFORD
2.º Vice-Presidente: FREITAS NOBRE
1.º Secretário: FURTADO LEITE
2.º Secretário: CARLOS WILSON
3.º Secretário: JOSÉ CAMARGO
4.º Secretário: PAES DE ANDRADE

SUPLENTES DE SECRETÁRIOS

1.º Suplente: SIMÃO SESSIM
2.º Suplente: JOEL FERREIRA
3.º Suplente: LÚCIA VIVEIROS
4.º Suplente: JACKSON BARRETO

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretário-Geral: PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA

DIRETORIA-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretor-Geral: ALTERedo DE JESUS BARROS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CONSELHO DIRETOR

Abílio Machado Filho
Amadeu Cury
Aristides Azevedo Pacheco Leão
Isaac Kerstenetzky
José Carlos de Almeida Azevedo
José Carlos Vieira de Figueiredo
José Ephim Mindlin
José Vieira de Vasconcellos

Reitor: José Carlos de Almeida Azevedo
Vice-Reitor: Luiz Ozório Moraes de Sousa Carro

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CONSELHO EDITORIAL

Afonso Arinos de Melo Franco
Arnaldo Machado Cunha Filho
Cândido Mendes de Almeida
Carlos Castello Branco
Geraldo Severo de Souza Ávila
Heitor Aquino Ferreira
Hélio Jaguaribe
Joaquim Marinho
José Francisco Paes Landim
José Honório Rodrigues
Miguel Reale
Octaciano Nogueira
Tércio Sampaio Ferraz Júnior
Valmir Chaves de Albuquerque Nascimento
Vicente de Paulo Barreto

Presidente: Carlos Henrique Cardim

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA LEGISLATIVA
Diretor: *G. Humberto Barbosa*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
Diretor: *Aristeu Gonçalves de Melo*

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES
Diretora: *Maria Lúcia da Silva Braga*

À Margem da História da República

TOMO II

Vicente Licínio Cardoso

Biblioteca do Pensamento Político Republicano
VOLUME 8

Câmara dos Deputados
Editora Universidade de Brasília

Este livro ou parte dele
não pode ser reproduzido por qualquer meio
sem autorização escrita do Editor.

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário — Asa Norte
70910 Brasília — Distrito Federal

Copyright © 1981 by Editora Universidade de Brasília

Fundação Getúlio Vargas
BIBLIOTECA MINISTRO
345 (81.3 (81)

Revisão Gráfica
Ligia do Amaro Almeida Madruga

Cardoso, Vicente Licínio, 1889-1951.
C268a À margem da história da república. Intr. de Alberto Venâncio Filho. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1981.

2v. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 8)

1. Política — Brasil — História — Coletâneas. 2. Brasil — História — República — Coletâneas. I. Título. II. Série.

CDU — 329(81)(058)
981.07(08)

VICENTE LICÍNIO CARDOSO (Organizador)

À MARGEM DA HISTÓRIA DA REPÚBLICA

Inquérito por escritores da geração nascida com a República

2ª edição

Introdução de Alberto Venâncio Filho

Vol. II

NOTA DO EDITOR

A primeira edição desta livro apareceu em 1924. Corresponde ao balanço do período republicano efetivado por um grupo muito representativo de intelectuais da época. Esta segunda edição acha-se enriquecida pela introdução do prof. Alberto Venâncio *Filho*.

Por comodidade editorial, o livro foi dividido em dois volumes. Nesta segunda edição, figuram os ensaios de Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira, Tristão de Ataíde e do organizador da coletânea, Vicente Licínio Cardoso. No primeiro volume, acham-se os ensaios de A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jonathas Serrano, José Antonio Nogueira, Nuno Pinheiro e Oliveira Viana, além da nova introdução de Alberto Venâncio Filho.

Acrescentou-se à esta reedição, figurando neste volume, uma carta de Alceu Amoroso Lima, dirigida a Alberto Venâncio Filho, contendo valioso depoimento sobre o preparo da primeira edição e do próprio ambiente cultural em que teve lugar.

ÍNDICE DO TOMO II

Nota Inicial

Preliminares para a Revisão Constitucional de Pontes de Miranda 1

Raízes da Nacionalidade Brasileira de Ronald de Carvalho. 25

A Consciência Revolucionária por Tasso da Silveira 39

Política e Letras por Tristão de Athayde 47

Benjamin Constant, o Fundador da República, por Vicente Licínio Cardoso. 81

À Margem da República por Vicente Licínio Cardoso. 95

APÊNDICE — Carta de Alceu Amoroso Lima sobre a 1ª edição 113

Nota Liminar

O presente é o segundo volume da reedição de *À Margem da História da República*, cuja primeira edição apareceu em 1924. A obra representa um balanço do período republicano realizado por um grupo muito representativo de intelectuais da época. A introdução do prof. Alberto Venâncio Filho, publicada no primeiro dos volumes, realça especialmente essa reedição.

Neste volume, encontram-se incluídos os estudos de Euclides da Cunha, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira, Tristão de Athayde e do organizador da coletânea, Vicente Licínio de Cardoso.

Preliminares para a Revisão Constitucional

Pontes de Miranda

I. As três políticas (empírica, apriorística e científica)

Há três políticas:

1. A do empirismo.
2. A do apriorismo.
3. A da ciência.

A PRIMEIRA é feita de fato em fatos, empiricamente. É a nossa política colonial e imperial. A segunda com princípios abstratos, do mais requintado racionalismo: para esta, a sociedade pode acompanhar as construções aprioristas dos homens e tem de amoldar-se a elas. É a política de parte do Império e da República. É a retórica, é o sofisma; é a oratória racionalista e liberal. A terceira procura as leis científicas e por intermédio delas consegue atuar. José Bonifácio, semi-racionalista, foi a nossa tentativa única.

Todos os povos deviam passar pelas fases que correspondem às três políticas; alguns, porém, não têm elementos para sair da primeira, outros põem um pé no primeiro degrau e outro, no segundo (Brasil). Como as duas fases iniciais não bastam para a luta internacional nos nossos dias, a cada momento vem o desespero; e a mentalidade cai no empirismo, que é o chão em que se apóia a escada das evoluções. Volta.

Estamos precisamente no momento de resistir e prosseguir; desde o começo deste século as camadas dirigentes estão a levar-nos fragorosamente para o empirismo: forcemos o passo adiante e ponha-se um pé na terceira fase.

Para que o conhecimento seja aproveitado na prática é mister que aos indicativos se associem premissas no imperativo, ao saber (empírico, racionalista, científico) a vontade. No empirismo, tais premissas no imperativo são dadas pelos instintos, ainda quando sob formas espiritualizadas. No racionalismo, pela razão. Na ciência, pela convicção do sentido das evoluções e do melhor que elas realizam.

Não é escusado caracterizar as três fases:

I. Empirismo: conserva-se o que é, deixa-se aos fatos a composição do presente e do futuro como se lhes deixou a do passado, e este, por vir primeiro e ser causa, determina o hoje e o porvir; as sensações humanas, o pluralismo dos sentidos, a intuição guiam os espíritos e as ações; o que é só é porque assim deve ser. Impera a tradição.

2. Racionalismo: a) atenuado ou misto (empírico-racionalismo) – conserve-se o que é, porque tudo que aí está se deduz de princípios fundamentais, revelados à razão; b) puro – a razão é universal e característica dos homens, que são iguais, e o homem que faz a sociedade a pode refazer como entender; desde que a razão está de posse do princípio ou dos princípios, que precisa formular, o físico, o naturalista, o biólogo, o político, nada mais têm a fazer do que deduzir deles todas as leis e todas as regras.

3. Ciência: conheçamos o que é, as conseqüências de assim ser e as variáveis de que tais conseqüências são funções: saber como se evitam e como se favorecem certos fatos, para que, evitados ou precipitados ou aumentados, se evitem, se apressem, ou se exaltem as suas conseqüências.

A política científica é o mercê da ciência a serviço dos fins humanos, da felicidade pública. Caracterizam-na grande sentimento de circunspecção e a ambição de realizações práticas, imediatas, perseverantes. Não quer revolver o estado atual; mas não o pressupõe, *a priori*, perfeito e intangível. É preciso que o direito público alcance tudo que é público, porque a experiência e a sociologia mostraram a insuficiência e a inanidade das medidas individuais: a doença, a falta de trabalho, a invalidez, a velhice, o alcoolismo, a ignorância, a imoralidade, tudo isto deve ser tratado com o critério, as instituições e a técnica do direito público, desde a educação às proibições e às mais decisivas providências de solidariedade social.

II. A irresponsabilidade atual

Não há nenhum país em que sejam tão irresponsáveis e tão irresponsabilizados os dirigentes, os funcionários e os próprios particulares. Nada se apura; só há um intuito para os desmandos e as dilapidações dos dinheiros públicos, dos incapazes, das instituições: o apetite dos funcionários, governantes e gestores. A melhor indústria é o Tesouro: cada governo traz o seu programa e os programas, a despeito da vigilância de algum Presidente, logo se tornam função dos interesses de certos capitalistas. É tão bem organizado o assalto mensal e anual ao erário público que há consórcios para as concorrências e só este pode consegui-las. O lucro é tão grande que dá para ser dividido por mais de vinte membros do grupo.

Na República não há exemplo de responsabilização real e justa de políticos. Não há lei para o processo de Ministros do Supremo Tribunal Federal: são absolutamente irresponsáveis. Estão em situação que pode reputar-se única em todo o mundo. Podem fazer o que bem entendam.

E o país, endividado, pobre, desmoralizado, cambaleia por aí afora, megalomaníaco, no seu gigantismo doentio de colosso esqualido e corrido.

No entanto, qualquer punhado de homens de medíocre honradez, poderia ir buscar, – dentro da lei – onde está (e sabemos todos), o dinheiro suficiente para diminuir os nossos compromissos exteriores, sem os vexames do exame de escrita e das condições financeiras, a que desgraçadamente já assistimos. A fim de reeducar o povo, devemos mostrar qual o mal, que aos próprios negociatas e imorais fazem a imoralidade e a ganância

dos seus atos. A fim de eliminar os elementos profundamente viciados, devemos entregar a tribunais de profissões diferentes da do acusado o julgamento dos seus atos de gestão. Acabe-se, assim, o juízo dos pares.

O gestor que entra deve aprovar os atos do que sai e – se não denunciar tudo que souber – responderá com aquele que ficou impune por falta de denúncia. Quem assume cargos públicos é obrigado a dar contas, anualmente, de todas as suas economias e do que possui. Se alguma coisa ocultar, pertencerá ao estado e metade ao denunciante, se não tiver de reverter aos cofres a que pertenciam. Adotar-se-á rigorosa lei de enriquecimento indébito, aproveitando-se as experiências de outros povos.

Inexorável punição dos políticos e dos juízes, mas vedados e punidos os escândalos e as explorações que só resultam em desmoralização do nome nacional.

III. Os nossos males (42-A)

1. A origem social

Salvo certas medidas de profilaxia, não cuidamos do homem. Pela raça nada se tem feito. Tudo está por fazer. Em muitos Estados da América do Norte, vão as providências aos extremos de castrar os anormais – nós, brasileiros, recebemos imigrantes cegos, imbecis e doentes. Quando encontrardes na rua Gonçalves Dias algum tocador de guitarra ou bandolim, de olhos apagados, perguntai de onde veio e se já era cego quando chegou. Então vos certificareis de que somos o caixão de lixo do mundo. Os descendentes de tal gente – e nós vos poderíamos mostrar, com as leis de Mendel, como será tal descendência – serão os maridos das vossas netas e as mulheres dos vossos netos. Há imigrantes que vêm [illegible] da Europa para o Brasil. Idiotas, imbecis, imorais, desequilibrados, psicopatas, paranóicos, [illegible], – tudo nos invade e aqui vem reproduzir-se, contaminar-nos, baixar, ainda mais, o nível moral e psíquico da população brasileira.

Nada disso querem ver os nossos pseudo-estadistas. O maior deles vivia preocupado com frases bonitas e questões de gramática. Tal qual no tempo de Leonardo Bruni e dos demais espíritos do *Quattrocento*. Os outros, nem isso; gente de poucas letras e suprema vaidade. O analfabetismo, o atraso da agricultura, e das indústrias, a mentalidade dos dirigentes, dos juristas (principalmente dos juristas) e dos diretores de opinião, a deficiência de hospitais, laboratórios e institutos de educação e correção, tudo evidencia a nossa inadaptação à vida moderna, a nossa dificuldade de nos ajustar à evolução dos outros povos. Os nossos menores institutos e reformas levam consigo os sinais de tal insuficiência, que não se vê no todo nacional, porque é a medida dele, mas ressalta na comparação com os outros povos. *São marcas que não se apagam*, como as cicatrizes no pescoço dos antigos escravos, postos a ferro.

A venalidade, – quem não a vê, quem não a lamenta! Já nas primeiras décadas da Independência, escreve o Visconde de Goiana: "Pagamentos mesquinhos a pessoas misera-

42-A. Desdobrado o capítulo para manter a sistemática da exposição (nota do organizador da reedição).

veis eram profundamente combatidos e negados como objetos financeiros de caloroso fiscalização. Pagavam-se, porém, prontamente, milhares de contos de réis pelos armamentos, pelas embarcações, petrechos de guerra, oficiais militares, e tudo quanto servia para abater brasileiros em 1822.

Já no Império, era no soberano, mais do que nos partidos, que se apoiavam os políticos; na República, todos sabemos o que significa a vontade dos Presidentes da República e dos Presidentes de Estados: vivemos sob o mandonismo de vinte pequenos chefes, sob a hegemonia do maior deles, promovido em conciliábulos. Não é a vida tribal, porque nas tribos há a seleção da guerra, da caça e da pesca, e nós só temos a da intriga e dos conchavos. Não é feudalismo, porque nas terras que o tiveram havia a escola do brio e da dignidade, o arrojo do cavaleiro e o amor dos grandes atos. É o despotismo das oligarquias sem história, sacrificadas no proletário das transições hereditárias ou parentais, mas fortalecidas na experiência de procurar títulos e desfibrados para as encenações constitucionais, as substituições e os acordos.

No fundo dos nossos problemas políticos está, como um dos mais graves, o da justiça. Em toda a nossa história, a venalidade, o partidarismo e a prepotência são tão graves que talvez, sanado isto, tenhamos conseguido quase tudo. Ler nos nossos melhores historiadores os fatos do século passado e penetrar na vida de hoje é convencer-se de que sem ter, num grande golpe de estadista, toda a justiça do país libertada da má política, é vencer mais de metade do caminho. Acostumamos o povo no arrendamento de cargos públicos, passou ele à "compra e venda", a dinheiro contado, em muitos Estados, como em Alagoas, e em barganhas políticas, em todo o Brasil. Tivemos a eleitoralidade, que ensinou o potentado a "contar com o juiz".

Com o Código do Processo de 1832 demos o primeiro grande golpe na armadura da organização empírica que nos vinha da colônia. — criamos os juízes de paz eletivos, e puseram-lhes nas mãos o aparelho compressor. Depois, com o Ato Adicional obviou-se-à a este exagerado localismo judiciário, às ordens dos mandões territoriais. Surgirá o despotismo provincial, com os prefeitos nomeados, que foi um mal junto ao bem imperfeito da provincialização da justiça de paz e da guarda nacional.

Tudo isto cópia do estrangeiro, do que nada tem conosco: a eletividade dos juízes, o júri, o municipalismo, o federalismo, os princípios abstratos de liberdade, etc. Quase desmembramos o país em menos de um século de racionalismo, desgraçadamente ainda dominante e culminante na República. Tínhamos o milagre da unidade e quisemos dividir-nos como estavam os norte-americanos que batalharam pela União, que não a tinham como a tivemos e por imitação e apriorismo superficial sacrificamos.

A Lei de 3 de dezembro de 1841 evidencia a volta ao empirismo, a renúncia às tentativas descentralizadoras, municipalista em 1832 e provincialista com o Ato Adicional. Que demonstra isso? O bom senso dos homens de então. Erraram? Que se corrija o que é mal para o país. Infelizmente, ao erro de ação correspondeu o excesso ou erro de reação.

A organização municipalista só poderia ser instituída, com maior ou menor autonomia, como função da densidade de população e de outros fatores.

A menor unidade social do Brasil é o latifúndio; as povoações e as vilas muitas vezes

se acham dentro deles. O município é uma abstração. Abstração, a província. Abstração, o regime representativo aplicado em população quase analfabeta e com o absenteísmo dos melhores elementos, a quem repugna figurar na farsa. Que as cidades tivessem a sua relativa autonomia, compreende-se; mas que os latifúndios representem a comédia municipal, só a ignorância pode admitir e o apriorismo justificar. Precisamos criar, com elementos reais, *instituições de solidariedade social*; porém, não serão nem podem ser o que surgiu em meio completamente diferente, como o europeu. Só há uma unidade real no Brasil, o império, a nação. E por que existe ela se tantos elementos secularmente convergem contra ela? Respondemos de modo cabal, porque saído da própria pergunta: "Por isso mesmo, porque ela existe a despeito de todos esses elementos negativos (descontinuidade demográfica, diferença de cristalizações étnico-sociais, de vida econômica e social) e de todos os golpes que lhe tem desferido o apriorismo. E esta nação, esta unidade, é o nosso motivo único de justo orgulho e o único título de verdade que poderemos atirar por sobre a mesa, quando tivermos de invocar perante os povos o nosso direito à existência e à presunção de que somos capazes. Porque isso, iniciado pelo povo colonizador e realizado por nós, é obra nossa, da política imperial, que vela pelas fronteiras e fecha as portas à desordem circunjacente, e do princípio de autoridade que se distila, rumoroso ou brando, através dos fidalgos coloniais, da aristocracia rural, dos estadistas da monarquia e de três ou quatro nomes da República".

Contra os nossos destinos, estiveram os que importaram o apriorismo filosófico e político, o capitalismo opressor e cego, a imitação de costumes e hábitos moralmente inferiores aos nossos, como se os nossos não fossem susceptíveis de evolução própria e segura.

Precisamos regenerar o Estado, a fim de que não enfraqueça, mais do que já está, o nosso único padrão de glória, que é a nação, o império que construímos. É preciso que os brasileiros vejam a unidade nacional através de homens que a mantenham e tenham a capacidade de interessar os milhões de habitantes na obra comum dos nossos destinos. Ora, é incrível que os maus governos que temos tido pôsem diante dos olhos desiludidos e desencantados dos nossos patrícios a odiosidade do poder despótico, rapinante, medíocre, corrupto, transitório e incolor.

Não temos forte classe média, independente, sadia, que obrigue os governos a respeitar a opinião e dedicar-se ao interesse público. Faltam-nos os *metecos* dos gregos, quando se deu a reação contra o despotismo do regime aristocrático, os *parvenus*, gente do comércio e da indústria, que apóiam os movimentos regeneradores. No Brasil, existe, fraca, dependente, ou — quando susceptível de independência — indiferente, egoísta, medrosa.

Mas se os males estão na composição étnica, no clima, nos costumes, é que já conhecemos as causas do estado atual do Brasil, e devemos reagir e defender-nos. Será o supremo esforço de salvação moral.

Tivemos momentos de pujança e foi aquele de que saiu a Independência, em que, depois, se formaram os partidos e se armou a luta honesta, leal e sã. O artificialismo político, a insídia dos medíocres, a conciliação fundada no interesse privado, tudo isso con-

correu para gastar as energias que trazíamos e atacar o brio, a dignidade, e o desinteresse cívico. Em 1858 estavam mortos os partidos, a esperteza substituía o valor, a intriga e a vaidade dos medíocres já venciam os talentos e os bons caracteres.

Quando, em 1889, afluem novos tipos de convicção e de amor às coisas públicas, como um Benjamin Constant e um Floriano Peixoto — o país parece convalescer, mas a onda de adesistas, educados nas manhas do período final da monarquia, e seus filhos, genros e afilhados, plasmados na mesma mentalidade de barganhas políticas e de transigências com fins pessoais, retoma o governo e lega-nos a dolorosa situação que aí está. Algo de bom e de sadio irrompe nas novas gerações. Se retomam elas o curso político que se perdeu na segunda metade do século passado e quis ressurgir em 1889, ou continuaremos a rolar na obliqüidade do caráter, do declínio e da moralidade pública.

Já no Império dizia o Marquês de Paraná que os partidos estavam em decadência. Mais acertado fôra afirmar, com Nabuco de Araújo, que se transformavam. Com a República, não desapareceram, sumiram. Veio a conhecida esperteza das conciliações, que matou os partidos. No vazio deixado por eles entrou o antagonismo entre o governante e o governado, a divisão entre o governo e o povo.

Ainda hoje, é justa a frase de Nabuco: "Qual o remédio da situação? É que venham as idéias para que possam vir os partidos." Mas será possível vencer aquilo que Otaviano, no *Correio Mercantil* de 27 de agosto de 1859, temia que se infiltrasse, — "as alianças forjadas no mistério, pela intriga, pela mediocridade inveterada, pela vaidade sem título"? A República realizou o que o grande jornalista do segundo reinado chamou a quadra das entidades microscópicas.

A política de conchavos, sem idéias e sem fronteiras, entre homens e entre Estados, contra homens e contra Estados, — esta, só em parte a previu Francisco Otaviano, porque, dos males que nos ameaçavam, nenhum era igual a este, que hoje nos deprime, da contínua guerra civil entre as unidades da federação.

Mas, os outros ele os temeu e exprobou. "Já tivemos", escrevia em 1857, "dois grandes partidos fortemente constituídos, com princípios estabelecidos, com chefes reconhecidos, com bandeira desfraldada, como os partidos da Inglaterra. Se a esses partidos se sucederam patrulhas sem bandeira, sem chefes e sem princípios, que se escaramuçam ou chegam a mesquinhos compromissos entre as ambições pessoais e os interesses particulares, o país terá perdido mais nestes cinco anos de trégua do que perdeu nos longos anos de luta: porque, se outrora derramou o seu sangue, nesta nova fase comprometeria a sua honra. Ser moderado não quer dizer abster-se: se os partidos têm necessidade de ceder de suas antigas exigências, não devem por isso largar de mão absolutamente os interesses públicos".

Quando se erigiu a monarquia constitucional, impôs-se à nação a exterioridade idealista de pomposa mitologia social. Vivemos-se quase três quartos de século dentro disto, a levar à cena, no trópico, a peça grave e superficialmente educadora do parlamentarismo inglês: gastamos no aprendizado de tal comédia os homens que conseguimos formar durante a vida menos hipócrita da colônia. Depois, quando já não podíamos suportar o bordado do constitucionalismo monárquico, improvisamos a República, que armou na praça pública da nossa civilização incipiente e heterogênea o vistoso coreto das institui-

ções norte-americanas, enfeitado de utopia francesa. E o resultado é o que aí está. Sociologicamente, nunca fomos monarquia, se bem que continuássemos império; e nunca, momento nenhum, fomos República: continuamos império, mas com tanta desenvoltura se há explorado a artificialidade da estrutura em proveito de interesses privados e tribais, que acabaremos por sacrificar o que nunca deixamos de ser, a despeito de certos atos de sugestão separatista antes e depois da Independência, — o império. Tal a nação. O Estado, esse, no Brasil, sempre foi oligárquico.

A mentalidade pública não permitiu que José Bonifácio se sentisse com forças para a obra inicial de democracia; os republicanos não a compreendiam, senão no que ela poderia ter de pior, — o apriorismo. E os mais brilhantes, como Rui Barbosa, nunca foram democratas; quando se esforçavam por ser, caíam na mais desbocada demagogia.

A revolução de 7 de abril, com o desfecho da abdicação de Pedro I, nasceu da artificialidade da solução que se dera ao Brasil e não resultaram graves conseqüências porque o imperador e alguns brasileiros de então representaram o papel de elementos providenciais.

Mas um país sem instrução pública e sem outra coisa que um escol, retórico, palrador e desunido, pior seria a República. Experimentou-se durante mais de dez anos; e todos sabemos o que foi o período da Regência. Era naqueles fatos, e não em livros de racionalistas franceses, que os homens de 1889 deveriam ter estudado o problema da melhor estrutura nacional: qual a República ou qual a monarquia que mais nos serviria.

Depois da experiência de República, que foi a fase regencial, vingaram a venalidade, o plutocratismo e a impunidade; nenhuma reação salutar seria possível, como hoje nenhuma poderá ser: os movimentos antigovernamentais são governamentais, de modo que se substituiria, na rotação, a metade da laranja pela outra metade. Se as conseqüências dos erros perturbam a vida comercial, que tem o tesouro como o melhor freguês, o governo compensa-o com letras contra o tesouro (novos impostos, empréstimos).

Era e é o papelismo. Crescera. E com o seu crescimento virão as emissões bancárias, o luxo, a baixa do câmbio em 1859, em 1922.

É a lição da história. É a lição de há pouco.

O partido conservador e o liberal, surgidos e mortos com o Império, e os próprios surtos genuinamente populares, como a agitação praieira, foram reais, porque assomavam na vida, representavam interesses e direitos, tinham por finalidade critérios de economia. Que deseja a Praia? Extinguir o monopólio estrangeiro do comércio e o monopólio das terras entregue ao feudalismo dos senhores de engenho.

Mas nada disto vingou; destruiu-se o poder dos senhores ilustres da aristocracia rural e desfez-se o monopólio territorial; enfraqueceram-se as chamadas classes conservadoras, que melhor se poderiam chamar independentes, e continuou o monopólio estrangeiro do comércio; aumentaram-se as leis mais liberais, e alimentou-se, progrediu e viceja o despotismo, a opressão, campou-se do mais extremo conservantismo e permitiu-se que apodrecessem as mais puras instituições sociais e as mais comprovadas.

Não há conservadores, nem liberais, nem patriotas, nem reacionários, nem subversivos; há egoístas, há desfibrados, há flexíveis e desvalidados. Só precisam de uma inteligência: a do verme da madeira, que como sempre e como nenhum outro sabe furar e dige-

dir; são como um pedaço do mesmo, que vivesse por si.

Não nos enganemos. Se gloriosos foram os portugueses de que descendemos, a glória deles passou; no concerto do mundo somos daqueles povos que não podem mover-se no banco de colegial, sem que peçam licença ao professor, que os vigia. Por outro lado, povos mestiços não são, não podem ser povos de limpeza mental e de moral firme e coesa: são povos moral e mentalmente mestiços. Tudo isso só se compensaria com sábia e providencial política, que nos desse em energia e esforço o que a história não nos pode dar.

Dizem que não há razão, no Brasil, para reivindicações proletárias. Há, sim, e do proletariado manual, do técnico, do intelectual. O brasileiro é um dos homens mais roubados do mundo: roubam-no, na sua estultíssima dos contratos seculares, empresas estrangeiras criadas com o nosso dinheiro e que, em regra, nunca trouxeram capital; roubam-no os que contam com a doentia tolerância do nosso temperamento.

No interior, a escravidão continua; poder-se-ia criar museu social, com os troncos, os instrumentos de suplício e de tortura, e o mundo certamente se espantaria de que tudo isso passasse em pleno século XX. Que nos vale, a nós, homens conscientes e cultos, as homenagens superficiais e passageiras, os cargos decorativos e as glórias efêmeras, se os nossos irmãos de certas zonas rurais, sob o despotismo do chefe político, ainda se acham em regime nitidamente colonial? Que nos vale ocupar posições invejáveis e desfrutar copiosos ordenados os descendentes de homens que vieram da Europa com os nossos avós e mais audazes do que eles, mais valorosos, porque se internaram no sertão e lutaram com a bravura da gente e da terra, definham, mal alimentados, nas choupanas imundas e rudimentares, depois de trabalhar, sem amparo moral e sem conforto, oprimidos e maltratados, de sol a sol, sob a chuva ou sob os raios ardentes do trópico? Que nos vale ocupar e florir se ao nosso lado, nas próprias cidades, vivem os nossos irmãos no nervosismo da miséria, que o clima agrava e exaspera?

Tudo isto reclama a obra da democracia. Democracia é igual ponto de partida para todos; e no Brasil, além de outras desigualdades, há a mais grave e a mais absurda: a da procedência territorial. Na luta pela vida política e social, os homens levam consigo o sinal da gleba: o filho dos pequenos Estados é pelo aparelho do artificialismo político prejudicado nas competições, amesquinhado; os grandes gozam de certa potenciação do seu valor medíocre. Donde o absurdo de assistirmos a assembléias que dispõem de altos elementos, solícitas e obedientes a mediocridades que se apresentam à liça com o arbitrário e antidemocrático prestígio da grandeza acidental dos seus Estados.

Há, pois, na Federação brasileira, mais do que erro, crime; e enquanto não se corrigir tão perigosa desigualdade, que se traduz, na vida individual, pelas injustiças preconcebidas e amargas, e, na vida política, pela luta entre os Estados, é precária a estabilidade social e, nublado o futuro. Não há, absolutamente, democracia. A própria estrutura geral denuncia a perpetuidade, a transformação de um país livre em porções subordinadas umas às outras, à divisão da grande pátria em Estados-senhores e Estados-escravos, em metrópoles e em colônias. Sobre a nua expressão de tão desoladora realidade, a mentira constitucional, o artificialismo, a desafeição e o vício.

Tenhamos coragem de erguer os braços, protestar contra os desfrutadores da desgraça, que nos coube no gesto infeliz daqueles idealistas republicanos que excluíram o uni-

tarismo, atenuador da desigualdade das províncias, e nos deixaram com o federalismo defeituosamente compreendido, a desproteção e o agravamento do grande mal da tradição territorial, sem outras justificativas que o próprio artificialismo da administração.

À Reforma! À Reforma! Mas a reforma que desartificialize o Brasil, que lhe adapte as peças, que o livre dos parasitos, que lhe dê a alegria de viver e de prosperar. É um doente desde 1821. "Basta", dizia o depois Barão de Campo Grande, "basta um olhar para o acervo de volumes de leis que se têm publicado de 1821 para cá! Aí está o corpo de delito, que demonstra miseravelmente uma verdade de desengano cruel, derrubado o antigo edifício, nada mais se tem feito que derrubar hoje o que se levantou ontem, levantar hoje para derrubar amanhã". Com o artificialismo veio a fraqueza de caráter, causa e efeito do abuso de legislação, do despotismo ministerial. "Sufocou-se" (queremos que continue a falar um homem da metade do século passado), "sufocou-se nos pleitos o interesse público, reinou o egoísmo e o próprio tão decantado patriotismo tornou-se moeda tão falsa e desprezível que veio a prestar somente para motejo e opróbrio. – ninguém mais quer ser patriota. ... Subiu a relaxação ao ponto de não só se não procurarem salvar as aparências e evitar o escândalo, mas até de se fazer alarde do que devia envergonhar. ... Nas próprias câmaras legislativas, gerais e provinciais, ao passo que na lei do orçamento se vão ... (frase parlamentar) os indefinidos artigos aditivos, profere-se com estrepitosa hilaridade: *Lá se vão embarcando e passando de bicos*".

É, pois, – desde muito e com raros intervalos de melhora, – a decadência de um organismo doente: cresceram as indústrias e a população, porém não como devia ter sido, e aquelas em grande parte por conta de outrem, de modo que um século depois chegamos à pior situação financeira que já tivemos e dias mais funestos nos esperam. Mas – quanto à monarquia – depõe Joaquim Nabuco: "quem não sente que realmente os costumes têm outra seriedade, a vida outra dignidade, a sociedade outros vínculos, o caráter outra têmpera, à medida que se remonta o passado"?

E hoje?

É o rolar. Não é a perpetuidade chinesa, porque a China deslizou horizontalmente; é, sim, o declive, a linha oblíqua dos povos que se despenham para o abismo do protetorado e da absorção, ou para o despertar, – cada vez mais dificultado e, depois de certo tempo, quase impossível, – que é salve da ruína e da soberania "duvidosa", como disse em cartão humorístico aos congressistas brasileiros (!) o sarcástico delegado dos Estados Unidos na Exposição de 1922, precisamente no ano do Centenário da Independência.

2. País sem partidos políticos

É o Brasil o único país do mundo sem partidos políticos. Não tem, sequer, simulacros. O que há são agrupamentos estaduais em torno de um homem ou de alguns homens, cujo valor é precário e passageiro, porque está intimamente ligado ao poder e não vive sem ele.

E os Estados disputam o poder central.

Na realidade, a luta é assaz perigosa e põe em risco a própria unidade nacional, porque é entre Estados: o Estado que se acha no poder, qualquer que seja ele (salvo os peque-

nas, já se vê, que não são certos Estados e só os seus grandes filhos lhe podem dar (amanho honrado), feitoriza o Brasil como o encarregado feitorizava a fazenda. E como nestes Estados soem ser copiosas as famílias e afilhadas, tudo se resolve como função dos interesses mais ou menos domésticos da parcela nacional que sobe ao Catete. Ora, este jogo, que parece cômodo, não pode perdurar: não há abusos que possam durar por longo tempo; é lei social que o predomínio ou vício tende a crescer até o limite em que deflagra a reação. Esta reação pode ser desagregante ou agregante: a primeira fragmentará o país; a segunda, sem desatender a legítimos interesses locais, consolidará a unidade nacional. Não há quem de boa fé prefira a primeira. Lutaremos pela segunda, porque não nos conformaríamos com o separatismo.

Não há partidos no Brasil: há Estados que lutam entre si; guerra civil sem batalhas, mas guerra civil. Como poderemos remediar a situação que está a empurrar-nos para abismos que só os políticos não veem?

No Brasil-Império, diz-se que houve o artifício idealista da monarquia parlamentar. E que diremos nós da República presidencial com os arranjados e caprichos presidencialismos estaduais, sendo que constitui o artifício corruptor, materialista, em vez de idealista, da irresponsabilidade faccionista, do mando arbitrário, do filhotismo, e do coronelato político, com ou sem carta de bacharel?

Na República, ainda não tivemos o que corresponderia à terceira República de França — "governar a nação em nome do seu partido". Não temos partidos. A Presidência da República tende a ser promoção burocrática de presidentes de grandes Estados, como este exclusivo fundamento. Quando o tempo de um deles acaba antes da eleição, logo se diz que não vingará a candidatura. Que homens!

Estamos com quase um século de atraso. Quando muito, o tenentismo republicano que foi o ensaio francês de 1848. Teremos de chegar com os outros povos à política social, dos grupos profissionais, dos problemas proletários, que não esperam, de braços cruzados, a tarda política dos detentores dos postos; ora, não estamos preparados para isso, não passamos, ainda, pelo regime de partidos, e a realidade que nos surpreender poderá levar-nos à anarquia e ao desespero, à ditadura ou à calamidade das dissimuladas intervenções estrangeiras. Não estamos preparados, nem cuidamos de preparar as massas. Tememos as mudanças, as próprias reformas constitucionais; e corremos o risco de cair na desordem. Defender a ordem não é querê-la a todo custo e como sustentáculo de tais processos antigos; é criar novos processos para a tornar possível. A ordem, como fim e não como base, o progresso virá, então, do saber aplicado, das próprias entranhas da vida.

É aos políticos — no bom sentido — que cabe a grande obra da disciplina social futura; e tal disciplina supõe o preparo e a seleção das massas, a cultura eugênica, a comodidade da vida, a valorização intelectual, moral, estética e política do homem; o progresso não é, portanto, fim, mas condição da felicidade humana e principalmente da felicidade nacional, porque os povos fracos desaparecerão; e progresso é evolução, e evolução é avançar, crescer, subir, dilatar-se, criar. Livremo-nos de estruturas de empréstimos; criemos a morfologia nacional.

Organização, trabalho, ordem. Em fórmula científica: o máximo possível de despotismo. Procuremos a ordem, não a imponhamos; paz social é resultado, e não condi-

ção. Para conseguir, prossigamos o progresso mental e material da nação e pautemos os nossos atos pelo mais decidido rigor científico e a mais rigorosa moralidade. E a nação crescerá harmônica e feliz.

Onde o maquiavelismo político (e é o que, há um século, domina em nosso país) suplanta as formas jurídicas e o prestígio da lei cede às sementes da habilidade esperta, que somente vê o que passa perto, se bem que seja cega para o que acontecerá dentro de alguns anos e cava no fundo das elaborações sociais, onde há menos administração que despotismo e conchavos, barganhas e intrigas; onde, em vez de se juntarem os homens, a dizer o que pensam e a conferir com os fatos o que afirmam, para que bem deliberem, — é a luta estéril que se recorre e às intrigas dos cochichos; onde, em vez de se querer a maior unidade que corresponda à diminuição do quantum despótico, — é para a centralização autoritária, voluntarista, ou usurpação central, que se dirige a mentalidade, — aí há de ser mutilado o futuro e incômodo o presente. E não poderia deixar de assim ser: não se ascende, com isso, na evolução social, — baixa-se, retarda-se. Então não se trata de passagem normal, como do empirismo ao racionalismo, ou de uma forma racionalista a outra forma, mas de estado patológico, de enfraquecimento dos próprios processos de adaptação social (economia, religião, moral, direito, organização, política, estética). O individualismo dominante traduzirá a relativa anarquia. Individualismo não quer dizer democracia, mas "salve-se quem puder" e "a pátria que se arranje".

O futuro do mundo vai ser, progressivamente, mais democrático, mais industrial, mais científico; portanto mais diferente do passado, e cada vez mais diferente.

A educação e o amparo a todos (democracia), a seleção profissional e o aproveitamento da ciência nas indústrias, na higiene, na vida social. É preciso educar o homem, não para responder a perguntas como esta "qual dos dois candidatos é o que preferes e com que mais simpatizas"?, nem à outra — "qual dos dois programas é o que melhor traduz as tuas ideias"? — e sim a esta: "que valor científico e prático têm os atos que aquele técnico deseja praticar"?

Já estiveram na direção das sociedades o pescador, o caçador, o guerreiro, o mágico e o sacerdote (em geral), o esteta, o moralista, o jurista, o economista, o operário; todos os processos adaptativos, da religião à economia, estiveram à frente dos grupos sociais: faltam os cientistas, os técnicos da vida social, da política especializada, bebida na ciência. É isso o que nós queremos. Isso no governo, não somente com o trabalho no velho sentido estreito (esforço material) e sim, com todas as espécies de trabalho útil, desde o ensino religioso até a menos importante das profissões manuais. Governar para todo o grupo social, com todos os recursos da sociologia (estética, direito, política, ciência, economia, religião, moral). Não está no exclusivismo das castas, nem das profissões, nem dos processos de adaptação social (religião, economia, moral, direito, estética, etc) — e sim, formarem-se todos e convocar todas as forças nacionais, do frade ao soldado, do lavrador ao mineiro, do sábio ao marítimo, para a obra de reconstrução e de esplendor.

Disciplina, civismo novo e fecundo, universalidade de trabalho. Não há cidadãos por direito de liberdade, mas produtores por dever social. O racionalismo universalizou a razão e a liberdade. Universalize-se, agora, o trabalho. Nada se perdeu da evolução: o homem de hoje há de ser a síntese, o cavaleiro, o homem bom e honesto dos tempos mo-

máquinas, o advento do republicanismo, o "trabalhador" da era industrial, o contemporâneo da intervenção da ciência na vida social dos povos. Viveu a luta primitiva e religiosa, o racionalismo de Descartes e de Sieyès, o indutivismo de Newton, Bacon e Comte e a ciência que se adensou do meado do século XIX aos nossos dias, da eletricidade ao taylorismo, da teoria do conhecimento às aplicações mais úteis dos ensinamentos da sociologia.

3. Devemos ser nacionalistas?

Pelo que acabamos de dizer, a política científica, experimental, nada tem de catastrófica, nem de utópica. Revolução branca. É, para os nossos dias, o partido conservador, como o anarquismo será (e já o é) o partido liberal. A mesma antinomia em cada diferente: conservantismo, liberalismo, política científica, anarquismo. Por isso mesmo o mais fecundo realizador de socializações é o próprio capitalista quando corresponde à época em que vive: sabe dividir e subdividir o trabalho, escolher os homens segundo [illegible], objetivamente, coordenar o capital, cuidar desde o berço dos seus futuros operários. Os povos que deste modo não procederem serão vencidos e eliminados; seleção é escolha, mas a escolha seletiva traduz-se em permanência de alguns. Portanto, na eliminação de outros.

Vistas de dentro para fora, as organizações sociais (clãs, tribos, nações, cidades, Estados) são diferentes, transcendem o indivíduo e promovem a harmonia interior, a evolução coletiva, a expansão. Vistas de fora, são insulantes, [illegible] os corpos sociais de processos adaptativos com outros corpos que os absorvem ou se superpõem a eles, em camadas dominantes (simetria de planos: colonizadores, colonizados, senhores, escravos; povos capitalistas, povos proletários), a estrutura social, o sistema, é para eles como a cobertura córnea ou os espinhos de certos animais.

Por isso — e a aplicação é digna de atenção — o socialismo dos proletários dos povos exploradores pode ser universalista e não-patriótico; mas o dos povos explorados tem de atender ao duplo problema: o da submissão do trabalhador ao capital e o do corpo social aos outros corpos sociais. Portanto, seria errôneo não associar ao movimento trabalhista de tais países o cuidado e o interesse pelos assuntos nacionais, pelo que poderíamos denominar o socialismo dos povos. Enquanto existir a opressão econômica e política entre Estado, entre nações, o socialismo dos oprimidos tem de ser nacionalista.

É ridículo o otimismo imbecil dos que julgam o Brasil livre de protetorado, os fatos mostram que começa a esboçar-se. Não nos enganemos. A política das grandes nações consiste, hoje, não só em expandir-se, mas enfraquecer, balcanizar, ou, para repetir os franceses[42], "portugalizar os povos".

IV. A NOVA ESTRUTURA

42. Isaac Andenian. *Les maîtres de la terre, de la houille et du pétrole*, Paris, 1933, pág. 237: "... une puissance [illegible] toujours [illegible] que sa propre suprématie suppose un continent divisé, affaibli, balcanisé, portugalisé même pour tout dire".

Em vez do simulacro de regime representativo, do sufrágio universal, devemos ter a realidade democrática e a política dos produtores, política eficiente, criadora, prática.

Um problema gravíssimo a estudar é o da reestruturação política. Sempre que se quer democratizar os povos, o único meio é quebrar as resistências despóticas, variar de sistema, de estrutura administrativa. Na França, com a Revolução, suprimiram-se as províncias e criaram-se departamentos. Tantos séculos antes, na Grécia, quando pretendeu levar por diante a obra de democracia, Clístenes dividiu em dez tribos, em vez de quatro, a população e deu maior importância aos demos que às tribos.

A noção simplista de operário, que o reduzia à espécie "trabalhador manual", substitui-se pela de operário-gênero, de que os ourives, o empregado de fábrica, o técnico de usina, o intelectual e o banqueiro são operários-espécies.

O Brasil deverá ser dividido em zonas de trabalho e não em feudos, em que cada um quer o predomínio e o máximo de proventos. Sacrifiquemos à Unidade, que é o tema da nossa história, e não à divisão, que foi, remediado depois, o das colônias norte-americanas, e, sucessivamente, o do Império espanhol.

As zonas ou Estados serão os limites que forem marcados pela nova Constituição e serão discriminados segundo critérios científicos, e não arbitrariamente.

Para que não se resolva unilateralmente, isto é, do lado do trabalho, o problema da organização social, aproveitar-se-á tudo que, da estrutura atual, possa ser útil, a fim de que não se sacrifique a democracia industrial à democracia política, como se sacrifica a esta a democracia industrial. Não queremos eliminar o Estado, mas regenerá-lo. Em vez de política especulativa, como a dos utopistas de 1889 a 1891, a política científica e experimental, eficaz e prática, que evitará as formidáveis calamidades que nos esperam, quando, dentro de dez anos, conjugados pela causa artificial e despótica dos dirigentes, sem organização do trabalho e da indústria, a população brasileira, acrescida da imigração crescente, começar a inquietar-se e apresentar os problemas políticos nas suas soluções radicais e utópicas: socialismo puro ou anarquismo. Ora, é fato provado que os Estados em que cresce o número dos sem-trabalho fazem sentir na propriedade privada as despesas que permitem a ordem a despeito da população desocupada: às vezes são gastos policiais, mantenedores das forças repressivas e opressivas, ou tendentes ao barateamento da vida; outras vezes, [illegible] espoliações ou encargos sem métodos, em legislação social que pouco adianta aos operários e desgraça as indústrias.

A solução deve ser científica: combater o pauperismo, a falta de trabalho, não preventiva e não repressivamente, como entende o despotismo policial e judiciário, nem a sobrecarregar, às cegas, as organizações industriais, — e sim, pelo exame técnico, sistemático, dos problemas.

A propriedade só se justifica pela função social que exerce, dizia o maior dos brasileiros, ao tempo da Independência. Mas esta justificação, se basta para eliminar tudo que pretenda desvirtuá-la e torná-la função individual, também é assaz para que se evite a desordem, a injustiça e o desperdício dos esforços individuais. Que pode esperar um povo duplamente injusto para o operário e para o industrial, para o nacional e para o estrangeiro residente?

Pensa-se que é impossível dar aos homens a *função adequada*, como se daria com a

faca, ou com a profecia de que fala Platão (*República*, Livro II, pág. 352 e); mas isso, que há alguns anos parecia utópico, já não o é: os rápidos desenvolvimentos da psicologia experimental e aplicada permitem à indústria de hoje, e de tais práticas se valem os povos adiantados, como o norte-americano, a verificação das habilidades e vocações.

Em nosso programa, a preparação e a escolha científica dos homens para os diferentes misteres da vida (porém todos igualmente dignos) constituem um dos pontos capitais.

Nas escolas públicas (e não deverá haver escolas particulares ou de privilegiados) começará a seleção profissional segundo as indicações da ciência, para que a sociedade não sofra os prejuízos dos erros de profissão e os indivíduos não tenham de ser castigados pela adoção de ofício que não era o melhor para eles. Queremos que cada criança tenha o seu indicador ou testes como os militares, a fé de ofício.

Rigorosas estatísticas informarão sobre o número necessário de cada profissão, rendimento e zonas de procura. Economia do esforço individual e menor desperdício da sociedade. Tornar a orientação profissional dever do Estado e problema de ciência. Os instrumentos de tal função político-social serão os Conselhos de profissão, compostos de cientistas, industriais e técnicos.

Nos países monárquicos e de aristocracia hereditária a seleção ficava cometida à hereditariedade; com a plutocracia, o dinheiro traça planos de possibilidades, de modo que a educação é função da fortuna dos indivíduos. É preciso democratizar o ensino e a mentalidade, porque a riqueza não basta à seleção e até prejudica a depuração dos elementos frágeis e secundários.

Além dos dados biométricos devem ser aperfeiçoados os testes e os outros recursos de psicologia prática, com que se discriminem as aptidões profissionais. Qual será o bom datilógrafo? Quem o queira, responderão; mas a ciência diz que será aquele que melhor e com mais segurança transformar em imagem tátil a imagem visual do texto escrito, o de mais apurada atenção e de melhor memória visual imediata, o que sobressai em ambidestria. E não só. O estrabismo depõe quanto à sensibilidade tátil e muscular que tudo é somenos em tudo isso. Ir contra o natural é querer opor-se à natureza; melhor será aproveitá-la.

Que vantagens não teria a marinha de guerra que desde muitos anos adotasse a seleção psicológica que Münsterberg aprovou aos norte-americanos para o recrutamento dos seus oficiais?

Com a preparação de nova mentalidade é que poderemos ter — em vez de legisladores e aplicadores da lei, empíricos ou racionalistas — técnicos que tenham a dúvida metódica, o amor da investigação e da experimentação científica e a imparcialidade dos homens de ciência. Porque a reconstrução implica a solução política à altura do conhecimento contemporâneo, como a solução racionalista correspondeu ao tônus mental daqueles tempos em que a razão se universalizava, e a do medievo, ao empirismo que reinava. Ora, a teoria construtiva simétrica à industrialização científica dos nossos dias, de profundas convicções que os laboratórios e as indagações espalharam nos homens, é a pesquisa das relações sociais, a análise, o método indutivo, a invenção das fórmulas jurídicas, administrativas e financeiras que assegurem à sociedade o rendimento máximo.

Precisamos do serviço militar obrigatório, como do ensino generalizado e exigido pela

lei, pela própria compreensão dos nossos destinos, pela democracia esclarecida e fecunda que devemos ser. Não se trata de armar classe, de criar, na população, uma parcela de superprivilegiados e preponderantes, mas de educar a vontade e a atividade da nação. Revigorá-la, disciplinar o espírito aventureiro e dispersivo do povo colonial que ainda somos. Se todos os brasileiros servissem como soldados por dever social e patriótico, não haveria mais militarismo do que, se somente quarenta mil o fossem; pelo contrário, sentir-se-ia que há muito, e muito menos. Desaparecerá a casta, o órgão superior à função, a segurança, interna e externa, decorrente da organização militar. Uma grande corporação de homens é mais útil e menos perigosa do que uma pequena força, dizia, aos deputados do Primeiro Império, o Marquês de Paranaguá. Era a experiência política (que já conseguia "concluir") na mentalidade empírica dos nossos homens da primeira década da Independência.

O sorteio é a fraude, porque é jogo. Onde há jogo a consciência amolece, a esperteza se anima, a trapaça regalia, viceja e abre em frutos. Democracia que se preze e que preze a dignidade dos seus propósitos não pode admitir, nem tolerar o sorteio. É o azar; é o aleatório; é o dever de patriotismo distribuído em cartas de baralho, sobre o pano verde; a missão social, decidida ao jogar dos dados, sob a degradante impressão das leis do acaso; a tácita aprovação nacional da infâmia da irresponsabilidade. Não se diz — "ao seu posto, ó brasileiro!" — mas "ao sacrifício o último!". Em vez de se encaminhar à época do imediato contato com o serviço público, canta-se o número do sorteado e distila-se em sua alma a incômoda e aviltante idéia de que "foi assim, mas poderia não ter sido". E a injustiça das surpresas? E as conseqüências morais de tal convocação de almas e de braços pelo processo comum às tabernas e às espeluncas?

Sorteado, ainda resta a "última parada", o "tiro", como se diz na meia-luz das salas de jogo: o *habeas corpus*. Ainda é o jogo.

V. O que devemos fazer

A batalha política de que necessita o Brasil, batalha branca, como o sedento precisa de água, é a da moderação enérgica e da construção de nova mentalidade: algo de parecido com a revolução de Sólon, com espíritos diretores que possam dizer como o legislador antigo: "Escrevi minhas leis para o pobre e para o rico, fixando a cada um regra direita e justa. Entre as duas frentes de combate mantive-me como limite intransponível."

Os nossos problemas financeiros devem ser enfrentados corajosamente; com competência científica e probidade. Mas — antes de tudo — com a coragem moral que eles implicam.

Não se trata de previsão, mas de simples dilema: ou o Brasil reage, porque ainda está consciente dos seus destinos e a próxima Presidência da República vai constituir a maior luta nacional; ou não vive, e então terá renunciado ao respeito do mundo, à vida de dignidade e de trabalho profícuo.

Nunca nos achamos, dizem todos, em condições tão aflitivas. E no entanto, onde as vozes que digam o que sentem, que venham à arena de luta e procurem restabelecer a

confiança nos dirigentes, que morreu com os últimos governos republicanos? Republicanos, dizemos: e onde a República, onde o regime representativo, onde a moralidade administrativa, onde o amor às coisas públicas? Há, sim, oligarquias, impunidade, fortunas subitamente pertencentes ao povo e indebitamente desviadas dos cofres públicos. Há os vícios da justiça e a falsificação sistemática dos próprios valores intelectuais. Há a hipocrisia, a falsidade, o próprio regime no iludir. Há a desconfiança recíproca, a solidariedade para o mal.

Onde já é possível, em grupos políticos, tratar de advocacia administrativa em grupo de pessoas mais ou menos desconhecidas, é que desertaram a honra e o pudor. Não há mais a vergonha que possa regenerar; só o afastamento sanearia o ambiente. É assim que se procede na biologia: incompetência não significa outra coisa.

A moralidade administrativa só se conseguirá no Brasil se constituir o ponto de honra da maioria de homens que subir ao poder, se diante de nada recuarem, se forem capazes de se desembaraçar de certos sentimentalismos malsãos e reagir contra os que direta ou indiretamente aviltarem o país.

Devemos recordar a lição de Bernardo de Vasconcelos: "Não nos deixemos iludir pela consideração de que não convém o exame de questões insignificantes, ou, o que vale o mesmo, de crimes de pouca monta. É mister ter sempre diante dos olhos esta máxima, para os não fechar sobre delitos de pouca importância, porque são o mais formal convite a delitos de grande monta: apoiar hábitos contrários ao interesse da Nação é entronizar a imoralidade, precursora infalível da dissolução dos Estados."

A posição do patriota não é só a de quem defende ou vinga o interesse público; é sim, a do médico que vê as doenças — não se revolta contra os doentes, mas é de irredutível energia contra os germes e as causas do mal.

A reconstrução brasileira há de assentar na consciência e na responsabilidade, no brio, no destemor. E os instrumentos com que hão de tirar os brasileiros de brio e de responsabilidade serão a ciência e a energia pessoal. Assim como, na idade média, se levantou o edifício social e se lhe travaram as classes com a corda impossível do "juramento", — nós brasileiros havemos de atar as almas dignas com o "compromisso" preliminar da sinceridade e da abnegação, do amor ao Brasil e do respeito ao trabalho humano.

Daí o primeiro artigo de um programa revisionista: "A parte sã, consciente, do Brasil, assume a responsabilidade de instituir no país o regime do trabalho e da disciplina científica, da execução distribuição do despotismo e da reorganização científica." Durante os dois primeiros anos, devemos lutar pela difusão das nossas idéias, inclusive a organização harmônica das classes, de acordo com as correntes já acentuadas, que consideram, na presente metade do século XX, as únicas diretrizes que a realidade nos impera e terão vencido quase todo o mundo antes de chegarmos à outra metade. Muita razão havia o sociólogo norte-americano J.W. Scott em considerar o sindicalismo como o socialismo que se tornou realista. A realidade do romantismo foi isto que todos conhecemos, depois da Revolução francesa; a realidade do socialismo será sindicalismo, tanto mais acertado, quanto mais científico, — não a luta, mas a colaboração sistemática das profissões.

Se não sois capazes de sacrificar-vos pelo vosso país, não nos compreendereis. Leitores, e não leiais este artigo, de que sorrireis, como sorriu certo industrial, quando um de nós lhe mostrou a lista de grandes inventores que não quiseram para si os proventos do próprio gênio.

Se a Pátria não vos interessa, então menos nós que não vos compreendemos, e lastimamos que sejais "ao nível do vegetal", no elegante eufemismo grego.

VI. As seis perguntas

Respondei, brasileiros, a estas seis perguntas:

1. Estais satisfeitos com o presente social e político da nossa Pátria?

2. Acreditais em que, se continuarmos com os nossos males de hoje, poderemos ser o que esperavam os nossos pais — um dos países guiadores da Humanidade?

3. Que vale dizer — "falta-nos um homem"? — se os homens só se realizam nos ambientes propícios à formação deles e vós não preparais o terreno, para que brotem as sementes de era nova, que consigo nos traga, não um homem, mas milhares de homens, que possam criar a grandeza e a magnificência do Brasil?

4. Se a vida é curta e tão poucos os prazeres, por que não experimentais o grande bem de ser plenamente consciente e ativo na regeneração da nossa Pátria, obra tanto mais grandiosa, quanto mais difícil?

5. Se todos os homens que dizem — "não há remédio" — se agregassem, já de outra mentalidade dependeriam os destinos da Pátria, — por que, então, não vos unis?

6. Sabeis que só não vencem os movimentos sem idéias, — por que não abraçais as que a própria ciência vos aponta como teoremas capazes de climentar a grandeza do Brasil e levá-lo aos melhores destinos?

VII. O programa

1. As idéias capitais

São as seguintes as idéias capitais do nosso programa:

1. Nada de subjetivismo**; guiemo-nos pelas verdades científicas. O Brasil não necessita de soluções parciais, mas de reconstrução total: todos os processos sociais de adaptação (religião, moral, estética, direito, política, economia, conhecimento) se acham enfraquecidos e precisamos que funcionem todos eles na obra comum da salvação pública: economia, religião, moral, direito, política, estética.

2. Na média, o brasileiro é aproveitável durante vinte anos; auxiliemo-lo a não perder

** Não seria possível em artigo de tamanho prefixado versar todas as questões de revisão constitucional. Menos ainda discuti-las largamente. Os fundamentos de todas estão espalhados nos meus livros, e que me reporto: *Sistema de Ciência Positiva do Direito*, I e II volumes; *Introdução à Política Científica*; *Rechtsgefühl und Begriff des Rechts*; *Subjektivismus und Voluntarismus im Recht*, no livro jubilar do prof. *Ernst Zitelmann*.

tempo. Demos-lhe, antes de nascer, os cuidados que o Estado deve aos filhos da pátria e têm eles direito de exigir. Após o nascimento cerquemo-lo de conforto e de assistência, eduquemo-lo pelo melhor modo possível e indiquemos-lhe, cientificamente, o caminho e a profissão que deve tomar. Hoje, com os recursos da ciência, isto se tornou problema de técnica. Se — no Brasil que havemos de fazer — "quem é não trabalhar não o come", como já dizia Gaspar da Cruz, ou seu Estado, a repetir o *qui non laborat nec manducet* de São Paulo, ao Estado caberá o dever de amparar de verdade, de acordo com testes, provindos das suas escolas primárias, secundárias e profissionais, os que estiverem sem trabalho. Bem governado, não haverá no Brasil o desejo do emprego público, porque, — quando formos, realmente, donos do nosso território, das nossas riquezas e dos aparelhos de distribuição, — todo brasileiro viverá comodamente e protegido, forte e satisfeito de si e dos homens.

3. Sindicalismo e cooperativismo devem fundir-se numa só doutrina política, porque se completam, — não se contradizem. Constitui é o ideal comum: que o cooperativismo se torne sindicalista e aproveite as vantagens das cooperativas, o sindicalismo. Será a Política Científica que não é predomínio, mas administração, que não é exploração, mas cultura e adequação do homem.

4. Preparar operários (e "operário" significa "produtores", mesmo os intelectuais, desde o aprendiz ao técnico de banco, de comércio e de ciência) e preparar chefes, como se preparam operários; mas sem nenhuma idéia de submissão. Por isso mesmo a obra de regeneração brasileira implica a reforma radical do ensino, desde o berço. E tal reforma será feita com os últimos resultados da ciência, com toda a coragem no demonstrar a velha mentalidade, com a qual o Brasil caminharia lentamente, sujeito aos riscos de anarquizar-se em revoluções chefiadas por empíricos ou de partir-se após alguma guerra provocada por especuladores ou de passar a ser, em qualquer combinação secreta de cartel internacional, comprometerado de duas ou três nações.

5. Incorporemos o intelectual, o técnico, o administrador ao movimento proletário, que seria simplista e perigoso se só se inverse por proletário o trabalhador manual; as sociedades não vivem só de pão: em nenhuma delas pode ser dispensado qualquer dos processos sociais de adaptação (economia, religião, direito, política, estética) e por isso é útil o idealista que prega a abnegação, o devotamento e o heroísmo, porque exalta o *tonus* vital da nação, o homem de negócios que descobre e põe em prática novos métodos de administração, o sábio que inventa aparelhos ou aponta leis científicas, o sapateiro e o alfaiate, o vendedor de rua e o telegrafista. Todos os que produzem merecem a vida e são dignos de honra, os que produzem mal, porque o artificialismo os fez professores em vez de marinheiros, ou fuzileiros em vez de pescadores, esses prejudicam a si e à Pátria. Ora, a ciência já possui meios para mostrar a profissão mais adequada — recorra-se, pois, à Ciência.

6. Não se trata de abolir, nem de acabar a propriedade, e sim, de evitar, de um lado, que ela seja expropriada pelo parasitismo burocrático e nepocista, insaciável e mal dissimulado (impostos, despesas judiciárias, etc.) e, por outro, realizar o que já estava na mente de José Bonifácio: a propriedade só se justifica por sua função social.

7. O "produtivismo" de que falamos não é a doutrina da anarquia, não é a negação

das outras profissões para tudo reduzir a operários manuais. Tudo isso passou; e hoje o ideal reformador consegui programa construtivo e criador, que, com os mesmos golpes, pode proteger a sociedade, tanto da rapina do maquiavelismo político, de máscara aveludada e unhas crescidas, como da violência superficial, inconsciente dos demolidores. Eliminar tudo que é anti-social e parasita; aumentar a vitalidade e a eficiência do povo.

É oportuno tudo isto que dizemos porque o Brasil está a reclamar o movimento construtivo que o regenere e o instale no seu lugar de honra e de respeito. Lamenta-se a pátria que agoniza; mas o amor exige o devotamento, que se abnega, e a convicção, que não desfalece.

Se é oportuno, diremos em breve.

Constituição de racionalistas, se bem que de racionalistas bem intencionados e honestos, — os trinta e tantos anos de vida republicana provaram que, em muitos pontos, não serviu, não serve e não podia servir ao Brasil. Foi feita com princípios apriorístas, e não com aqueles que bem avisado método objetivo de investigação social colheria nos fatos e deles se utilizaria para reger e dominar os fatos. *Naturae non imperatur, nisi parendo.*

Na distribuição dos serviços devemos atender a indicações científicas, aos oito principais processos de adaptação:

1. Biológico.
2. Econômico.
3. Gnoseológico.
4. Religioso.
5. Estético.
6. Moral.
7. Jurídico.
8. Político.

O Ministério da Vida genética, no qual só se cogita de conservar, propagar, aperfeiçoar e fortalecer a espécie humana e, particularmente, o brasileiro.

O Ministério da Vida Econômica, em que todos os esforços se envidem para favorecer, engrandecer e coordenar a produção, a circulação e o consumo. Em vez de país de pobres, de semi-mendigos, país de ricos, mas de ricos que possam, com dignidade e sabedoria, aproveitar e honrar a riqueza.

O Ministério da Vida intelectual, em que se estudem e apliquem os processos de elevar a mentalidade nacional, incentivar e dignificar a ciência, promover a investigação e atividade criadora.

O Ministério da Vida religiosa, em que se colham as informações gerais e se procure o máximo de resultados do processo social de adaptação, que é a religião.

O Ministério da Vida estética, em que se cuide da educação e da formação artística do povo, não como deleite e sim como processo de adaptação.

O Ministério da Vida moral, em que se cogite dos problemas e se adotem, de acordo com a ciência, as medidas mais adequadas à elevação ética do povo e do nível, que somente daquele pode sair.

O Ministério da Vida jurídica, em que se cuide da elaboração científica do direito

(legislação, interpretação e aplicação).

O Ministério da Vida política, em que se apreciarão e investigarão os fenômenos políticos, se auxiliarão os movimentos sociais, se dosará a estabilidade social, e se há de coordenar a atividade comum de todos os Ministérios (defesa nacional, defesa interna).

Ensinam na lista o processo biológico de adaptação e os principais processos de adaptação social (economia, ciência, religião, estética, moral, direito e política).

Nem somente com pão, nem somente com leis, nem somente com a força se governam os povos. Pão para todos; leis, não empíricas e racionalistas, mas científicas; força, quando esteja a elevação da coletividade; além de pão, de leis, e de força, algo de mais sólido que o interesse, a dignidade e o valor moral, algo de mais forte que a própria força, — a resignação, a sublimidade religiosa do ânimo, o devotamento social, e algo de mais duradouro e profundo que tudo, o conhecimento e a arte.

Por que estes Ministérios? Porque, já dissemos, correspondem aos processos biológicos e sociais de adaptação e estes apresentam indiscutível caráter de universalidade no espaço e de permanência no Tempo. Nunca ninguém viu nem teve notícia do homem arreligioso ou aestético, do homem amoral, do homem ajurídico, do homem apolítico, como ninguém conhece o homem não-biológico. O melhor para o homem é justamente o melhor dentro de cada um destes processos de adaptação.

Um povo vale "o que sabe" multiplicado pelos seus outros valores, principalmente o moral. Os meios de que dispõe, as chamadas possibilidades materiais são secundárias. Quem as tem sem as realizar é pobre como Job. Quem é rico de fatores morais — isto é, de tudo que se pode definir como fatores de equilíbrio evolutivo do corpo social — ou detém aquelas possibilidades e as realizam, ou não as possui e, por força de princípio geral do mundo, que motivadamente já aplicamos à vida social, vai buscá-las, aproveitá-las, atraí-las de outrem, ou espera-las, a despeito do instinto egoísta de quem as possui mas não é dono delas.

Aliás, no mundo moderno, com a concorrência universal e o livre comércio, os países raramente têm propriedade plena no que está no seu território, são mais proprietários que donos no gozo do usufrutuário, ou fiduciário, sob as ordens coloniais do fideicomisso, do que aguarda o momento da herança.

Precisamos saber e ser fatores morais que nos possam tornar os verdadeiros donos do que é nosso.

Elevação positiva da mentalidade, fortalecimento dos processos sociais de adaptação (religião, moral, direito), incentivo e cultura estética, regeneração da nossa viciosa subconsciência jurídica e industrialização da atividade nacional.

Programa financeiro e programa econômico é medicação empírica, paliativo. Um milhão de contos ouro, que miraculosa fada nos trouxesse no Brasil, não remodelaria coisa nenhuma. Voltaríamos ao ponto em que estaríamos sem eles; porque seriam drenados, reduzidos pelos fatores morais negativos do país e pelos fatores morais positivos dos outros países em relações conosco. Não há fadas que tragam tais dádivas; e não há programas imediatos que consigam superávit. Temos de começar pela base; ou então entregar-nos à corrente, à surda mecânica dos fatos.

2. As emendas principais na constituição

1. Uma das leis fundamentais da Sociologia é a da dilatação e integração dos corpos sociais, de modo que a Constituição não deve opôr-se à realidade da vida, — deve permitir, por exemplo, — que mediante três quartos (3/4) dos votos do Congresso, se nacionalize, — isto é, se atribua à União qualquer serviço ou competência legislativa, judiciária ou executiva, que originariamente pertença aos Estados ou Municípios. Nesta faculdade está incluída a da recomposição territorial dos Estados, tendente à sua redivisão, não exclusivamente territorial e sim científica.

2. Outra lei assaz importante da Sociologia é a da diminuição do quantum despótico, oriunda dos fatos e explicável correlação com as da física e da biologia. Não devemos perdê-la de vista, a evolução social que nela uma das suas traduções. A política deve tender ao máximo de administração de solução, e ao mínimo de despotismo de predomínio.

3. As formas puras presidencialismo e parlamentarismo, federalismo e unitarismo são frutos de apriorismo político, que tentou enquadrar a realidade, que é heterogênea, em formas abstratas. São abstrações, como o ponto, a linha reta absoluta, o gás perfeito, o ator perfeito. Abramos a discussão sem preferência prévia: criemos a morfologia nacional, solução "brasileira". Seria ridículo dizer que não há doenças, e sim doentes, mas convenhamos em que há doenças e doentes. Não caiamos no empirismo de querer resolver para cada país, como se fosse possível o conhecimento da essência do particular, porém não caiamos no apriorismo de querer ver o real através dos vidros cobertos de qualquer teoria abstrata, como sóem proceder os racionalistas. Conhecer as leis científicas e conhecer a vida, o "fenômeno", o coeficiente, o caso individual de cada povo, para que se utilizem, como premissas no imperativo, os indicativos da Ciência.

4. As leis serão de tal modo concebidas e formuladas que tendam a assegurar a todos o mesmo ponto de partida.

5. As crianças têm direito à proteção do Estado, ainda que o não regulem as leis e o Juiz que receber o pedido ou tiver conhecimento do abandono ou da falta de amparo efetivo tomará as medidas que parecerem convenientes.

A maternidade tem igual direito.

Toda criança até 12 anos (brasileira ou residente no Brasil) tem direito aos melhores benefícios de educação física, moral e social; e daí em diante ao cultivo correspondente ao seu mérito. Compete aos pais; se não puderem ou faltarem, ao Estado, ainda que não tenha sido regulamentado direito. Este é o dispositivo constitucional de que precisamos, superior aos da Constituição Alemã (arts. 120 a 122) e da Lei de 9 de julho de 1922 (art. 1º), bem como aos da Polônia (arts. 94 e 103), da Iugoslávia (seção 27), da Lituânia (seção 78) e da Estônia (art. 10).

O Estado é responsável pela não assistência da maternidade e os Juízes, na falta de Regulamento, poderão tomar as medidas que as circunstâncias exigirem, inclusive compensação com impostos e heranças deferidas, como em relação às crianças.

6. O serviço militar é obrigatório para todos os brasileiros e só se eximem dele os es-

trangeiros que provarem ter servido a outro país ou ter sido dispensado de acordo com as leis da sua pátria.

É nula qualquer eleição, nomeação ou contrato com o Estado em que o brasileiro de mais de 23 anos não tenha exibido prova de um ano pelo menos de serviço efetivo no Exército ou na Armada.

7. Aos operários de serviços públicos, a cargo do Governo ou de particulares, será assegurada a proteção suficiente quanto à dispensa e o amparo em caso de invalidez judicialmente provada e julgada.

8. Unidade da magistratura. O congresso por 3/4 dos seus membros poderá considerar da competência da União qualquer medida relativa a processo, magistratura, etc.

É a solução mais acertada porque deixa margem para as lições da vida e dá ao texto constitucional certa plasticidade, que o vivifica. A votação de 3/4 é a que se deve exigir em geral para a federalização de qualquer medida.

9. São vedados os favores diretos ou pessoais, e só se permitem leis em que se crie situação de que todos possam gozar (Programa do Partido Democrático do Rio Grande do Sul).

O Governo Federal pode sempre intervir, legislar e superintender:

1. A produção e o consumo.
2. A imigração e a colonização.
3. As minas.
4. As questões de eugenia e de ensino.

Os Estados e os Municípios não podem entre si criar impostos proibitivos ou de retorsão.

10. A intervenção federal pode ser independente de requisição e em qualquer caso, desde que votada por 3/4 do Congresso. É a idéia do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, tornada coerente e prática com a inclusão do expediente do nº 1.

11. O voto é secreto e obrigatório; a lei eleitoral é uma só para todo o Brasil e será observada, *mutatis mutandis*, nas próprias eleições de sociedades de trabalho ou em quaisquer processos eleitorais, a que se refere a legislação.

12. É proibido votar leis de sucessão em que se permita aos colaterais o direito de herança além do 4º grau e será sempre exigido deles a prova de que residiam com o *de cujus* ou eram por ele assistidos. Se colaterais os herdeiros, o Estado concorre como sucessor da terça.

O regime atual é calamitoso: vem o estrangeiro para o Brasil, aqui vive e aqui prospera, não se recorda daqueles de que lhe falaram os pais, ou não sabia sequer da existência deles, os primos de seu avô ou qualquer primo longínquo (6º grau), e, no entanto, é esse russo ou esse alemão ou esse italiano ou esse espanhol (às vezes sem pátria diferente da do falecido e precisa exibir ao juiz verdadeira árvore genealógica) que, sem vir ao Brasil e conhecer o *de cujus*, recebe, em cheque providencial ou em letra de câmbio, centenas ou milhares de contos.

"Não tenho ninguém no mundo", dizia certa senhora, cujos bens, ao morrer, foram arrecadados. Espanhola. Aparece um ignorado primo de sua avó francesa, residente na Região do Ruhr e recebe milhares de contos.

Votar tais leis é roubar o Brasil. Só a ignorância crassa pode consentir tais absurdos, que passaram incólumes no nosso ridículo Código Civil. Código que só é superior à jurisprudência que em torno dele se está a fazer.

Não podemos copiar as leis dos países que emigram; somos país de imigração, não podemos reconhecer direito à herança a descendentes estrangeiros de avós de brasileiros, que estes já não conheceram. Não se compreende que receba o produto do trabalho do brasileiro no Brasil, de brasileiro que não teve herança de pais, nem de avós, nem do avô estrangeiro, que para aqui veio há mais de um século, o primo deste que lá está, noutro país, com os seus noventa anos e prole étnica e socialmente diferente, e que para lá vai levar, com perturbação sensível no aparelho econômico do município, a fortuna do *self-made-man* brasileiro.

Esta fortuna é do Brasil; arrecade-se, venda-se, e empregue-se o produto em benefício da coletividade (profilaxia, instrução, amortização da dívida).

Na Constituição deve-se dizer que o prazo de habilitação de herdeiros não pode exceder de dois anos, em se tratando de ausentes.

Quando não houver descendentes, os ascendentes só herdarão 3/4, — o restante será atribuído ao Município ou ao Estado para serviços públicos, comprovados perante o Juiz, que conhecerá das contas das autoridades administrativas.

13. A União pode tributar as terras não cultivadas de modo que dentro em breve se opere a mecânica de desapropriação de um terço por impostos não pagos.

São indicações; não é tudo que devemos incluir ou corrigir na Constituição.

Depois que a técnica científica interveio nas indústrias e conseguiu concretizar em dezenas de anos o que séculos inteiros não alcançaram, nem sequer apercebiam, a humanidade confiou, talvez excessivamente, no fator econômico-intelectual. Mas o que é inegável é que este surto de ação científica pode completar-se com a aplicação de novos métodos em todos os outros campos da atividade e do pensamento humano. Tudo que fizermos pelo desenvolvimento, precisão e fecundidade da Sociologia será em proveito deste ideal de crescente sabedoria e máximo de situação sólida, de justiça eficácia e de criadora mobilização.

Visionário, direis vós! Visionário sim, porque creio na ciência e nos destinos do homem. Visionário, porque sou velho que nunca se desiludiu. Visionário, porque luto, espero e creio que alguns de vós isto vós tereis no Brasil.

Pela Segunda República!

Bases da Nacionalidade Brasileira

Ronald de Carvalho

"O Brasil é uma dádiva da terra, mas, como aquele arco pesado e belo, formidável e gracioso do velho Odisseu, exige aos seus pretendentes uma disposição enérgica e uma vontade sem desfalecimento."

1. Do descobrimento às capitanias

O BRASIL nasceu do esforço calculado e prudente de um pequeno mas intrépido povo. Apertado em angustioso trato de território, entre as serranias ásperas de Espanha e as rumorosas praias do Atlântico, Portugal tinha traçado no mar o seu destino, nos grandes "mares nunca dantes navegados". Longos e amargos séculos gastaram os lusos por se constituir em Estado soberano, e, somente ao cabo de muitas e tenazes pugnas, quando raiavam as primeiras luzes do Renascimento, no fim do século XIV, é que a nação se organizou politicamente, sob o domínio de D. João I, príncipe da casa de Avis. De D. João I até o misterioso D. Sebastião, desaparecido às mãos da mourama, em Alcácer-Quibir, isto é, de 1385 a 1578, a história dos portugueses é uma contínua batalha nas costas inóspitas da África "adusta", nas feitorias da Ásia, e, sobretudo, nas ondas do oceano desconhecido. Na desmedida "cavalaria do mar", com que a Ibéria deslumbrou a cristandade, as esquadras de Lisboa emparelham em glória com as de Cadiz.

O descobrimento do Brasil, como o do continente americano, não foi obra do acaso. Desde a célebre profecia de Sêneca, e antes até, desde os diálogos de Platão, no *Timeu*, onde se reproduzem velhas tradições egípcias, não era novidade para os homens cultos a existência de terras situadas a oeste da Europa. As raças vermelhas da famosa Atlântida têm o seu lugar nas festas de Atenas porque, ali, nas pequenas Panatenéias, celebradas em louvor de Palas, era conduzido o vexilo de um *peplo*, que recordava a proteção daquela divindade na guerra vitoriosa dos atenienses contra os atlantes.

Não resta mais dúvida, hoje, para os pesquisadores do assunto, e diante de documentos como o *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco, onde se fala que o Rei de Portugal mandara descobrir "a quarta parte ocidental", que os almirantes portugueses tinham ciência do novo mundo.

Ao parecer dos mais avisados, afigurava-se a região uma ilha grande, e, como tal, foi

batizada com os nomes de "Vera Cruz" e depois "Santa Cruz". Lá se lê na famosa carta do escrivão da armada Pero Vaz de Caminha, que é a nossa certidão de nascimento, entre muitas e engraçadas observações, que "a terra em si é de muitos bons ares assim frios e temperados como os dentre Douro e Minho, porque, neste tempo de agora assim os achávamos como os de lá; águas são muito infindas; em tal maneira é graciosa que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo ...".

Recebeu-lhe, finalmente, o apelido de Brasil, mercê da abundância de certa madeira conhecida por "pau brasil", ou talvez, como semi-recordação da lendária ilha de Brazyl, Brasil, Brazylle ou O' Brazile, célebre nas cartas medievais.

O tonho das Índias, entretanto, deixo tempo desamparadas as florestas americanas. Os olhos estavam todos voltados para o Oriente, de onde vinham as sedas, o marfim, o âmbar, as joias e as especiarias, e que ampliava aos portugueses mercados opulentos e inesgotáveis. Não entrava o Brasil nas cogitações da coroa, se não como o paraíso dos selvagens brutos, que era mister civilizar com água benta, dos papagaios e das araras de colorida plumagem. A notícia de que a Terra não tinha ouro nem prata, contribuía muito para esse natural desdém.

Desse abandono se aproveitavam, porém, os piratas franceses, que, da Bretanha e da Normandia, se faziam ao mar frequentemente, em cruzeiros de longo curso, das Antilhas à costa do Brasil, pilhando os descobrimentos dos outros, ou comerciando com estes em madeira, penas, aves e produtos naturais. Até 1521, quando ascendeu ao trono D. João III, sucessor de D. Manuel, as relações brasileiras se conservaram isoladas e breves. A feitoria fundada em Pernambuco, por Cristóvão Jacques, em 1516, assaltada depois pelos franceses, retomada pelos lusos, e, finalmente, destruída por aqueles, fora, até então, o único e remoto vestígio da ação portuguesa.

Com a expedição de Martim Afonso de Souza, em 1530, começa propriamente a história do Brasil, que deve muito às minas de prata do México e do Peru, o povoamento sistemático, o desbravamento paulatino esse litoral do seu território virgem e selvagem. Os tesouros astecas e incas despertaram, nos dirigentes da metrópole, a ambição de assegurar o domínio da colônia, possivelmente opulenta também, e entregue às investidas de inimigos de toda a procedência.

A divisão do país em quinze capitanias hereditárias, e a doação delas a capitães-mores, dignos pela excelência da linhagem ou pelo prestígio individual, foi um ato de evidente sabedoria. Somente assim, confiando essa porção de terras incultas à energia de homens de boa vontade, poderia guardar a coroa, sem maiores gastos, a presa já cobiçada por outros aventureiros. Essas capitanias, mais tarde, ficaram sob a dependência de um governo central, com sede na Bahia, até que, no correr do tempo, foram passando uma após outras, por aquisição do erário público, ao jugo da Metrópole.

O Brasil histórico

Para se formar claro juízo da nossa nacionalidade e de como se desenvolveu a nossa história, faz-se mister, antes que tudo, dividi-la em quatro ciclos essenciais.

Abrange o primeiro deles o século XVI, e se prolonga aos meados do XVII. É o Ciclo da Defesa, quando os habitantes da terra, unidos com os elementos brancos e africanos, se juntam e combatem, contra a cobiça, para proteger os lares ameaçados pelas invasões estrangeiras.

Estende-se o segundo, da última metade do século XVII a primeira do XVIII: é o Ciclo da Conquista, quando se realizaram as profundas penetrações no interior da colônia, de que resulta o conhecimento do sertão, assim como o relevo geográfico do país.

Dilata-se o terceiro, da segunda metade do século XVIII até aos primeiros anos do século XIX: é o Ciclo da Consolidação, quando, em virtude do descobrimento das minas, a colônia se torna um fator econômico de tal eminência, que entra já nos cálculos de notáveis estadistas chegarem a possibilidade da transferência da Metrópole para a América, o que, afinal, acontece por força da invasão napoleônica, em 1808, com a vinda de D. Maria I e do príncipe D. João para o Rio de Janeiro.

Compreende o último, o século XIX e as duas décadas do XX: é o Ciclo da Independência, que se inicia, politicamente com o estabelecimento da casa de Bragança no Brasil, de onde nos vieram os dois Imperadores Pedro I e Pedro II, e culmina nos movimentos da reação intelectual, econômica e social das gerações que, de 1822 até agora, vêm trabalhando pelo Brasil soberano e livre, em todas as esferas de ação.

I. O Ciclo da defesa

O resumo. O senhor de engenho. O fidalgo

A organização administrativa do nosso primeiro século obedeceu a princípios verdadeiramente feudais. Os colonos estavam sujeitos ao arbítrio das leis, que ora se relaxavam ou mais rigorosas se tornavam, conforme o capricho dos capitães-mores e seus prepostos.

Vieram para as novas terras, em levas, de começo escassas e depois crescentes, indivíduos das mais distintas classes e profissões. Desde os fidalgos da melhor nobreza e dos sacerdotes do mais puro dogma, aos soldados, artífices, mercadores, lavradores e mesmo criminosos, as recentes povoações se enchiam das mais desencontradas elementos. A maioria dessa gente não emigrava do Reino para ficar, senão para acumular pecúnia, encher a bolsa e voltar à pátria, livre de necessidades. Sentia-se, desde logo, nesses aglomerados diferentes, que tudo era, então, provisório, e que os seus moradores, presos entre o terror dos piratas estranhos e as investidas imprevistas dos índios escorraçados, viviam em uma perpétua tragédia.

Com o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e a criação de sesmarias, a terra começou a ser explorada em maior extensão. Do mesmo passo, foram crescendo as relações entre o gentio e os adventícios, relações que, era de esperar, nem sempre se revestiram de cordura e amizade. Perseguidos e escravizados, os íncolas, de brandos que se revelaram aos marinheiros de Cabral, mostravam-se, agora, desconfiados e, não raro, agressivos. De vez em vez, do seio das selvas imensas, voava a flecha hervada e assassina, que vinha vingar, rápida e certeira, alguma espoliação dura e mesquinha. A carência de braços para a agricultura impelia os colonos à escravidão do índio. Este era considerado, por via de regra, como simples animal, sem direito e fora da lei, era coisa usufrutuária de que os

brancos poderiam utilizar-se francamente e sem estorvo. Desamparados de uns e outros pois o governo central amparava e auxiliava essas caçadas monstruosas de seres humanos — os índios americanos misturaram no eito rude, com os escravos de Angola, as duas melancolias imensas, que tanto iriam pesar no caráter da raça brasílica. Sob o látego do branco, jorrava das epidermes de bronze e de ébano o sangue humilde que, mais tarde, confundido com o do português, correria as veias de grande porção do nosso povo.

Surgia, sem embargo, ao lado dos senhores de engenho, dessa desfemerosa *aristocracia da terra*, uma outra benigna e pacífica, a aristocracia do céu, formada pelos missionários da Companhia de Jesus. Em que pese aos seus erros políticos e à teimosia com que os refletiam, prestaram *os jesuítas* inestimável serviço à nossa nacionalidade. Sem o seu concurso ilustrado e paciente, sem o devotamento da sua fé, sem o sacrifício de tantas existências massacradas pelo furor do selvagem, o problema do nosso caldeamento étnico teria sido seriamente dificultado.

Trabalhando nos mais conflagrados sertões, esses homens prodigiosos, apenas armados da Cruz de Cristo, foram os primeiros que percorreram as ínvias solidões dos nossos tabuleiros *infernados*. Os nomes de Nóbrega e Anchieta são dos mais enobrecedores na história do nosso país. Encarnam soberanamente toda a grandeza da sua ordem e da sua religião. Plantaram as raízes do catolicismo no coração da nova terra e transformaram, com o risco iminente das próprias vidas, o instinto feroz do selvagem em um instrumento auxiliar de colonização. São inúmeros os depoimentos, os testemunhos, os documentos preciosos para o estudo das raças americanas, que os jesuítas deixaram nos seus relatos interessantíssimos.

Descreveram os usos e costumes das tribos, defendendo-as de injustiças e acusações malévolas; procuraram, como Anchieta e Montoya, fixar os sons dos seus *prosódias bárbaras* por meio do nosso alfabeto; investigaram com amoroso intuito as regras de sintaxe e os segredos etimológicos dos seus idiomas, facilitando, assim, o contato entre eles e os colonizadores. Contribuíram, também, para a obra formidável de penetração realizada pelos bandeirantes paulistas, porquanto, varavam desfiladeiros e zonas desoladas. Os tupis do litoral e os tapuias, cariris, tupinaés, guaicurus, carajás, bororós e dezenas de nações do interior, receberam a visita, por vezes mal sucedida, desses missionários famosos em todo o continente latino-americano.

O fator moral da religião e o fator econômico da agricultura e da pecuária, constituíram, destarte, os alicerces do futuro Estado. Até ao descobrimento das minas, que modificou a fisionomia social e política da colônia, foram aqueles os elementos fundamentais do nosso progresso. Ao findar, pois, o século XVI, já se acha em suas linhas gerais definido o caráter da nossa sociedade, essencialmente rural como a dos francos e germanos, durante a Idade Média.

Depois do sacerdote, a figura dominante nessa época é a do senhor de engenho. Apartado, mercê das suas atividades, do incipiente urbanismo brasileiro, o fazendeiro, como de extensões ilimitadas, onde caberiam províncias inteiras do antigo continente, é um pequeno rei[45]. Sua autoridade é tão grande, ou maior, que a do *pater-familias*, no direito romano.

45. Vide. Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil*.

Sem que a lei o estabeleça expressamente, tem o direito de vida e morte sobre os que dele dependem, e são quantos se encontram amanhando as terras ou servindo nos engenhos da sua propriedade.

Sem homens de tal têmpera, não obstante, sem essa estirpe de caracteres admiráveis, sem esses heróis que sabiam olhar o sol de frente e não recuavam mesmo ante a Igreja, o Brasil não teria uma Pátria, mas uma coletânea de países turbulentos e irreconciliáveis. Foi o senhor de engenho o fermento ativo dos vários compostos étnicos da nacionalidade. Ao seu caráter irredutível, intimorato e inamolgável, devemos nós a vitória sobre a legião de inimigos que assaltaram de norte a sul a costa indefensável da América Brasileira, visto que Portugal, sozinho, enfraquecido por desmandos e desordens internas, seria incapaz de fazê-lo.

A conquista do Brasil setentrional pelos holandeses, representa o mais grave episódio em toda essa tragédia, que é o Ciclo da Defesa. Depois de repelidos da Bahia, em 1625, desembarcaram em Pernambuco, em 1630, os mandatários da Companhia das Índias Ocidentais, bem municiados, dispondo de guerreiros destros e capitaneados por hábeis dirigentes e generais. As consequências dessa luta de 30 anos, culminada, com a derrota dos invasores, nas duas batalhas dos Guararapes, foram de inestimável alcance para a história da formação do espírito nacional.

Desajudados da metrópole, que, ostensivamente, dizia-se entregue à Holanda "aquilo que lhe pertencia", os brasileiros não se conformaram com a impotência conferida do governo português. Brancos, índios e negros morreram, confundidos na justiça e na beleza da mesma causa. Inferiores numericamente, dispersos em bandos irregulares sob a chefia de capitães audazes, os representantes das três raças coloniais enfrentaram denodadamente o adversário, sofrendo amargas privações, mas pelejando até à morte, muitas vezes cercados das mulheres e dos filhos infantes. Os guerreiros holandeses, nos seus relatórios, não se cansam de elogiar os seus inimigos e se espantam de que estes, apenas com trabucos e flechas, arremetessem contra as suas tropas, defendidas por entrincheiramentos fortíssimos e pesada artilharia.

Aparecem, aqui, em toda a evidência do seu valor, aqueles dois fatores a que atrás aludi. Esses corações vigilantes são movidos pela fé, pois lutam contra protestantes, e pelo zelo da terra, pois se empenham em varrer dela os inimigos. Triunfou com eles a própria causa da nacionalidade, que, desde então, se enrijece na confiança que os naturais começam a depositar nas próprias forças triunfantes. A guerra contra Holanda foi, por assim dizer, a primeira lição de "patriotismo", de "orgulho nativista" que as circunstâncias obrigaram a Metrópole a nos dar.

2. O Ciclo da conquista

O bandeirante

As guerras da libertação do território tornaram o país mais familiar aos seus naturais. Mas não foi somente esse fato que contribuiu para o desvendamento do solo; foi, por

igual, o desenvolvimento da indústria pastoril, nas capitanias do norte e do centro. Mais que tudo isso, porém, influiu na conquista da terra e epopéia sem par, o drama comovente das Bandeiras. Chamavam-se assim os bandos de aventureiros que faziam longas entradas pelos sertões, primeiro, em busca de índios para a escravidão e, logo depois, à cata das legendárias serras de cristal e esmeraldas.[46]

O bandeirante é um herói sem compromissos. As mais das vezes, enfrenta com os próprios recursos a natureza semeada de espinhos, vencendo todos os perigos e dificuldades que lhe deparam os precipícios e os boqueirões, as selvas povoadas de selvícolas agressivos, os lagos e os mangues cheios de mosquitos e febres perniciosas. Levando, espontaneamente, os padrões reais aos contrafortes andinos, e, por vezes, transpondo-os em arriscadas travessias, até às praias do Oceano Pacífico, quando não, rumando o continente até as Antilhas, o bandeirante é o tipo histórico de mais excelência e que mais orgulho a geração brasileira. Educamos o nosso espírito na lenda maravilhosa e na realidade, mais incrível que a fantasia, dos seus feitos de bravura inexcedível.

Partindo do Brasil meridional, dos planaltos paulistas, os aventureiros, auxiliados por homens já mestiçados, os terríveis mamelucos, seguiam o curso dos enormes rios, fundando aldeiamentos que se transformariam em cidades, plantando e semeando a terra, quando escasseavam os recursos, construindo canoas, cavadas no tronco das grandes árvores, quando se viam na contingência de atravessar as torrentes caudalosas, defendendo-se, na coragem das cavernas e dos grotões, das tropelias do selvagem orgânico. Longe das famílias, afastados milhares de quilômetros da civilização litorânea, os bandeirantes, sem o saberem, foram os nossos primeiros soldados, os obscuros obreiros da nossa diplomacia, dos nossos consecutivos triunfos nas questões litigiosas de fronteiras. Eles engrandeceram e dilataram o patrimônio recebido dos portugueses, repetindo, na floresta brava, a tragédia de sangue e fogo dos lusos no mar alto.

A ambição enérgica desses homens não conhece temor nem desalento. O bandeirante deseja impetuosamente, e, se não alcança o que deseja, investe com o desconhecido sem recuar um instante. O esclarecido escritor inglês, Southey, na sua *História do Brasil*, assevera que "se estes aventureiros se não houvessem movido, ter-se-ia a Espanha apoderado da costa do Brasil ao sul de *Paranaguá*, e espanhóis em vez de portugueses teriam sido os senhores das minas de Goiás e Cuiabá".

Essa cruzada dos Bandeirantes ainda supera a da libertação do território, pois foi empreendida contra o ignorado e não teve por si só o esplendor das batalhas à luz do sol. Ao cabo de labores e provações, quando estavam todos convencidos da inutilidade das bandeiras, mau grado as lendas que corriam, a respeito à abundância de metais preciosos no Brasil, eis que fechando o Ciclo da Conquista, outro se abre, com o feliz achado das minas de ouro, que iriam assegurar, finalmente, a prosperidade da terra, transformando-a, de improviso, em um novo El-Dorado.

46 Vide: Rocha Pombo, *História do Brasil* vol. VI, A.E. Taunay *Anais do Museu do Ipiranga*, vol. I.

3. O Ciclo da consolidação

A febre do ouro

Confirmava-se, pois, a existência daqueles tesouros com que o aventureiro Roberio ou Belchior Dias deslumbrou a corte de Madrid, oferecendo a Felipe II "mais prata no Brasil do que Bilbau dava ferro em Biscaia". Dentro em pouco, escreve um antigo cronista, "tornou-se o ouro a alma dos brasileiros". Àqueles veios auríferos, que, durante cento e cinquenta anos, jaziam ignorados, acorreram em massa populações inteiras. Para Sabará, para Mato Grosso e Goiás, carregando as bagagens no lombo de burros ou em carros de bois, dirigiam-se famílias numerosas, com escravos e agregados. Despovoava-se o litoral, as lavouras eram abandonadas, os campos de criação ficavam desertos, do norte para o sul. Os sertões, antes entregues ao bandeirante, enchiam-se agora das vozes e da algazarra daqueles improvisados mineiros.

A caça aos metais e pedrarias determinou o nascimento de aldeias, vilas e cidades, e a colonização rápida de grandes porções do interior, aumentando de importância a imigração de brancos e facilitando a travessia do país, pela abertura de estradas de rodagem, e construção de obras de engenharia, necessárias ao transporte de pedras e metais.

O ouro e o diamante trouxeram, contudo, para os brasileiros, horas amargas. Mais que os colonos delirava a administração da metrópole, viciada e desonesta, incapaz e servil, já completamente entregue às mãos ávidas dos banqueiros de Londres. "As importações inglesas, observa o Sr. João Ribeiro, excediam as exportações de Portugal em cerca de um milhão esterlino, pago em ouro do Brasil, porque a Inglaterra não recebia produtos (açúcar, tabaco, etc.), que tinha nas suas colônias. O câmbio de Lisboa caiu a 15% com esse desequilíbrio; as casas inglesas em Portugal tomaram conta do comércio interno. As frotas do Brasil, das Companhias de Comércio, são inglesas de fato, ainda que não figurem nomes senão portugueses. Calcula-se em dois bilhões e quatrocentos milhões de francos o ouro exportado do Brasil, no período de 60 anos que se seguiram à descoberta das minas, soma que passou quase toda aos ingleses, porque em Portugal a circulação apenas era de 15 a 20 milhões e o país devia 72. Foram, pois, as minas de ouro do século XVIII, isto é, as minas do Brasil que, quanto podiam, colaboraram na prosperidade atual da Inglaterra."[47]

O descobrimento das minas, portanto, além de firmar definitivamente a situação econômica do Vice-Reinado brasileiro, consolidou, também, a situação política e social da nacionalidade, em vias de surgir armada, face a face, ante os mandatários da coroa de Bragança. Explica-se, destarte, a conspiração que, em fins do século XVIII, no ano em que irrompeu a Revolução Francesa, foi descoberta em Minas Gerais. Os conjurados, encarnando os sofrimentos do povo, pertenciam à nata da sociedade brasileira. Eram poetas e magistrados, fazendeiros e militares, que planejavam sacudir o jugo da tirania lusa. Embora malograda, por inconfidência de traidores, de origem portuguesa, essa conjuração, com

47 João Ribeiro, *História do Brasil*, pág. 238, 9a. ed.

o bárbaro esquartejamento de um de seus mais exaltados chefes, o alferes Tiradentes, deixou profundas raízes na alma nacional, e o sangue do mártir não escorrera em vão pelas escadas do patíbulo.

4 - O Ciclo da Independência

Reino. Primeiro Império. Regência. Segundo Império. República

Quando, nos primórdios do século findo, a corte portuguesa se refugiou no Rio de Janeiro, resguardando-se das patas da cavalaria de Junot, pode-se dizer que já estava latente na generalidade da nação a idéia da independência. Várias vezes, no correr dos tempos, naturais e reinóis se haviam defrontado, e uma guerra contínua de chufas e remoques levava por todo o território da colônia. Principalmente os pernambucanos, ao norte, e os paulistas, ao sul, viviam em constantes desentendimentos com os lusos. Estes haviam chegado até, quando se restaurou a coroa portuguesa, em 1640, a aclamar um rei na pessoa de Amador Bueno, figura preeminente da nobreza da terra. Outros levantes nativistas consignava, por igual, a nossa história, tais o dos mascates, no Recife, e o dos emboabas, em Minas.

Com a instalação da Corte no Rio, foi o Brasil elevado a Reino, e nele se estabeleceu a sede da velha dinastia bragantina. Passávamos, assim, de colônia a metrópole. O Príncipe Regente, mais tarde, D. João VI, logo se afeiçoou à região do exílio, malgrado as impertinências da sua consorte, tão inimiga desta que, segundo rezam as tradições, mal entrou de volta no Tejo, atirou às águas os sapatos, por trazerem à sola terra do Brasil...

Dotado de caráter bonacheirão, sem cultura, porque não fora educado para reinar, amigo da boa mesa, com que despendia anualmente milhares de contos, esse príncipe afetuoso e simples foi providencial à nossa pátria. Se era incapaz, por si mesmo, de grandes atos, sabia acolher as sugestões felizes e conseguiu cercar-se de ministérios inteligentes e previdentes. Por insinuação de um dos nossos mais insignes sociólogos e juristas do século XIX, o Visconde Cairu, abriu os portos do Brasil, antes fechados por monopólios estreitos ao comércio universal. Inaugurou os primeiros cursos de medicina e cirurgia da América do Sul, contratou em Paris, uma excelente missão de artistas, chefiada por um secretário do Instituto de França, fundando a nossa Escola de Belas-Artes, a mais antiga do continente, instituiu a Imprensa Nacional e a Biblioteca do Rio de Janeiro; criou o Banco do Brasil, favorecendo, assim, o desenvolvimento da fortuna particular; rasgou estradas de rodagem em várias províncias; regulou a navegação entre os nossos portos e os principais da Europa; incentivou a imigração de elementos estrangeiros e beneficiou a nossa capital, mandando levantar edifícios dignos de uma cidade moderna.

Ao tornar à pátria D. João VI, os fermentos separatistas abrasavam as províncias mais prósperas do Brasil. Em Pernambuco, ainda quando a Corte estava no Rio, estalara em 1817 uma revolução de caráter republicano, dirigida por militares e doutrinários do Recife. Jugulada a sedição e castigados com desumana imprudência os seus promotores e sequazes, o país permanece inquieto. Cresce de ponto essa inquietação diante dos manejos das

Cortes de Lisboa, onde a voz dos nossos deputados é sempre abafada com motejos e escárnios. Temendo o próximo movimento libertador, os dirigentes do Reino aprovam leis ainda mais restritivas dos nossos direitos, tão duramente conquistados. Visam os patriotas da América em tais atitudes, o propósito de recolonizar o Brasil, retirando todas as garantias que lhe concedera D. João VI, assim como outras de que já gozava, desde o século XVIII.

O Governo da América Portuguesa, entregue à regência do Príncipe D. Pedro, filho de D. João, sente, dia por dia, diminuída a sua esfera de ação. A fim de afrouxar os laços que prendiam as províncias ao poder central, as Cortes declaram a independência delas, ao mesmo tempo que tornam sem efeito a instituição dos tribunais de justiça do Rio. E, afinal, para reduzir de vez os brios nacionais, chamam a Portugal o Príncipe Regente.

Levantara-se contra semelhantes medidas o escol da nação, e, em representação memorável, oito mil cidadãos se dirigem a D. Pedro, pedindo-lhe que não embarque. E o Príncipe, impetuoso e de resoluções instantâneas, responde ao povo, por intermédio de José Clemente Pereira, com as célebres palavras: "Como é para bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao Povo que fico."

Moralmente, pois, a 9 de janeiro de 1822, forçando o Regente a um ato de clara desobediência ao governo da metrópole, tínhamos feito a nossa independência. Daí por diante, até ao grito de "Independência ou Morte", às ribas do Ipiranga, em São Paulo, rapidamente fomos conquistando as nossas liberdades políticas. Derrotados em terra e no mar, depois de encontros memoráveis, os portugueses, por mediação da Grã-Bretanha, reconheceram o novo Estado soberano do Brasil, não sem receberem, contudo, algumas sacas daquele ouro das Minas Gerais, de que tão ávidos sempre se mostraram.

O compromisso de que nasceu o primeiro Império era, entretanto, precário. D. Pedro teria que optar entre ser I no Brasil ou IV em Portugal. Certo, se lhe fosse possível cingir as duas coroas, não hesitaria em reuni-las sob o seu cetro. Para conseguir isso, porém, seria mister, sabor vencer as nossas poderosas resistências, que o príncipe tivesse outro temperamento. Com as suas decisões repentinas, as vacilações do seu caráter, a incultura do seu espírito, formado em ambiente artificial e inculto, o diletantismo da sua política e a falta de austeridade dos seus costumes privados, D. Pedro estava fadado a uma irremediável abdicação. Corajoso mas indisciplinado, inteligente mas ignorante, autoritário mas de boa-fé, o nosso primeiro Imperador não guardaria muitos anos a coroa do Brasil.

Seu Governo oscilou entre a popularidade mais ruidosa e a mais desabrida impopularidade. Apoiando-se ora nos partidos jacobinos, ora deixando-se arrastar pelos chamados "corcundas", facção de tendências restauradoras, o jovem Imperante via decrescer ainda mais o seu prestígio, abalado por essas encontradas manifestações, na infeliz campanha da Cisplatina. As contínuas intervenções na Banda Oriental do Uruguai e a luta pela posse das margens do Prata eram a conseqüência da política desastrada e imprevidente dos tempos coloniais. A consciência nacional não estava de acordo com essa guerra e, dentro do próprio parlamento brasileiro, ergueram-se vozes autorizadas para estigmatizar o que lhes parecia imperdoável erro e desatino. Firmada a paz com a República Argentina, reconhecemos a independência do Uruguai, satisfazendo, assim, os impulsos liberais do nosso povo,

sempre infenso às expansões do imperialismo colonial e evitando, por outro lado, que o caudilhismo platino invadisse aquele Estado.

Junte-se ainda, a essas dissensões externas, a agitação que lavrava por todo o país, com a deportação de homens influentes, como José Bonifácio, o patriarca da independência, assim como pela inabilidade e parcialidade de Pedro I, escolhendo áulicos e cortesãos para constituir os seus ministérios, e cedendo às suas [illegible] do seu Governo. Finalmente, em 7 de abril de 1831, ao cabo de 10 anos de [illegible], dentro e fora das nossas fronteiras, sob a ameaça de [illegible] rebeliões, Pedro I respondia às massas agitadas junto ao seu palácio, para reclamar um ministério no parlamento, espontânea e imperiosamente, com o ato de abdicação, na pessoa do seu muito amado e prezado filho, o senhor D. Pedro de Alcântara".

De 1831 a 1840, quando subiu ao trono, ainda infante, o nosso grande Imperador, abre-se para o país um longo período de graves e demoradas [illegible]. Entregue o governo central à Regência de estadistas experimentados, nem por isso, todavia, foi fácil dirigir a nação. Levantou-se, desde logo, diante da Regência, um perigo eminente que ela teve de jugular com admirável energia: a abdicação, forçada por civis e pelos militares, que haviam aderido ao povo, concorreu para o desencadeamento da indisciplina armada. Do extremo norte ao extremo sul, os motins de quartéis, as sedições, os conflitos, as revoltas se sucediam. Pesavam sobre o nosso imenso e desguarnecido território sérias ameaças separatistas, e a demagogia, sob o disfarce das ideias democráticas, campeava livremente, comprometendo a grande obra da unidade nacional, penosamente realizada pelo esclarecido liberalismo dos nossos homens representativos. No Rio Grande do Sul, entre os desmandos da soldadesca, o ambicioso e infame caudilhismo de alguns chefes [illegible] a Província e uma revolta [illegible] e sangrenta [illegible] violentamente do Império. A Proclamação da efêmera mas sangrenta República de Piratinin agredia de súbito o sentimento patriótico da nação inteira, e, por toda a parte, dando mão forte aos varões da Regência, o povo se levanta e se alista nas fileiras do exército patriótico, conduzido galhardamente por aquele que, mais tarde, seria o Duque de Caxias.

O papel desempenhado pela Regência não encontra paralelo em nossa história política. A Regência salvou a monarquia nascente, que não encontrava senão [illegible] pelas [illegible]; sustentou as tradições morais e religiosas que herdáramos dos nossos avós; garantiu a unidade nacional, enfraquecendo sabiamente a autoridade das províncias, e dando ao prestígio do poder central aquela majestade que tanto significou o segundo Império; aumentou o zelo da coisa pública pela honestidade dos seus processos administrativos; incentivou a criação de partidos políticos, extinguindo as facções, o amor próprio pelo interesse da coletividade; amorteceu os ódios entre brasileiros e portugueses; sustentou o escol da nacionalidade, livrando-o das investidas de irresponsáveis grupelhos; realçou a missão do soldado, organizando, por Decreto do Padre Feijó, a Guarda Nacional, que tantos e tão assinalados serviços prestou à causa da ordem e da disciplina; finalmente, entregou o país, que recebera ensanguentado, dividido, ameaçado de perigos [illegible], já constituído, tranquilo e florescente, ao sereno, ao simples, ao mais liberal de todos os [illegible] do Universo, ao sábio Pedro II.

O Segundo Império, no Brasil, é a época das verdadeiras liberdades políticas. Em toda

a América Latina nunca houve presidente mais democrático que o nosso Imperador. Esse homem, de grandeza sem aparato, que provava, nos quartéis, o rancho dos praças, que, em suas audiências públicas, recebia a todos que o procuravam e a mão de todos apertava, era quase um alto acima dos preconceitos, que, em verdade, como escreveu [illegible], perdera na filosofia e no saber "a consciência do monarca". Rodeado de poetas e cientistas, como um príncipe [illegible] de Florença, a nobreza que mais distinguiu e amou foi a da inteligência. Grande parte dos nossos barões e dos nossos condes, foi ele buscar entre os artistas, os cientistas e os letrados. Seu caráter, como o dos senhores de engenho dos nossos longínquos séculos, era inflexível em pontos de honra. Um simples deslize, que perdoaria nas classes humildes, castigava duramente nos representantes da aristocracia. Senadores, conselheiros de Estado, fidalgos e palacianos [illegible] que pautar os seus atos pela mesma honradez que orientava os do Imperador.

Entre os partidos políticos, foi, por excelência, o poder moderador, e sempre neles interveio, quando se fazia necessária a [illegible] de sua experiência. Durante o seu reinado, que se prolongou de 1840 a 1889, deu-nos meio século de paz interna, de segurança individual, garantida por uma constituição liberalíssima e por leis justas. Abriu escolas, acolheu com prudência as correntes migratórias, desenvolveu as nossas primeiras estradas de ferro, preparou, sem espírito de conquista, uma esquadra de guerra, que seria o fator principal na campanha contra Lopez, ajudando, por igual, os países vizinhos na pacificação dos seus territórios. Nunca lançou as armas dos seus arsenais em expedições imperialistas, e sempre se mostrou desejoso de ver, ao longe das nossas fronteiras, a oliveira florida.

Apresentava-se, entretanto, um grande óbice ao desenvolvimento material do país. Repousava, infelizmente, a nossa economia no braço do escravo africano, que a administração portuguesa fora obrigada a introduzir na América. Era a escravidão que [illegible] o trabalho pela terra. Diante do problema abolicionista, [illegible] os partidos monárquicos, sem coragem para resolverem definitivamente o gravíssimo assunto, do qual dependia, ou parecia depender, a nossa riqueza. A guerra do Paraguai, em que os negros se comportaram admiravelmente, e a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, vieram agravar a situação social do Império, dividido entre brancos puros, e mestiços, cruzados com índios e africanos. No parlamento, na imprensa, na administração, nas profissões liberais brilhavam muitos representantes da raça [illegible], produto das três que primitivamente formaram o Brasil.

Valia a população escravizada mais ou menos [illegible] mil contos de réis. A lavoura da terra, com a supressão do cativeiro, ficava, pois, muito comprometida, e sendo ela a base da nossa economia geral, o choque proveniente da abolição seria no mínimo fatal ao regime monárquico. Acresce ainda que faltava a Pedro II, apesar das suas qualidades indiscutíveis, a capacidade de resolução que o momento exigia. D. Pedro II era [illegible] no conceber mais lento, e por vezes caprichoso, no executar. A vontade não acompanhava a rapidez do pensamento. Enquanto moço, o vigor do seu espírito pôde compensar a lentidão dos seus atos. Mas, à medida que envelhecia, o soberano admirável ia pouco a pouco perdendo, com a saúde combalida, a [illegible]. Partidário da abolição progressiva, feita de modo a prevenir a riqueza geral, não conseguiu, porém, deter a onda cres-

centro dos abolicionistas extremados, entre os quais figuravam tribunos como Joaquim Nabuco e poetas como Castro Alves.

Além disso, o exemplo das democracias federalistas do continente americano ganhava terreno entre nós, e, se das idéias novas não participava realmente a maioria da nação que trabalha e produz, por elas se batiam os homens inquietos do caldeamento étnico que se operava em todo o país. Encontravam-se assim, frente a frente, as duas correntes que, desde a colônia, se desenvolviam paralelamente, através das nossas lutes domésticas: a dos moderados, que se conservaram sempre fiéis às tradições da realeza, e que, por duas vezes, evitaram a República, em 1822 e em 1831; e a dos radicais, que desde 1817, forcejavam por implantar o sistema republicano federativo no Brasil.

Feita a abolição, de uma assentada, foi profundo o descontentamento das classes conservadoras, e a nobreza da terra, o maior sustentáculo do trono, ou lhe voltou as costas indiferente, ou começou a lhe dar combate sem tréguas. Com a adesão do exército, habilmente trabalhado pelos últimos ministérios imperiais, o partido republicano, sem derramar sangue, extinguiu em poucas horas, na surpresa de uma parada repentina, a dinastia dos Braganças na América.

Foi-nos útil salutar, porém, a lição do Império, que, embora feita pelas armas, não ficou a República deferida dela. Dentro e fora do país, continuamos fiéis aos princípios básicos da nacionalidade, que o positivismo e o apressado materialismo político dos primeiros anos da democracia foram incapazes de vencer. Prosseguindo no caminho que nos traçaram as gerações passadas, temos mantido a dignidade do país, dentro da ordem e do trabalho. Resolvemos todas as questões internacionais por acordos e tratados de arbitramento.

Encontrando a nacionalidade formada e unida por laços indissolúveis, em um território que se estende por quase nove milhões de quilômetros quadrados, a obra da República teve sido principalmente a de dar maior impulso às novas atividades econômicas e comerciais. Até pouco anos, soberam as cifras da nossa produção, e o Brasil, que há bem pouco, era o país da borracha e do café, é hoje um largo centro industrial, onde já se fabrica tudo quanto importávamos, antes, do estrangeiro. A população, mercê dos nascimentos e das contínuas correntes migratórias, elevou-se de 14 a 32 milhões de almas.

5. O Preceito europeu

A cultura intelectual acompanhou de perto a evolução material do Estado; difundiu-se a instrução pública primária, secundária e superior. Abrem-se por toda a parte colégios, academias, universidades, institutos de aperfeiçoamento, cursos de altos estudos, despertando, além, esse interesse crescente que as nossas coisas provocam no exterior, e do qual ainda agora nos oferece desvanecedor testemunho o governo francês, criando na Sorbona uma cadeira de língua e literatura brasileira.

Temos, entretanto, graves responsabilidades, no sentido de tornar o nosso país cada vez mais conhecido em nosso continente.

As novas gerações do nosso país devem pôr todo o seu empenho no fecundo trabalho

de aproximação entre os povos latino-americanos. Confinados em nossas fronteiras, só temos olhos para ver a longínqua Europa. Sofremos de um particularismo estreito.

Coloquemos acima do livro francês ou inglês, o conhecimento mútuo das possibilidades americanas. A nossa literatura ainda é, na generalidade, produto de importação. Ao invés de termos, para escrever, o que vemos, analisemos, palpamos os elementos ativos do meio em que vivemos.

Basta de imitação artificial!

Não tenhamos receio de que nos taxem de bárbaros. Antes ser a nossa barbaria, da qual os europeus não podem mais prescindir. Deixemos em paz os mármores da Acrópole e as torres das catedrais góticas. Não somos os filhos das estepes e das florestas, e, se quisermos criar nova civilização, arranquemos, desde já, as máscaras postiças que encobrem as nossas verdadeiras fisionomias.

O nosso dever é destruir o preconceito europeu, o pior, o mais nocivo de todos os nossos males. Demos à história dos povos americanos o lugar de eminência que, em nossas cogitações, ocupa a das nações de outros continentes. Deixemos de pensar em europeu. Pensemos em americanos. Temos o prejuízo das fórmulas, dos postulados e das regras que não se adaptam ao nosso temperamento.

O nosso dever é combater todos êsses dogmas, completando com a do pensamento, a obra da nossa independência política.

O nosso dever é erguer, dentro da nossa comunhão, na generosidade e no esplendor da beleza e da força, a civilização latino-americana, gerada em nossa carne e fruto do nosso sangue.

III. A psique brasileira

A alma brasileira nasceu de três grandes melancolias. Deu-lhe a saudade portuguesa a doçura da sensibilidade ibérica e o fatalismo voluptuoso da imaginação oriental; acrescentou-lhe o índio a inquietação do terror cósmico; ajuntou-lhe o africano a queixa imensa da sua humilhação, o travo do seu sofrimento resignado.

A tragédia da adaptação

Somos dominados, absorvidos, fascinados pela grandeza da terra que, através de uma batalha constante, conquistamos, porém, não podemos sobrepujar inteiramente. A natureza no Brasil não esperava pelo homem, pois estava no segundo período dos cataclismos e das transformações geológicas. Há ainda hoje, no Amazonas, um fenômeno que ilustra sobremodo este juízo. É o que os sertanejos chamam terra caída. Não há episódio mais comovente, não há drama que caracterize melhor a tragédia fundamental da nossa adaptação ao solo perpetuamente desbravado, que essa tremenda calamidade telúrica.

Diz o Sr. Graça Aranha, na sua admirável Estética da Vida, que no espírito brasileiro, tal é a maravilha da natureza em que ele se perde, há a angústia do exilado em um

mundo paradoxal. Nada mais justo que esta reflexão do nosso eminente escritor. Em verdade, o brasileiro encontrou uma natureza áspera e pouco generosa para as criações do homem civilizado. Faz-se mister que ele a domine continuamente, para não ser absorvido por ela, como foi o índio, pois, ao menor descuido, a selva volta novamente a sufocá-lo, na magia da sua exuberância violenta e impetuosa. Se ele não permanecer vigilante e ativo, a floresta virá ao seu encontro, e o abafa irremediavelmente, e o envolve nos seus tentáculos soberanos. "Parece que a natureza, no Brasil, foi surpreendida pelo homem, quando ainda se achava na elaboração de uma obra sem igual", afirma um penetrante ensaísta, o Sr. Matheus de Albuquerque.

Os trabalhos do homem brasileiro foram e tem sido de uma dureza sem par. Ao revés dos outros povos americanos, do platino, em suas coxilhas macias e fáceis, ou dos mexicanos e peruanos, senhores já no momento da colonização de cultura adiantada e opulenta, produto de raças disciplinadas, tivemos que construir pelos séculos a grandeza do nosso país. A história dessa pugna titânica está intimamente ligada à tragédia do nosso espírito, que a reflete, nas suas múltiplas trajetórias.

Está aí, pois, a razão da nossa melancolia, mas aí também reside o segredo precípuo do caráter firme e obstinado da nossa raça, que, em contato frequente com os mais encontrados elementos étnicos, trazidos pelas correntes migratórias do Mediterrâneo, do Báltico e do Mar Negro, manteve, na sua inteireza, as qualidades que lhe são fundamentais.

O Brasil é uma dádiva da terra, mas, como aquele arco pesado e belo, formidável e gracioso do velho Odisseu, exige dos seus pretendentes uma disposição enérgica e uma vontade sem desfalecimento.[48]

48 Do livro *Estudos Brasileiros*, 1924, Anuário do Brasil.

A Consciência Brasileira

Tasso da Silveira

TODO E QUALQUER estudo sobre a arte, o pensamento, a inteligência brasileira, deveria partir da consideração inicial de nosso problema étnico. Porque os dados deste problema é que nos dão a razão do lastimável contraste entre o tumulto criador do nosso mundo interior e a relativa exiguidade do que até agora conseguimos realizar; entre o perpétuo adiamento da manifestação integral do que somos e a nossa infatigável esperança.

Uma grande arte e um grande pensamento só podem provir de uma raça definitivamente caracterizada. Enquanto permanece um povo no período dos profundos caldeamentos, não poderemos esperar dele a serenidade recolhida de que nascem as grandes manifestações espirituais. Porque do desequilíbrio dos elementos em jogo, o que lhe vem é a incerteza, a angústia, a hesitação estéril.

O nosso problema racial é, pela sua complexidade, um dos fenômenos mais surpreendentes da história. Os que primeiro o enunciaram não souberam dar-lhe a medida da sua extensão. O próprio Sílvio Romero creio que não alcançou toda a profundeza dos horizontes que sondava.

Inútil quase repetir aqui o velho lugar comum de nossa gênese racial. Repitamo-lo, contudo, parafraseando-o com o fôlego novo de que Ronald de Carvalho o revestiu: "A alma brasileira nasceu de três grandes melancolias. Deu-lhe a saudade portuguesa a doçura da sensibilidade ibérica e o fatalismo voluptuoso da imaginação oriental; acrescentou-lhe o índio a inquietação do terror selvagem; ajuntou-lhe o africano a queixa imensa da sua humilhação, o travo do seu sofrimento resignado."[49]

Como nesta formosa definição de poeta já se entremostra misteriosa e complicada a alma ainda indecisa que trazemos. . . Como, porém, é ainda simplista a síntese enfeixada naquele trecho de harmoniosa sonoridade! Porque, se de uma parte, estão ali apontados os elementos fundamentais da nossa formação e sugerida a complexidade psicológica que só da concorrência deles três para a nossa alma de povo resultaria, de outra parte, foram menosprezados e de capital importância os dados não referidos.

Em página que é sólida afirmação de capacidade científica e filosófica, dá-nos Olivei-

49 Ronald de Carvalho — *Estudos Brasileiros*.

na Viagem a sugestão assombrosa do problema étnico no Brasil. Multiplicidade de tipos antropológicos, diferenciação radical entre as três raças fundamentais de nossa formação, cada uma delas compreendendo numerosos subtipos; irregularidade na distribuição geográfica dessas raças e de seus mestiços; irregularidade na maneira de se cruzarem e recruzarem em subcruzamentos infinitos; os "grandes problemas da aclimação e das seleções telúricas"; o contínuo advento de elementos novos da imigração intensa, enfim, dos dados que se multiplicam e se vão tornando cada vez mais complexos e difíceis[30], – eis em esquema rápido o problema tremendo de nossa constituição racial.

O que é legítimo concluirmos de tudo isso é que ainda estamos longe de nossa perfeita integração. Não se deu no Brasil, como em outros jovens países, a transplantação de uma velha raça européia que se conservasse quase intata, sofrendo apenas o renovador influxo do ambiente cósmico e por este motivo podendo continuar quase sem detença a sua expansão cultural. Nós viemos verdadeiramente do princípio, começamos a constituir uma raça verdadeiramente nova. Mas, por isso mesmo, teremos de suportar mais longa espera, mais longa aprendizagem.

Os povos de velha civilização e de cultura acabada não conhecem certas das amarguras espirituais que nos afligem, – a nós, povo recém-vindo, que ainda temos quase tudo por fazer. Possuem eles para cada uma de suas ânsias o intérprete perfeito, criado nos pouco por essas próprias ânsias, em lenta gestação que um dia magnificamente floresceu. Artistas, guerreiros, mártires, pensadores deram-lhes já satisfação às mais poderosas exigências da alma, falando-lhes a linguagem que eles melhor poderiam compreender, – a linguagem do sentimento comum, em cuja profunda ressonância ouviram-se estes povos a si próprios.

A nós, porém, do Brasil, quantas destas alegrias supremas nos concedeu, acaso, o destino? Vozes isoladas de poetas têm expressado um pouco de nossa íntima palpitação. Mas poderíamos apontar, entre os maiores realizadores que neste sentido já produzimos, o poeta integral, anunciador, profeta de nossos destinos, que pelo menos por instantes houvesse esgotado nossa capacidade de aspiração e de sonho? Qual o nosso "herói lendário", além dos pálidos esboços que nos apresentam os vultos da guerra contra os holandeses e a solitária figura do Tiradentes, que o martírio coroou e a imbecilidade contemporânea pretende diminuir?

No entanto, a verdade é que sentimos vivo o tumulto de nossa vida interior. Sonhamos e desejamos, reivindicamos, no silêncio íntimo de nosso espírito, o destino que nos deve caber pela grandeza de nossa aspiração. O olhar desprevenido do estrangeiro nada vê. Não pode ver. Só nós sentimos a oculta germinação da semente invisível. E porque ela existe é que nos é legítima a esperança, mais do que isso, a quase certeza de que também para nós chegará o dia das afirmações definitivas.

Atendidas as nossas condições étnicas atuais, explica-se facilmente o contraste, de que falamos no começo, entre este íntimo tumulto de esperança e a exiguidade de nossas realizações. Nós representamos um conjunto imenso de forças que ainda não encontraram o seu sereno equilíbrio. Em busca, porém, da resultante definitiva, já se vão acentuando

30 *Dic. Hist. Geog. e Etn. do Brasil.* Introdução Geral – Vol. I.

direções, e pelo menos nas obscuras regiões do instinto, de que provêm os desejos que nos estimulam, já se desenham amplas perspectivas que um dia o claro sol da plena consciência iluminará.

Do que ficou exposto, vê-se nitidamente que, se ainda não nos é dado, por exemplo, falar de uma filosofia brasileira, e se até em relação à nossa literatura e à nossa arte nos vemos obrigados a acumular as restrições, podemos, contudo, legitimamente procurar apreender as direções da nossa inteligência, as primeiras indicações que já fornecemos dos grandes rumos que possivelmente mais tarde palmilharemos. Essas indicações, terá de ir buscá-las o psicólogo em todos os domínios de nossa vida espiritual até aqui: na arte e na literatura, nos ensaios de pensamento filosófico, na ação política e social, e até nos obscuros pendores do espírito popular, tão cheios de revelação quanto a mais cristalizada obra de cultura que tenhamos realizado. Apenas, talvez, a ciência, objetiva e positiva, devesse permanecer fora do quadro deste inquérito, por independer quase completamente do condicionamento subjetivo dos povos. A ciência pode florescer mesmo sem aquela integração do caráter de que emergem as grandes manifestações da arte e da filosofia. E tanto é assim que nós, que ainda não demos o nosso verdadeiramente Grande Poeta nem o nosso Filósofo, já temos tido os nossos sábios, e alguns deles tão eminentes como os que mais o sejam.

Fica entendido que nestas linhas apressadas se pretende proceder ao inquérito gigantesco acima sugerido. Deixamos aqui, apenas, as linhas gerais do problema, que espíritos mais autorizados já têm procurado desenvolver.

A República abriu caminho às ambições dos mais humildes, e criou talvez, apesar de tudo o que contra ela se possa articular, uma atmosfera de mais amplo liberalismo. Com isso, estimulou possivelmente energias expectantes e, ao lado do afluxo de elementos intelectual e moralmente inferiores em nossa vida política, trouxe um mais vivo desabrochar de nossa inteligência e de suas indefinidas aspirações. Nisto, contudo, se resume o influxo que tenha porventura exercido sobre o nosso jovem espírito em formação. O mais é produto exclusivo de natural e espontânea evolução, que se teria dado em condições muito pouco diferentes mesmo que se não houvesse produzido a transformação do regime político em nossa terra. Todavia nada nos impede de falar das direções da inteligência brasileira no Império e na República, porque correspondendo esta aos últimos anos de nossa vida até aqui, coincide naturalmente, sem profundo sentido de correlação, com algumas das mais características manifestações que temos dado de nós mesmos no terreno das altas criações espirituais.

Toda e qualquer negação a respeito de nosso espírito é prematura. E as afirmações que já podemos estabelecer não são das menos significativas. Consideremos, por exemplo, a discutidíssima questão de nossa capacidade filosófica. Já em 1895, contrariando o absoluto pessimismo de Tobias Barreto neste sentido, dizia Farias Brito: "somos uma nação de ontem, e para a elaboração de grandes construções filosóficas, originais e fecundas, é indispensável o concurso do tempo". Por força das circunstâncias, reconhecia nestas palavras Farias Brito que ainda nada de nosso havíamos dado em matéria de filosofia. Ele próprio, no entanto, no momento em que assim se exprimia, estava sendo a nossa princi-

ra revelação. Sua obra veio para afirmar o que todos negavam e o que muitos negam ainda hoje: não que já tenhamos construído uma filosofia brasileira, um grande sistema original e profundo que possamos opor às maiores construções do pensamento filosófico da Alemanha, da França, da Inglaterra, mas, pelo menos, que também em nós palpita a centelha divina, que também nosso espírito, do fundo de suas divinas verdades, começa a sondar os horizontes do perpétuo mistério da existência e do seu significado.

Como recusar o caráter de puros divulgadores e até de simples [illegible] da filosofia aos que precederam Farias Brito, no Brasil, no terreno das cogitações filosóficas?

O que até ele tivemos foi, na verdade, quase nada. "Refletimos, como se exprime Leonel Franca, mais ou menos passivamente, idéias alheias; navegamos lentamente a reboque, nas grandes esteiras abertas por outros navegantes, reproduzimos na arena filosófica lutas estranhas e nelas combatemos com armas emprestadas." Contudo, um mais aprofundado exame mostrará, sob a aparência das teorias importadas, pela maneira por que eram assimiladas pelos nossos pensadores, as [illegible] correntes dos instintos nossos determinando direções de sentido reveladoramente característico.

Não há lugar aqui para análises demoradas. Há, no entanto, uma conclusão que se impõe a todos os espíritos: em todas as nossas mais vivas manifestações espirituais até agora, se tem acentuado o caráter fortemente idealista (na acepção vulgar do vocábulo) da variedade étnica em formação que hoje representamos: em nosso romance, em nosso pensamento filosófico.

Deixemos de parte os pensadores e escritores que a história da Filosofia no Brasil classifica na corrente espiritualista, que, por sua própria natureza, reflete aquele caráter. E consideremos por um instante o que o ilustre pensador e sacerdote chama corrente positivista e corrente materialista e evolucionista.

Esta última nos é de profundo interesse pela imediata observação que nela se condir. Colocada justamente no pólo oposto do que consideramos nossas verdadeiras inclinações espirituais, essa corrente materialista e evolucionista foi, como expressão de pensamento filosófico entre nós, a que mais se caracterizou como puro diletantismo ou falsa adaptação. As cogitações de Domingos Guedes Cabral não passam de superficiais vulgarizações de uma pseudociência das faculdades psíquicas muito em voga na Europa em certo tempo. A fantasiosa cosmogonia do Visconde do Rio Branco, assim como as ingênuas classificações e a perpétua volubilidade do pensamento de Sílvio Romero nada mais exprimem do que interessantes exercícios literários, sem correlação profunda com o nosso espírito de povo. Uma página qualquer do nosso simplista Magalhães, nos *Fatos do Espírito Humano*, tem mais fórmula de legitimidade, mais profundo caráter de sentimento verdadeiro do que a mais entusiástica dissertação do autor de *A Filosofia no Brasil* em torno do que ele considerava como suas criações mais originais.

O caso de Tobias Barreto é muito mais sério e grave. Tobias foi um pensador considerável para o tempo. Contudo, devemos observar a seu respeito uma coisa principalíssima: é que não há no conjunto de sua vida e de sua obra o que se possa chamar propriamente uma aspiração filosófica. Tobias foi, antes, a revelação do nosso espírito científico, ainda vago e mal definido, e só porque ainda não nos fora possível apresentar a claridade espiritual que, num Pasteur, por exemplo, tão bem conjuga a fé religiosa à fé na Ciência,

é que nos seus efeitos o espírito de positividade científica das intuições [illegible] [illegible] da filosofia.

Do positivismo poderíamos dizer que, no Brasil, mais foi [illegible] do que um modo passional por que certos espíritos se adaptaram ao nosso funcional idealismo cristão. Os seus mais eminentes representativos se fizeram apóstolos e chegaram quase que uma seita religiosa, que, bem examinadas as coisas, a doutrina por si só não bastaria a estimular, mas que encontrou fundamento em nossos mais altos instintos de povo. Foi uma manifestação desses instintos. O positivismo no Brasil se transformou, da visão científica do mundo que principalmente é em Augusto Comte e sua escola, numa seita de mentalidade [illegible], política e administrativa. E essa transformação é profundamente reveladora. Não nos cabe discutir neste lugar os benefícios ou malefícios da influência da corrente positivista em nossa política. Queremos apenas acentuar o quanto essa corrente, ao invés de desmentir, confirma o pendor idealista do nosso espírito.

Entenda-se este pendor idealista no mais amplo e nobre sentido da expressão: no sentido de invencível tendência para uma concepção religiosa da vida, e religiosa na direção cristã, que faz da bondade, da simplicidade da alma, do espírito de abnegação e sacrifício o fundamento da experiência individual e coletiva.

Tanto é esse o mais íntimo impulso de nossa alma, que a primeira legítima expressão de nossas ânsias metafísicas, que foi Farias Brito, veio como que expressamente para proclamá-lo no domínio da plena consciência filosófica.

Farias Brito realizou e confirmou as duas coisas: a nossa capacidade para a filosofia e o nosso invencível pendor idealista e religioso. Posso repetir, a propósito, o que em outro lugar já dissera: legitimamente, no domínio do pensamento metafísico Farias Brito foi, por assim dizer, a primeira vez em que ouvimos a sonoridade de nossa alma. Pouco importa que ainda não tenha sido ele, no Brasil, o primeiro a deixar uma doutrina sua, inteiriça e original. O que assimilou da reflexão dos grandes filósofos universais, pode fazê-lo adaptando-o, por completo, à nossa história e ao nosso espírito. Adaptou, combinou, "repensou" sobretudo, e exprimiu com eloqüência nova o que das doutrinas conhecidas poderia, assim, adaptado e repensado, e assim expresso, encontrar eco no fundo de nossa consciência coletiva. Foi por esta forma, quanto era possível, o intérprete de nossas ânsias de infinito e tudo o que nos faltava para dizer nossa ainda vaga concepção do mundo.

Não é que não nos estejam ao alcance doutrinas mais perfeitas e acabadas, de mais profunda visão das coisas e menos defectiva estrutura lógica. Temos às mãos as construções pinaculares de todos os tempos. E por estudo direto das obras originais, ou através dos comentadores e historiógrafos, sabemos dos meandros mais sutis por que tem enveredado o pensamento metafísico. Existe, porém, uma circunstância capital, é que Farias Brito foi, à nossa própria consciência, foi a expressão brasileira destas ânsias. É isso o que de capital representa para nós a sua obra. Um Gonçalves Dias, um Alberto de Oliveira, um Cruz e Souza afirmam a nossa sensibilidade poética. Um José de Alencar, um Machado de Assis, um Lima Barreto testemunham a nossa capacidade criadora em arte. Um Farias Brito, porém, significa mais do que tudo isso. Significa o verdadeiro despertar de nossa consciência.

A capacidade filosófica é a mais alta de que podem dar prova os indivíduos e os

povos. Compreende, pressupõe todas as outras. Filosofia é uma visão do destino. Nasce da consciência reflexiva, da inteligência aperfeiçoadora e redentora. A arte pode revelar a complexidade e a profundeza dos instintos. O espírito filosófico afirma que um povo começou a conhecer-se a si próprio.

Se a obra de Farias Brito é o mais decisivo documento desse despertar de nossa consciência, por ser a de mais vasta compreensão, no sentido lógico do termo, não representa, entretanto, um fato isolado e único. Pelo contrário, caracteriza uma época, define um estado espiritual, que é o que atravessa presentemente a nossa mentalidade. O pendor idealista de nossa alma de povo é um fato comprovado por todos os gestos, atitudes e palavras até o dia de hoje. Esta simples afirmação, porém, não bastaria a tranquilizar-nos o sentimento patriótico. Representa apenas um dado geral do nosso espírito, mas não produz ainda a certeza de um destino superior. A esse pendor instintivo devemos, sem dúvida, algumas luminosas páginas de nossa história, e entre elas a da abolição da escravatura que, mais do que nos escravos, em nós mesmos nos realizou. Todavia, não bastam a um povo as nobres inclinações para que ele se salve e realize. É preciso, para isso, que compreenda e sinta as suas próprias realidades.

Esta compreensão profunda das nossas realidades é que começa a manifestar-se agora, e deste fato é que são testemunhas os espíritos que, com Farias Brito ou após ele, vieram para inaugurar novo período da nossa mentalidade. Aos primeiros balbucios dos pensadores do tempo da monarquia e à generosa ideologia dos propagandistas e fundadores da República, sucede hoje um claro espírito de análise do que verdadeiramente somos e do que necessitamos. Ultrapassamos definitivamente a era das grandes frases sonoras. Acordamos definitivamente para o trabalho fecundo.

Por que aspectos se caracteriza esse espírito novo em nossa pátria? Por uma visão mais verdadeira de nossa história. Pela compreensão dos erros cometidos em nossa vida política. Pela coragem em confessar nossos profundos males, em reconhecer nossas deficiências, em apontar nossas necessidades. Por um vivo desejo de atividade, ao vazio otimismo dos propagandistas da República e ao desânimo dos espíritos débeis pelo fracasso de certas ilusões, o esforço confiante da inteligência construtiva. Pela consciência de que os nossos problemas pedem e requerem soluções positivas, induzidas da própria realidade brasileira. Pelo conhecimento cada vez maior dos dados morais, intelectuais, étnicos, políticos e econômicos do nosso passado e do nosso presente, de modo a sobre eles podermos construir solidamente a doutrina da ação que temos a desenvolver.

Os espíritos que trazem essa orientação nova são numerosos. Constituem um escol, no sentido mais profundo da palavra — o escol de que todos os povos precisam para realizar os seus destinos, o escol que se faz a representação viva de um povo, não porque signifique ser esse povo constituído só de altos espíritos, o que fora impossível, mas porque de fato é a consciência desse povo, é a cristalização das energias obscuras e dispersas na massa, enquanto nele se fazem serena claridade.

Inútil apontar nomes neste lugar. O de Farias Brito significa uma alvorada. Por isso sobre ele insistimos longamente. Queremos ater-nos à mais ampla generalidade

Parece-nos que se poderia traçar assim a curva do desenvolvimento da consciência brasileira, realizada em função de profundos (e, por isso mesmo, de lenta cristalização) fenômenos étnicos: por um fato fundamental: o essencial, orgânico idealismo de nossa alma de povo; como manifestação concreta desse idealismo, a verdadeira ideologia dos políticos do Império e dos fundadores da República; o verdadeiro despertar da consciência nacional em Farias Brito e (citaríamos agora o nome de outro genial precursor: Alberto Torres), e finalmente, na geração mais nova, na geração dos que nasceram com a República, a afirmação de um espírito que claramente vê, que profundamente sofre porque a realidade é amarga, mas que, sobretudo, intimamente espera, porque confia na vitória da inteligência.

Política e Letras

Tristão de Athayde

Tese — O erro da geração literária depois de 1889, fugindo à ação social e política; o sacrifício de Raul Pompéia, antifrase... de certos operários literários; a reação de Euclides da Cunha.

1ª Parte

Dois dias depois da morte de Edgar Poe, publicava a *New York Tribune* a seguinte notícia: "Edgar Allan Poe is dead. He died in Baltimore the day before yesterday. This announcement will startle many, but few will be grieved by it." Nada mais.

A sorte das letras em toda a América se resume nessas linhas de [illegible], com que o maior jornal dos Estados Unidos escrevia sobre a morte do mais genial dos seus poetas. Pouco [illegible] dito, por certo, é a condição dos artistas na América Latina, embora a civilização do livro tenha precedido aqui à civilização da máquina, ao contrário da Norte América. E até nesta já hoje não são raros os comentários melancólicos. São mesmo os mais [illegible] cultivados.

Ainda assim, as palavras da *New York Tribune* dizem mais que uma dissertação. A América — e há pontos em que as duas Américas coincidem — vive lutando na angústia de uma originalidade nem sempre procurada com favor e por isso mesmo raramente recompensada. E, no entanto, a América já representa alguma coisa para a inteligência da Europa, embora não por meio de sua inteligência. O que a Europa pede à América é justamente uma reação contra o seu intelectualismo, em que Spengler já dizia os sinais definitivos da decadência. Renan se queixava ainda do mal[51], mas os contemporâneos o procuram para renovar com Charlie Chaplin o seu riso exausto[52], ou com o *jazz band* bárbaro a espiritualidade excessiva de uma cultura. Se à América do Norte ela pede essa reação pela ingenuidade do homem, à nossa América Latina ela a pede pela

51 "Le monde marche vers une sorte d'américanisme qui blesse nos idées raffinées." E. Renan, *Souvenirs d'Enfance et de Jeunesse*, p. X. Paris — 1883.

52 [illegible] — *The [illegible]*, p. [illegible], London — 1921.

[illegible] dos trópicos, do [illegible] selvagem e [illegible].

Não é, portanto, à nossa inteligência que a Europa se dirige, para atenuar os males, que o [illegible] de sua inteligência lhe tem causado. Mas nós não nos podemos contentar com [illegible] que em nós [illegible] a Europa. Nós procuramos exatamente o oposto. Nós procuramos a inteligência [illegible] inteligência, [illegible] para fugir às [illegible] do meio, como também [illegible] para compreender, para assimilar, para [illegible] o nosso território [illegible]. Somos [illegible] complexos do que eles [illegible]. Nós, do Sul, [illegible] que os do Norte, cuja civilização difere profundamente da nossa. Somos nacionalidades apresentando todas as fases de civilização [illegible], desde o selvagem no último grau da decadência[44], até as inteligências [illegible] que se [illegible] nestes trópicos [illegible] e ainda primitivos. E de tudo [illegible] o [illegible] e um [illegible] contínuo de morte.

É o mal de que sofremos também, aqui no Brasil, e mesmo em grau superior ao dos nossos vizinhos imediatos. Daí onde essa discordância de tempos de crescimento, essa [illegible] desconcertação de espíritos, essa ambiguidade moral que ainda não permitiu que a nossa alma se [illegible] a si mesma?

Penso que da divergência constante entre a [illegible] de tempo, que vai criando lentamente e descontinuamente, por vezes, a nossa realidade nacional, e as exigências da nossa [illegible], tão [illegible], tão viva e ao mesmo tempo tão vazia de pertinência e de fôlego, é [illegible] a natureza dos [illegible] e o que a inteligência pode que separar.

Estudemos rapidamente a marcha dos dois fenômenos, esse binômio orgânico da nossa história e do nosso espaço.

II

A história brasileira pode ser dividida em três períodos: o Colonial, o Imperial e o Republicano.

No período colonial, que se estende até 1808, pode-se dizer, em suma, que não possui o Brasil existência sua e vive de Portugal e para Portugal. Sua vida não tem expon-

44 [illegible] como [illegible] em 1907, o primeiro [illegible] de uma raça, [illegible] da pedra, e até então fechada a todo contato com os homens brancos.

— "No fim do mês de outubro apareceram [illegible] presença dos [illegible]. Na dia 14 tinham [illegible] com uma [illegible] no rio [illegible]. Já na margem [illegible] do rio, [illegible] mais longe o [illegible] Nambiquara. [illegible] no [illegible] de um [illegible] da [illegible]. [illegible], para o [illegible] imóveis. [illegible] havia um [illegible] a [illegible] e [illegible] no chão um [illegible] de [illegible], e um [illegible] coisas. [illegible] de algum tempo [illegible], por onde [illegible] a mão, [illegible] o produto da colheita. Mas o [illegible] dos [illegible], a [illegible] do selvagem e ele se [illegible]." — Roquette Pinto — Rondônia, p. 27 — Rio, 1917. E mais adiante, à p. 99 do seu grande livro, observa, já não mais a propósito de índios, mas de um [illegible] encontrado [illegible] no sertão: — "Há uma diferença tão grande entre o que são os brasileiros das cidades, e o que [illegible] a população sertaneja, que até parecem habitantes de dois países diversos."

[illegible]tividade nem destino próprio. Recebe de Portugal tudo que necessita para trabalhar, para produzir, para [illegible] a sua vida. Deste para a colonização, para o governo, para o [illegible] das empresas de exploração do interior e para a defesa da costa; instrumentos de trabalho; leis; instrução elementar ou superior; armas e oficiais para as suas forças militares, tudo enfim que representa o meio de [illegible] a conformação da nacionalidade futura, a fixação de seus limites geográficos, a apuração de sua raça, os meios de defesa externa e de formação interior. Se toda a [illegible] social brasileira desse período, se assim é possível dizer, vem de Portugal, — para Portugal se orienta [illegible] toda a sua finalidade. Sua riqueza, é a Coroa que a absorve. Sua gente vai ser educada em Coimbra e lá se aportuguesa em regra definitivamente. Todo desenvolvimento da Colônia tendia naturalmente para a Mãe Pátria. Nem podia ser de outra forma, pode-se dizer, embora seja [illegible] que o colonialismo português foi mais opressivo em relação ao Brasil, que o colonialismo espanhol em relação ao México e ao Peru, por exemplo.

É certo, também, que nesse período de vida artificial, — que o grande Antônio Vieira caracterizou tão fortemente na famosa imagem da [illegible] d'água — começaram a surgir no Brasil os indícios de sua formação local. Não há, em história, períodos e ciclos de caracterização fixa, de limites incontestáveis. A vida de um povo, como a de um espírito, é um longo tecido a um tempo contínuo e descontínuo. Tudo se liga no tempo e tudo evolui desagregadamente no espaço. Não há uma superfície de expansão homogênea, nem, por outro lado, barreiras naturais definidas que permitam delimitar sem hesitação. Tudo é uma grande curva sem fim, onde a descontinuidade das transformações [illegible] acaba se uniformizando no traçado amplo da evolução.

As raízes da nacionalidade brasileira estão no período colonial. Nem por isso deixa ele de ser o período [illegible] por excelência da nossa história, em que a nossa formação tudo devia, por assim dizer, ao que nos vinha de além-mar. Nem outro recurso restava à terra imensa e silenciada.

III

O período Imperial começa em 1808, com a fixação da sede da monarquia no Brasil, toma o seu caráter definido com o primeiro Imperador e estende a sua culminância até 1870 com o apogeu de Pedro II.

É o período do [illegible], encarnado nas três figuras da Monarquia, — o [illegible], o [illegible], o [illegible]. Portugal perde a [illegible], mas não perde a coroa. Não é mais de além-mar que nos vem a civilização, mas essa civilização ainda nos vem de cima, ainda nos vem do Paço. A iniciativa brasileira ainda não surgiu com espírito de continuidade. Os movimentos esparsos, que já vêm do período colonial intensificam-se, amiúdam-se é certo, mas os destinos do país ainda se regem exclusivamente, por assim dizer, na esfera palaciana. Os grandes atos e os grandes fatos do período descem ao país, não sobem do país.

D. João VI é naturalmente o criador de instituições. Muito do que forma hoje o mecanismo central da nação, em esferas as mais diversas — ensino secundário, jurídico ou

artistas, formação militar, bancos, jardins, tribunais, bibliotecas, museus, imprensa, navegação, — tudo isso foi inaugurado por D. João VI. Era inevitável que o fizesse, bem o sei, desde que aqui se fixava por longo tempo. Mas podia não fazer. Napoleão não era eterno. Toda a sua corte ansiava por voltar. O Rio era uma aldeia insalubre. Se a ambição de D. João VI ainda o animasse, certamente que preferiria conservar a Colônia no seu atraso rendoso, dar-lhe armas para crescer e fatalmente separar-se um dia, um dia próximo, como êle próprio o previu. A glória de fundador, por limitada que seja, não se lhe pode tirar. E êle a mereceu.

Pedro I é a fôrça imediata da Independência. E a independência foi ainda um movimento de oficialismo. A coroa fez mais do que seguir o ímpeto dos acontecimentos. Pedro I teve a intuição do sentimento nacional, sem dúvida. E a ambição, a vaidade terão decerto os sentimentos primordiais que o guiaram. Que importa. Sacrificou uma herança segura a uma aventura incerta. Pôs-se à frente do movimento. Qual não teria sido a anarquia de uma agitação de independência sem um laço de união como era o Príncipe? A Unidade brasileira deve a sua permanência, naquele momento de crise aguda, ao oficialismo do movimento de 1822. Esse oficialismo da independência não deve obscurecer a existência de certo movimento popular urbano. Mas basta compararmos a nossa independência, que se fêz [illegible], com o movimento anárquico de outros países sul-americanos, para sentirmos que não houve aqui democratismo libertário, como em outros pontos do continente, e o pouco que houve foi contido pelo Poder, segundo [illegible] do oficialismo desse período Imperial de nossa história.

Depois do Monarca indeciso e do Monarca impetuoso, o Monarca sereno. Mas antes dele, separando-o do pai, tão diverso, tão antagônico, o período da Regência, em que a Autoridade chega ao seu auge.

É o período da *fôrça da desordem* e da ordem pela fôrça. É o momento dos homens fortes, dos homens que tinham quebrado em si a paixão da liberdade, com que vinham das lutas pela independência, transformando-a na fôrça da autoridade. É o tempo de Feijó, de Olinda, de Carneiro Leão, a maior figura, talvez, de todo esse período Imperial, de Lino Coutinho, de Bernardo Pereira de Vasconcelos. A anarquia que fermenta sugere a formação da resistência. O liberalismo converte-se em autoritarismo. E defrontam-se as fôrças desencadeadas pela embriaguez da liberdade, que a independência soltara, com as fôrças da consciência imperial desses homens fortes, que encarnavam então o sentido da unidade nacional ante a dispersão das ambições locais. Foi o *momento crítico do período* imperial, mas também o momento em que o imperialismo adquire toda a sua pujança e revela todo o benefício que prestou à nossa unidade nacional.

Em 1840, vencida a onda desagregadora, mantida a unidade pelo sentido imperial dos varões da Regência, chegamos a *Pedro II* e aos trinta anos finais do segundo período de nossa história. O Imperador, depois de 1848, encontra um Brasil em calma, tranquilo e homogêneo de espírito. É o período áureo do parlamentarismo. Parece vencida a barbaria. A tranquilidade do Império se destaca no continente, ante a anarquia e a agitação ambiente. Os partidos se formam. A cultura se desenvolve. Os estadistas começam a surgir. O parlamento é uma arena de lutas corteses, severas por vêzes, mas sempre moderadas pelo poder supremo. Sim, é nesse período áureo da realeza que Pedro II exerce, em

toda a lucidez, o seu poder pessoal. Os homens da Regência, que não podiam suportar de bom grado a autoridade dessa criança, que lhes devia o trono, são postos lentamente à margem. E o Imperador realiza então o apogeu do período imperial.

É uma nova forma de oficialismo. O de D. João VI fôra o previdente de transplantar instituições, de inaugurar serviços e academias. O oficialismo de Pedro I fôra o de pressentir o desejo ambiente e de tomar a si a iniciativa dos atos definitivos, que criavam situações novas e decisivas para a vida nacional. O oficialismo da Regência fôra o de resistir à desunião, opor a autoridade central à anarquia periférica, defender o Brasil uno que recebera e o trono que simbolizava essa unidade nacional.

O oficialismo de *Pedro II* é o de árbitro dos partidos, o de fiel nessa balança de poderes que o parlamentarismo importado da Inglaterra fazia oscilar constantemente. Pedro II nunca abdicou do seu Poder Moderador, que era o nome constitucional desse novo oficialismo do segundo reinado. Sempre exerceu escrupulosamente a sua função de conhecer os homens, de pesar a fôrça dos partidos, de sondar a opinião pública, a nossa pobre opinião pública de costas tão largas, e de escolher pessoalmente, [illegible] muitas vezes, os homens do leme.

O oficialismo foi então uma fôrça moral e uma fôrça de equilíbrio. A serenidade interna dêsse período de nossa história e a respeitabilidade que dela emana até hoje, devem em grande parte a sua existência a essa fôrça de moralidade e de equilíbrio que foi o oficialismo providencial de Pedro II nesses trinta anos de história.

IV

O período republicano data de 1870. É que então se começa realmente a sentir como a serenidade dêsse Império era [illegible] artificial. O mal do oficialismo prolongado entra a revelar-se. Foi-se vendo pouco a pouco — e até hoje o vemos ainda com surpresa, por vêzes — que o Brasil se formara às avessas, começara pelo fim. Tivera Corte antes de ter Povo. Tivera parlamentarismo antes de ter eleições. Tivera escolas superiores antes de ter alfabetismo. Tivera bancos antes de ter economias. Tivera salões antes de ter educação popular. Tivera artistas antes de ter arte. Tivera conceito exterior antes de ter consciência interna. Fizera empréstimos antes de ter riqueza consolidada. Aspirara à potência mundial antes de ter a paz e a fôrça interior. Começara em quase tudo pelo fim. Fora uma obra de inversão, produto, como vimos, de um longo oficialismo. Esse oficialismo garantira-lhe a unidade geográfica, a unidade religiosa, a unidade lingüística e em parte a unidade étnica, condições todas fundamentais para a unidade nacional. Com o início do período republicano, porém, começa-se a ver o reverso do oficialismo, o artificialismo social que ele provocara no amago dessa unidade política que soubera conservar.

A guerra do Paraguai, "o divisor de águas" como lhe chamou Nabuco, marca o fim do período Imperial, alcançado, aliás, pelas famosas e expressivas eleições de 1860. Já terminara com ela o ciclo das lutas externas e abrira-se a era das reivindicações internas. O contato mais íntimo do Império com as Repúblicas vizinhas aviva o contraste [illegible]

nações. E se no período da Independência, foi o Prata que sonhou com uma adaptação das instituições brasileiras, era agora o Brasil que começava a imitar o republicanismo platino.

A guerra acentuou também a gravidade da *questão básica do Império* — a abolição. Era todo o regime de trabalho, de povoamento, de riqueza, de revelação da terra brasileira que entrava no período crítico.

A força do subconsciente popular já não era a violência da patuléia, que imperava no primeiro Reinado ou na Regência. Era essa força *mais lúcida*, mais ordenada e unida, com ideais mais conscientes e plásticos, que vinha por longo tempo se elaborando silenciosamente na alma da nação.

O individualismo sucede ao *oficialismo*. A força nova, que anima desde então a nossa ainda informe cristalização nacional, já não vem de cima como até então. Doravante, se o problema imediato é a abolição, que se precipita, o problema profundo é a ascensão ao poder da massa consciente, do particular instruído ou ambicioso, que sente *nesses* em si o gosto do mando e a força do *poder*.

A republicanização do Império começa, portanto, em 1870. Mas já antes disso, não só se pressentiam, mas se exprimiam claramente os sentimentos que iam inspirar esta segunda fase do segundo reinado. É a prova d a repercussão enorme que tiveram em 61 as *Cartas do Solitário*. Tavares Bastos não traduzia somente o sentimento de um partido, mas um pensamento latente de que todas as classes participavam. A *hipertrofia do oficialismo* e a inanição das *forças reais* do país começavam a revelar o artifício daquela aparente serenidade imperial.

Que espetáculo se desenrolava aos olhos dessa opinião pública nascente, desenganada da aparência que o Império oferecia à elite desprevenida? Assim o exprime Tavares Bastos:[54]

— "Os nervos do corpo social afrouxam, a atonia é a moléstia *endêmica do país*; o indivíduo torna-se *impotente*; o *geral* suprime o particular, a fraqueza de baixo mede a opressão do alto, as correntes sociais descem de uma fonte única, da cabeça do poder, o governo não é o centro, é a *circunferência*; não representa, administra o país. O funcionalismo, a exageração dos impostos, a improficuidade das despesas, a imoralidade política, o desânimo, os estabelecimentos vagos, as aspirações impotentes, as reformas sucessivas, é a descendência legítima do regime dos abusos hereditários." —

Sentia-se que a política de Gabinete, o *formalismo* dos partidos, era um adormecimento.[55] A nova geração, nascida já no período da Independência, não tinha presenciado os perigos da anarquia, desconhecera o desengano da demagogia por que tinha passado a geração anterior e lembrara-se na ilusão do parlamentarismo britânico.

54. Tavares Bastos, *Cartas do Solitário*. — Rio, 1863.

55. "Será V. Exa.", exclamava no Senado o Visconde de Jequitinhonha, "que há anos forma todo o seu [illegible] argumentos que possam demitir do Ministério, formação do Ministério, conservação do Ministério, — eis as grandes questões que nutrem as almas políticas dos partidos brasileiros, eis o pensamento que ocupa os políticos do nosso tempo, eis o grande trabalho dos nossos estadistas! As grandes questões sociais, estas ficam de parte." — *Anais*, 1862.

Era uma geração jurídica por excelência. Clamava contra o abuso do poder pessoal e a atonia do povo. Denunciava o artifício do regime, que não conseguia despertar a nação da sonolência em que vivia. Mas o que lhe ocorria sobretudo como reforma era um novo artifício — a fé nas reformas eleitorais, o fetichismo da liberdade, a pureza do regime parlamentar. Esse primeiro período do republicanismo brasileiro foi uma longa tentativa de curar com ficções, os males que as ficções haviam provocado.

Seja como for, e a história das possibilidades é uma fantasia inútil quando não perigosa, o fato é que no fim do período imperial, a queixa contra o oficialismo, que vinha de Pedro I, de D. João VI e do regime colonial, tinha corpo e expressão. O povo era o grande esquecido nessa pompa fingida do Império. "A calma podre da opinião assusta os mais intrépidos", escrevia José de Alencar nas suas sensacionais *Cartas de Erasmo*. "Onde, hoje em dia, se encontra o povo, aquele mesmo povo entusiasta (?) da independência, da abdicação e da maioridade?"

É o descontentamento cresce quando o movimento patriótico de 65 veio abafar por alguns anos a crise do sentimento reacionário. A guerra vinha anular por certo tempo as dissensões mais vivas. É como resume a situação o *Correio Mercantil*[56]: — "A guerra a Montevidéu e ao Paraguai é a única preocupação do dia. Outrora podíamos dividir a respeito da política adotável e dos homens que a devem praticar. Hoje só temos um pensamento, só nos anima uma vontade. Queremos a guerra com toda a energia; queremos a guerra com todos os sacrifícios, mas também queremos a vitória com todas as consequências lógicas daquela energia e daqueles sacrifícios." Mas a ação invisível era tanto mais forte. E a consequência foi o início declarado do democratismo republicano, logo após a vitória.

O descontentamento de 68[57], resumido no *Sorites* de Nabuco e a fundação do Club da Reforma, mostraram claramente que o liberalismo evoluía para o republicanismo. E o Manifesto de 70, a fundação d'*A República* e do Club Republicano foram apenas o início confessado de uma ação que desde esse momento, com retrocessos e desvios, se avolumou até 89.

A opinião pública, quanto é possível sondá-la, correspondia aproximadamente ao quadro traçado pelo *Solitário*, e que se refletia claramente na imprensa moderada, como era a campanha de Otaviano, no *Correio Mercantil* por exemplo, ou nos debates parlamentares.[58]

56. *Correio Mercantil* — 1-1-1865.

57. Em dezembro desse ano, escrevia Sales Torres Homem em carta para Italia a Domingos Gonçalves de Magalhães que fora nomeado ao Ministro de [illegible] — "Vê o gabinete, porém, caminha difficilmente não tem nem a energia moral e política dello [illegible], quasi insuperáveis, são as difficuldades com que senta de lutar. Quaes os culpados? Não seremos todos nós e todo paiz? de responsabilidades na ausência independência da ação, de que queremos sempre e queremos pôr?"

58. A superfície falsa da liberal das eleições de 1860 se multiplicava. "Impera a tutela [illegible] em nosso", exclamava José Bonifácio, o Moço, em um de seus admiráveis discursos — "[illegible] o marcha do Progresso e amesquinhando os recursos que por toda a parte abundam no Brasil." O Sul falava pela boca de Félix da Cunha — "É preciso que se restabeleça o equilíbrio e a autoridade cuja

Era a conversão do absolutismo em [illegible], que se iniciava. E contra essa onda que continha, a um tempo, os germes da progressão e da dissolução, — a estrutura da monarquia não opunha uma reação suficiente. A dubiedade vinha de cima. Ao primeiro aviso de Pimenta Bueno, que levava a Pedro II o eco dos tempos, — que o seu sucessor Rodrigues Torres deixava apenas transparecer nos termos[59], — o Imperador [illegible] contestou: — "Se os brasileiros não me quiserem para seu Imperador, irei ser professor."[60] O antigo [illegible] da monarquia escapava, no fundo, ao Imperador. Imbuído de liberalismo, do romantismo político que frutificou tão prodigamente no século XIX, não oferecia resistência à propaganda dissolvente. O que talvez lhe prolongou o trono até 89, seja dito de passagem.

Queria ser um Juiz e não um Chefe. Visava o equilíbrio e não a direção. E a acusação de poder pessoal, que por meio século nunca deixou o ambiente, parece-nos hoje ilusória ou pelo menos inexata. Não era a vontade de intervir pelo amor do mando, que o animava, mas a vontade de conciliar, de encaminhar, de fazer ou apressar os problemas, de respeitar quanto possível a evolução natural dos fatos e dos espíritos. Pedro II não tinha o espírito criador. Não procurava guiar os acontecimentos. Era um receptivo. Um contemplativo. Espectador, antes que ator, não abdicava de suas prerrogativas, mas cingia-se prudentemente a um sistema de contrapesos, que [illegible] da evolução política, mas nem por isso apressava a solução dos problemas.

E assim se conservou até o fim. "Pode vir a República que eu sempre fui republicano", dizem que dizia ao Conde d'Eu em 89[61]. E na sua vaidade de imperador filósofo está talvez o segredo do seu reinado, da fisionomia peculiar do Brasil na América, nesse meio século.

IV

O que marca, porém, realmente, esta primeira fase do período republicano, — ao menos para nós, que podemos encarar com serenidade essa longa perspectiva, — não é a questão política, o problema do regime. A atitude de Pedro II revelava claramente a fragilidade das instituições. A luta republicana contra a estrutura imperial foi apenas um episódio desse período que começa em 70. Não é mais na esfera do governo, no jogo dos gabinetes, na arena do Parlamento que se fixa, por assim dizer, o eixo da história brasileira. O oficialismo cede ao [illegible]. Os problemas se deslocavam da esfera política para a esfera econômica. A iniciativa individual entrava como elemento central[62] na história da nacionalidade. O problema abolicionista, que desde então precede aos demais, é um problema social e, como problema social, é que dirige desde então a sorte do Império decadente e da República nascente.

E esse advento da República em 1870 marca também o início de um fenômeno em torno do qual tem girado desde então a história do país: a supremacia crescente de São Paulo.

Bahia, Minas, Rio tinham sido até então o ponto central da nação. Bahia, nos séculos XVI e XVII, fora o [illegible] do açúcar e do algodão, no primeiro período colonial. Minas fora o deslocamento provocado no século XVIII pelo bandeirismo e pelo sonho [illegible] das riquezas minerais. Rio fora a formação política do Império, no século XIX.

Por volta de 1870 — e mais uma vez convém acentuar que as datas são meros pontos de referência, aos quais não devemos dar excessiva importância — a riqueza, os fundamentos econômicos da nacionalidade, assentam definitivamente no café[63]. É o [illegible] do vale que se [illegible], do café que caminha para Oeste, e que fixa em São Paulo o centro econômico do país.

E a supremacia de São Paulo coincide com os dois fenômenos básicos para a solução do problema do trabalho, fenômenos que então começam também a manifestar-se com intensidade: o aparelhamento mecânico e a imigração. É o período dos primeiros grandes engenhos de açúcar, das fábricas de algodão, das máquinas beneficiadoras de café, das estradas de ferro, da navegação a vapor.

A imigração se intensifica igualmente e começa-se a aplicar ao problema do trabalho escravo a solução que Hipólito da Costa propunha desde 1810. O aparelhamento mecânico e a imigração foram desde então o segredo do progresso econômico de São Paulo.

muito fraco, a liberdade muito fraca... O aspecto do país é melancólico." E o Norte, [illegible] Gomes de Souza, que [illegible] no Parlamento em [illegible] luminosa: — "Há quase 40 anos de governo representativo já deveríamos estar emancipados; já deveríamos ter o direito de saber como havemos de ser governados! Entretanto, depois destes 40 anos, ainda o país é obrigado a esperar em silêncio que todos nos revelem melhor o novo político que se quer iniciar". E mesmo um conservador do [illegible], como Ferreira de Veiga, fazendo a sua profissão de fé política, não pôde deixar de exclamar: — "Perdeu-se a fé nos homens, perdeu-se a fé que tínhamos em nossas instituições."

59 Pereira da Silva — *Memórias do meu tempo* — t. II, p. 128.

60 J. Nabuco — *Um Estadista do Império* — t. III, p. 192, nota. Rio, s.d.

61 A. Coelho Rodrigues — *A República na América do Sul* — p. 9. — Suíça, 1906.

62 Não se pode dizer [illegible] que foram os pioneiros do Brasil. Foi em grande parte um esforço da iniciativa individual. E assim o [illegible] de defesa contra os holandeses, bem como os movimentos revolucionários, de 1834 a 1848. Esse sentimento de iniciativa individual, que São Paulo encarnou nesse terceiro período da história, revelou-se [illegible] numa figura talvez única em nossa história — o Visconde de Mauá, que, desde a Maioridade até a República, acompanhando a cabeça Imperial com a sua [illegible], na ascensão e na decadência, presenciou e [illegible] todos os grandes problemas econômicos brasileiros, os problemas essenciais do período moderno de nossa evolução. Desde os interesses do Rio Grande, que representou na Câmara, até a navegação do Amazonas. Foi um grande [illegible] de unificação nacional na cabeça de um só homem, o [illegible] de nossa unidade econômica.

63 De 1821 a 1860 a percentagem do café em nossa exportação é de 42,8%, de 1861 a 1889, de 57,8%, de 1889 a 1921, de 55,5%; ao passo que o açúcar cai de 24,3% a 3,4% e assim o algodão, a borracha, etc. — T. de Souza Lobo, São Paulo na Federação — p. 311-312. Rio — 1924.

desenvolvendo-se ao tempo o urbanismo, pela indústria, e o ruralismo, pela riqueza crescente do café.

Foi em São Paulo também — dá-se-lhe melhor *primazia*, dada a relação íntima dos fenômenos econômicos com os movimentos de idéias — que esse movimento de republicanização encontrou mais fértil terreno para expandir-se, desde a repercussão que aí teve o Manifesto de 70[54] até os primeiros anos da República e o batalhão de Glicério. São Paulo representara sempre no Brasil, desde as eras coloniais, o espírito de aventura, de iniciativa, o *individualismo* enfim. Basta ler as famosas *Atas do século XVI e XVII*, que o Sr. Afonso Taunay ordenou e comentou, para se sentir bem vivo aquilo que D. Luís de Céspedes y Xeria viu com seus olhos em Santo André da Borda do Campo, — "quando o Brasil amanhecia". Esse espírito de audácia — que Anchieta e os seus não puderam impedir fosse extravasar sobre aquele maravilhoso e singular *impulso* [illegible] de Goiás, — esse espírito é o mesmo que, fecundado pelo sangue dos novos aventureiros da Itália, caracteriza esse terceiro período de nossa história, ao menos naquilo que apresenta como elemento novo a lenta e informe nacionalização brasileira.

Em São Paulo, portanto, com a revolução econômica; no Rio, com a agitação abolicionista e o progresso do liberalismo político; no Sul, com o foco permanente de caudilhismo, eterna reserva de reivindicações democráticas e libertárias; e no Norte, enfim, com o movimento de idéias, especialmente em torno do Recife, que se desenvolveu sobretudo por essa época: — nesses quatro pontos principais se operava o movimento de transformação republicana. Eram os quatro elementos capitais para uma fase nova da história: o elemento popular, no Rio Grande, pelo instinto aventuroso e anárquico; o elemento econômico, em São Paulo, pelo desenvolvimento da iniciativa individual; o elemento político, no Rio, pela radicação crescente das correntes políticas para a esquerda, contra o Imperador, que "era o Império", no dizer de Cotegipe; o elemento intelectual, no Recife, combatendo as idéias e sentimentos que tinham afinal constituído a feição moral do Império. E de cada um desses pontos irradiava por todo o país a fermentação individualista que solapava as [illegible] sólidas do regime.

VI

Quando em 89 se proclamou a República, a república já existia no Brasil.

Não são os fatos mas o espírito dos fatos que realmente marca os períodos. Os historiadores se servem dos acontecimentos para colocar, ao longo dos anos, os marcos de inteligibilidade da história. Mas não nos iludamos. É preciso distinguir, na história das nações, o que é método de exposição e o que é evolução vital, como no estudo do espírito não podemos confundir os esquemas de psicólogos com a vida total da alma. As datas são

54 "Em 1870, só em São Paulo medravam as idéias republicanas." Lúcio Pereira — *Memórias de um Histórico*, p. 214. — Rio — 1886.

meros dados mnemônicos. Durou 32 anos a Revolução Francesa, dizem os historiadores. Mas nós bem sabemos que não durou 32 anos a Revolução Francesa. Seria simples demais. A realidade se ri desses compartimentos estanques com que procuramos dividir o tempo, para compreender o passado.

É preciso, portanto, compreender que os pontos agudos da história não são os pontos mais expressivos dela, como as ilhas dos arquipélagos não são os pontos mais perigosos de sua configuração. O principal é o que se oculta embaixo das águas. O essencial da história é o trabalho dos espíritos e o pressentimento fugitivo de um ou outro fato precursor.

A incompreensão dessa continuidade suscita certas surpresas infundadas, certos problemas que se perpetuam. A indiferença do povo na proclamação da República, entre nós, é um desses problemas. Mas a sua explicação não estará, em grande parte, no fato de que a República já vinha de longe? O 15 de novembro foi uma data. É uma convulsão aguda. Mas o espírito republicano vinha de tempos mais remotos. Aquele jogo normal das instituições, o equilíbrio dos partidos, a paz exterior, a nobre figura de Pedro II, abdicando cada vez mais do seu caráter imperial, a liberdade crescente de opinião, o abolicionismo inflamado, todo o idealismo republicano que, bem ou mal, germinou e floresceu nesse período de ordem e de tranqüilidade, em que o Brasil marcou, como em nenhum outro momento de sua história, os traços essenciais de sua figura moral — tudo indica que a monarquia tinha cedido à república, e que as formas do passado apenas se prolongavam por inércia. A mudança de 89 não representou inteiramente um regime novo. Não foi grande, por assim dizer, a solução de continuidade nos homens ou nas idéias. E o Brasil apenas perdeu, em 89, um quadro de disciplina e um exemplo de autoridade que só mais tarde veio a deplorar, plenamente.

É inexato, portanto, atribuir ao 15 de novembro uma importância excessiva. O país aceitou silenciosamente a República, pois já vivia em república. E as transformações políticas que trouxe — e só o tempo naturalmente as revelou — deram-se justamente no sentido oposto ao que pretendiam os ideólogos do movimento. O poder central, que tinha vindo de abdicação em abdicação, voltou à consciência de sua autoridade. E o círculo vicioso se formou, o caudilhismo acirrando a reação estadista, e a força do poder estimulando as ambições opostas de conquistá-lo.

A República hoje, com trinta e cinco anos de realização, é a resultante de duas forças contraditórias, o *cesarismo* e o *caudilhismo*.

De um lado a autoridade central cada vez mais absorvente; de outro, as forças latentes ou patentes de oposição cada vez mais dissolventes. Entre as duas, o país indiferente, a grande força obscura do trabalho, da inteligência, de egoísmo e de sacrifício, que tece surdamente a vida da nação e em cujo nome as forças contraditórias se degladiam.

A República não resolveu ainda nenhum dos problemas básicos que provocou logo após a sua proclamação.[55] Não é uma solução esse embate de extremos a que chegamos.

55 "A verdade eleitoral, a autonomia dos Estados, o equilíbrio dos orçamentos, a [illegible] do crédito público, o respeito à lei e à autoridade, a pacificação geral da Nação, eis o que mais urgentemente reclama o país", exclamava Manoel Vitorino, em discurso pronunciado em 1893, antes da Revolta de Setembro. *Partido Republicano Federal — Sua organização*, etc., p. 34. — Rio, 1895.

E se a ela chegamos por motivos de raízes de inteligência, que superam a responsabilidade e a capacidade dos homens, devemo-lo também um pouco ao desaparecimento de duas figuras contraditórias, símbolos também desse dualismo que tem acompanhado sempre a nossa formação social. — De duas figuras que no futuro hão de provavelmente encarnar melhor que quaisquer outras, esses trinta anos de República: Rui Barbosa e Pinheiro Machado.

Ainda é cedo para julgarmos com isenção qualquer delas. Mas o que representam, a meu ver, e isso explica as consequências de seu desaparecimento, é a tentativa de conciliar aquelas tendências extremas que o presidencialismo republicano acirrara, como o regalismo do primeiro reinado provocara idêntico problema nos tempos da Regência, com os quais nossos dias apresentam certa analogia.

Pinheiro Machado foi o remanescente do caudilhismo. Conservava vivo em sua alma de bárbaro, toda a nostalgia dos instintos atávicos de liberdade e de aventura[65], ainda contida essa tendência ao nomadismo pela situação, pelo conforto da ordem social. Era o ponto de ligação — entre a anarquia natural da gente brava, mal transformada ainda ao senso da coletividade, — e a autoridade necessária a desenvolver esse sentimento ainda informe e a impedir a dispersão. De pequena cultura, cheio de ambição do poder [illegible], com meia dúzia de idéias vulgares e frases feitas, possuindo todos os [illegible] do chefe, era essa figura que se contrapunha à de Pedro II, por exemplo. Nada de [illegible], nada de abstrato em sua intuição de dominador. Profundamente conhecedor dos homens e do meio em que se movia, não se deixava prender pelos preconceitos do juridismo, que geralmente dominavam os nossos homens públicos, desde o período áureo do Império. Foi um realista político. Possuía apenas a cultura da experiência, da intuição e da coragem.

E decorava o seu sentimento imediato das coisas com umas vagas tintas de idealismo primário, que não iludiam a ninguém. Muito menos a si mesmo.

Rui Barbosa era o reverso. Um idealista, um romântico acima de tudo. O todo o liberalismo político do parlamentarismo do século XIX tinha moldado o seu espírito. Era o homem da lei e do direito, da política de modelos, do exemplo inglês ou norte americano. Os homens o surpreendiam e ele, com a opulência verbal que possuía, a maior talvez da nossa língua, o seu poder formidável de [illegible]. Nenhuma intuição, nenhum senso do imediato, nenhuma cultura da experiência. Era o homem de bibliotecas, o homem que lia assombrosamente e retinha tudo o que lia. O homem cujo sonho mais vivo foi fazer do Brasil, pela força do direito, potência mundial. Rio Branco pensava o Brasil na América do Sul. Nabuco esboçara esse prestígio no dorso do Continente. Rui Barbosa sonhava com o

---

65 "Em 1927, o autor deste trabalho, em companhia do General e Senador J. G. Pinheiro Machado, fez uma longa excursão durante muitos dias, a cavalo, pela região de cima da serra e depois pela fronteira. — Afinal, em Sant'Ana do Livramento, despedimo-nos dos bons amigos e companheiros que até ali [illegible] havíamos cavalgado e tomamos na cidade fronteira de Rivera, o trem para Montevidéu, com destino ao Rio de Janeiro. Foi que, então, Pinheiro exclamou: Que desconsolo. Deixamos os nossos bons cavalos, os nossos companheiros a margem dos [illegible], em paragens, a nossa vida toda e libérrima ao ar livre, e estamos agora aqui, [illegible]". — Conf. João Pinheiro [illegible] — *Psicologia dos acontecimentos políticos Sul-Rio grandenses*, p. 25. — São Paulo, 1923.

Brasil no mundo. Foi um pouco também o sonho patriótico de Pedro II, depois de 71. Foi isso o que tanto Rui Barbosa para a formação inicial da República[66], e quando dos seus desastres financeiros, julgou que em 18 anos as suas lições de idealismo político houvessem frutificado. Sua desilusão explica o amargor [illegible] das advertências cansadas no fim da vida e o seu afastamento sistemático do poder.

Sua personalidade não se afinava ao meio em que vivia. Nem a de Pinheiro, afinal. Mas, por motivos opostos. E daí é a luta inevitável em que se [illegible]. Ambos se destacavam do meio. Ambos encarnavam tendências definidas, mas distintas, ambos foram combatidos e [illegible] pelo oposto. Era que marcavam realmente os extremos do Brasil, ao mesmo tempo que aproximavam fundo esses extremos.

Rui era a cultura européia, o sentido da lei, o reconhecimento da autoridade e da ordem por princípio[67], — mas a paixão da liberdade por idealismo político, a negação formal da força, o espírito jurídico. Pinheiro era o sentimento americano, a negação das normas, a razão da experiência, a paixão nativa da liberdade como instinto — mas a necessidade humana da autoridade e daí a força, os golpes políticos magistrais, o espírito realista do [illegible] brasileiro. Mas ambos corrigindo os excessos que a natureza apontava [illegible]. Pinheiro [illegible] a violência de sua alma de bárbaro pela inteligência ou [illegible] pela [illegible] da vida social e política. Rui, conformando o idealismo liberal de sua alma de [illegible] europeu às necessidades da anarquia latente do americanismo brasileiro. E daí a ação moderadora de ambos. Pinheiro, [illegible] a força do caudilhismo sempre renascente; Rui, modelando a tradição jurídica às paixões do governismo brasileiro. Rui, contendo o espírito de autoridade; Pinheiro, contendo o espírito de anarquia, encontravam-se os dois, provindos de direções opostas, no respeito à ordem social e à permanência da autoridade [illegible]. E daí o vácuo que deixaram, as angústias que a morte de ambos [illegible].

2.ª Parte

VII

Não é possível isolar [illegible], as letras da política, a vida de cada espírito da vida

---

66 "O Sr. Rui Barbosa, que [illegible] ainda, [illegible] sempre com [illegible], para [illegible] a República [illegible] de humanidade, [illegible] ainda [illegible]" — Eduardo Prado — *A República e a Liberdade de Imprensa*, [illegible], p. 87, São Paulo, 1894.

67 "[illegible] que na [illegible] em [illegible] o que [illegible]. [illegible] de [illegible]. [illegible] as necessidades [illegible] da sociedade. — Princípios, [illegible] a liberdade, [illegible] a autoridade. A [illegible] não pode ter limites senão na força". — Rui Barbosa — Discurso no Senado, [illegible] de 5 de Novembro.

do espírito coletivo, das forças gerais que animam um povo, que lhe dão uma fisionomia. Não é possível submeter uma à outra, nem chegar à exclusão que o neutralismo crítico, pseudocientífico, pretendeu implantar. Negar a relação, a meu ver, é negar a evidência.

O estudo do esforço de independência de um povo é afinal o estudo de sua inteligência. Literatura é independência. "Une nature ne s'élève à la dignité de l'histoire que par l'art et surtout par la littérature, qui plongent leurs racines dans une vie essentiellement intense, exubérante." [68] Quando os problemas elementares de uma nação ainda se acham em jogo, a arte é um artifício, uma tradição ou um esboço. Essa é a situação de nossas letras até hoje. Esta a angústia de todos aqueles que [illegible] se resignam ao silêncio ou se submetem ao [illegible] de [illegible]. Quem perder de vista esse elemento fundamental [illegible] todo o nosso esforço de criação estética [illegible] a oscilar entre o subjetivismo [illegible] de Fernandes Pinheiro e o [illegible] de Veríssimo.

Nossos homens de letras, no período colonial, eram [illegible] homens que faziam letras de importação nas horas vagas. Nenhuma intervenção tiveram, naturalmente, no governo da Colônia. [illegible] problemas locais. [illegible] Portugal [illegible] de pôr de novo o solo europeu. Seria absurdo pretender o contrário. A importância literária da Colônia está no que dela escreveram os primeiros viajantes, os primeiros [illegible]. A verdade [illegible] de que [illegible] e não o que [illegible] nas Academias as pessoas "de graduação e entendimento". Antonil ou Gabriel Soares valem para nós [illegible] muito mais do que os quarenta membros [illegible] da Academia Brasílica dos Esquecidos.

As lutas de defesa da posse e de conquista no interior é que [illegible] a vida real [illegible] da Colônia. [illegible] que se [illegible] para desse [illegible] na [illegible] das sedas [illegible] admiráveis companheiros de Inácio de Loiola, que nos deram o valor mais vivo de sua [illegible] plena *Experiência*, tanto umas como outras concorreram a fazer a figura do Brasil. As primeiras, preparando a sua riqueza futura; as outras, desse [illegible] e [illegible] esforço moral para a [illegible] brasileira. Sempre o esforço [illegible], o esforço [illegible] de não publicar o que [illegible].

E, depois, faltava ainda o sentido da coletividade. Foi aquele primeiro esforço admirável contra os holandeses que o despertou. E só o tempo consolidou, [illegible] dias, essa [illegible] de uma pátria nova.

[illegible] do século III do descobrimento, sentimos finalmente que esse sentimento já [illegible] uma conformação própria. Uma importância sensível na história. [illegible] tradição [illegible] entre os primeiros literatos e a [illegible] para tendência diferente. Quer os poetas de Minas [illegible] [illegible] para formar a independência. É preciso não exagerar a importância [illegible]. É preciso também o não desconhecer. [illegible] as responsabilidades [illegible] ou a atitude posterior de alguns [illegible] o sinal dos tempos e significativa.

Foi o primeiro ensaio de intervenção efetiva, em nossa história, dos homens de letras

---

68. [illegible] — *[illegible] Sommes* [illegible], p. 145, Paris, 190[illegible].

na vida política do país. Era a consequência do esforço estético, incompatível com a situação humilhante de colônia, forçando a sua emancipação e aproximando os poetas dos homens de ação. Não passou de uma tentativa falha. Não puderam mostrar do que seriam capazes na obra de formação social. E creio bem que o êxito impossível os deixaria perplexos ou à margem.

VIII

Terá sido mais eficaz o esforço dos homens de letras na realização da independência, trinta anos mais tarde?

Ainda não é possível falar em homens de letras, nesse período da nossa história literária. Só à medida que a civilização modela a vida e a figura de um país, é que podemos verificar nos homens essa variedade profissional, que indica a complexidade crescente da vida coletiva e o desenvolvimento correspondente da vida mental de um povo.

O que se nota de realmente significativo nesse alvorecer do século XIX, nesse momento preparatório de nossa independência política, é a colaboração, pela primeira vez, da inteligência brasileira nos negócios públicos.[79]

Os primeiros ministros de D. João VI são portugueses, sem dúvida, mas as Juntas, as famosas Juntas que tanto fizeram pela independência, [illegible] entre seus membros figuras nossas de escol, como Mariano Pereira da Fonseca, Manuel da Costa, Cipriano Barata, Morais e Silva. À influência de Cairu se atribui o decreto inicial de D. João, em 28 de janeiro de 1808, que tanta significação teria no movimento da separação brasileira. A um professor de filosofia e juristas, como Silvestre Pinheiro Ferreira, autor da primeira obra filosófica no Brasil, confiou D. João VI a pasta de estrangeiros no Gabinete de 26 de julho, no qual Silva Lisboa recebia também a guarda dos estabelecimentos literários. E basta ler a relação dos deputados às Cortes de Lisboa para ver que o Brasil mandava a Portugal a flor de sua inteligência, dominada então toda ela pelos problemas nacionais prementes.

Era a colaboração franca dos elementos intelectuais na obra de emancipação, que iria culminar na indicação para primeiro-ministro do nome de José Bonifácio, cujas instruções aos deputados à Corte são de um espírito não somente de inteligência larga, mas de estadista consciente de sua obra. "Nas lojas e nas relações se formaram os estadistas da independência", escreveu Oliveira Lima. É realmente, se juntarmos a essas a ação do clero,

---

79. Em 1813, escreva Hipólito da Costa, [illegible] Rio de Janeiro se imprime um jornal [illegible] O *Patriota* [illegible] de agosto [illegible] algumas traduções [illegible] no Brasil [illegible] de Voltaire. Há 30 anos [illegible] corte em Lisboa [illegible] jornal [illegible] de Voltaire [illegible] que se não podiam ler, sem correr o risco de prisão por [illegible] pelo [illegible]. *Correio Brasiliense*, [illegible] 1813.

compreendê-lo [illegible] a inteligência brasileira colaborou intimamente, colocando em geral toda outra atividade criadora, na obra de libertação nacional. Pode-se mesmo dizer que a Independência foi antes uma conquista intelectual e política do que um movimento revolucionário popular. Os Macabeus não faltaram. Mas a obra grande e eficaz se operava pela ação das inteligências, das melhores inteligências do tempo, como Evaristo da Veiga ou Odorico Mendes, como Hipólito da Costa ou Soares Lisboa.

Feita a Independência política, separam-se as orientações. Especializam-se já então os homens. Deixa em breve de haver um problema nacional em si. Até o fim da Regência ainda se estende a geração intelectual da Independência, preocupada com os problemas da nacionalidade. Com a Maioridade, porém, chega-se para o país a esse aspecto de planalto político em que as questões de muita gravidade já se resolvem dentro de uma esfera bastante firme. Até então estava sempre em jogo a sorte da nação. Era um constante ser ou não ser, presente a cada novo empecilho. De 1840 em diante, essas dificuldades já não conseguem pôr em dúvida a nacionalidade. Visado passa a ser o Regime, e não a Pátria.

E logo, começa para as letras brasileiras a sua fase de verdadeira criação.[71]

Uma espécie de independência: o indianismo. Uma forma nova, dentro do inevitável mimetismo de uma literatura apenas nascente: o romantismo. Uma nova figura: Gonçalves Dias.

Nomes, pouco importam. Quem se dá ao trabalho de ler hoje Magalhães ou Porto Alegre? O que conta é o estado de espírito. É daí a nossa escassa tradição literária. A tradição só se forma quando se lê o passado por gosto e não por curiosidade. Quando o passado é sempre presente. Ainda se lê um pouco de Gonçalves Dias. Quem lê hoje a primeira geração romântica?

A seguinte, porém, já se aproxima mais de nós. É a terceira geração literária da Independência: a primeira agira; a segunda iniciara; esta tomava posse do terreno e consciência de sua missão.

Naquele momento, sentimos realmente pela primeira vez o sentimento brasileiro da criação literária. É, em tudo, o que domina é o gosto de fazer brasileiro, de criar uma arte das selvas, de idealizar a pátria nova, de dar-lhe brasões literários de independência. A literatura imperial, como a política imperial, procurava criar para o Brasil uma autonomia espiritual que iludia aqueles que a concebiam. Julgavam ter realizado uma arte brasileira, adaptando modelos europeus a paisagens tropicais... como os estadistas pensavam modelar socialmente o Brasil adaptando formas parlamentares européias à anarquia e apatia americanas.

O romantismo foi um sonho de brasileirismo. E um sonho que não podemos deplorar porque dele saiu o primeiro grande impulso coletivo para a nossa literatura.

A figura central de toda ela, como valor estético, foi Castro Alves. A figura central, porém, como valor social e simbólico, foi José de Alencar.

Findara-se já, ou pelo menos finalizara a sua fase criadora, a primeira geração românti-

71 "O decênio de 1840 a 1850 foi talvez um dos de maior efervescência literária havidos no Brasil". Sílvio Romero — *História da Literatura Brasileira* — t. II, p. 12 — Rio, ed. 1903.

ca. Mas a nova geração recebia plena o legado do nacionalismo. Alencar representa então a figura nacional por excelência. Não é um puro homem de letras, como será Castro Alves, um artista em que tudo confessa a ficção. Tomou parte ardente na vida pública. Foi ministro. Foi político. Foi publicista. E deixou-se mover de desgostos políticos. Ligou as duas faces da formação nacional — a vida real e a vida ideal da raça brasileira. Procurava a verdade e a ficção. Nunca as dissociou. E nesta, sentiu como ninguém toda a complexidade pátria, toda a variedade de aspectos que procurou refletir em sua obra de romancista. Fez uma obra menos de inspiração que de vontade.

Ao contrário de Castro Alves. Não havia nele, como havia em Alencar, a intenção literária. Foi um grande inconsciente no elemento vital de sua arte, e por isso, tanto mais profunda a sua repercussão. Pode-se dizer que até hoje nenhum artista brasileiro foi tão naturalmente brasileiro como este. O que não impede dizer que sua poesia não esteja impregnada de Hugolatria. O romantismo, porém, correspondia realmente ao gosto da época, entre nós, e sobretudo ao papel que Castro Alves representou na solução do problema capital do Império.

Muitos outros cantaram a abolição, mas só ele foi realmente o poeta da abolição. E o que é visível dos seus versos vale por campanhas políticas. Outros trabalhavam a razão ou a consciência. Ele conquistou o sentimento pela imagem.

Antes dele, porém, já perdera em parte o romantismo sua feição puramente nacionalista. Os byronianos pouco se importavam com os problemas públicos.

Seu problema eram as paixões. Era o coração que os atormentava. Era o subjetivismo dominante, por vezes genial, como nos lampejos de Álvares de Azevedo, que lhes punha a chama literária. O homem brasileiro já se sentia tranquilo nos limites de sua pátria e voltava-se então para si mesmo. A serenidade imperial já permitia uma literatura livre de [illegible].

Gonzaga cantara o amor [illegible], de pastoras e arcádicas, mas escrevia ao mesmo tempo as *Cartas Chilenas*, e conspirava. Gonçalves Dias soubera modular seus lirismos [illegible] do coração, mas o que fez realmente, com todo o seu lirismo, foi impregnar-se quanto possível de natureza tropical e completar a independência política de sua terra. E com ele, seus contemporâneos.

Só a geração seguinte começou a sentir, em pleno, que já havia uma pátria livre. E que as letras já podiam ser apenas uma voz do coração.

O romantismo, portanto, em nossas letras, corresponde em política ao período imperial da nossa história. Esse momento viu, a um tempo, a nossa formação política e literária. E o seu apogeu, esses anos de 40 a 70, enquanto o Império media o seu prestígio de ordem e equilíbrio, corresponde também para as letras a uma atividade de nacionalismo consciente, que fixa nesse período as raízes da nossa futura tradição literária. Não foi em vão que Pedro II temeu a sombra de Alencar.

Quanto ao superficialismo de ordem política, corresponde também à ilusão do brasileirismo literário. Política e literariamente o Brasil conquistara uma autonomia própria e

imperial, que se destacava em toda a América.[72] Só mais tarde se veio a sentir como eram precários os fundamentos dessa figura e superficial a sua serenidade de traços.

IX

Com a decadência do Império e o início do período republicano em 1870, define-se também o romantismo e com ele o indianismo, que foi a sua forma de originalidade brasileira. O início do período republicano, em política, foi o naturalismo nas letras.

A campanha de Sílvio Romero no Recife e a introdução das idéias filosóficas do século XIX, por todo o país, do Ceará ao Rio Grande, apressaram a queda do romantismo, isto é, do sentimentalismo. O famoso espírito científico, que tanto [illegible] aqui e além, preparava o advento da República, em política, e nas letras introduzia o naturalismo. Reflexo ainda uma vez, e reflexo retardado daqueles vinte anos de viagem, a que se refere Veríssimo, — o naturalismo vinha com o positivismo, com o evolucionismo, o darwinismo, o socialismo, o republicanismo, tudo que representava o racionalismo moderno, nas idéias literárias, filosóficas ou sociais. Enquanto a campanha de renovação política e econômica se operava especialmente no Sul, era no Norte que a campanha anti-romântica se estendia. No Norte se iniciou, nessa época, a nossa crítica literária. E do Norte veio, em 81, a grande obra de ficção que ia consagrar o naturalismo nas letras: *O Mulato*, de Aluízio Azevedo.

Sentiam-se bem tremer os velhos alicerces do Brasil imperial. As novas gerações sorriam da ingenuidade literária de seus antecessores e, em nome da verdade, aboliam o lirismo. Politicamente, pregava-se o individualismo. E a nova era surgia das imprecações contra a dinastia de Pedro II e a anemia de Alencar.

Não posso estender-me em pormenores. E seria ocioso investigar se o naturalismo foi um mal ou um bem. Não podia ter sido de outra forma, dado o impulso inicial do mimetismo de nossas letras, como de nossas instituições políticas. Em poesia, deu-nos o parnasianismo, isto é, alguns dos melhores poemas de nossa literatura, dos mais afastados de nossa agitação ou espírito moderno.

Em prosa, deu melhor, porque aproximou a tendência nacionalista do romantismo, da nossa verdade nacional.

De fato, a evolução literária no Brasil apresenta três círculos de aproximação nacional: o americanismo dos tempos coloniais, o brasileirismo dos tempos da independência e do apogeu do Império, e o regionalismo, que se confundiu a princípio com o romantismo, mas que o naturalismo tratou de fixar em sua verdade local e restrita.

72 "La actividad intelectual de aquella nación (o Brasil) es superior, sin duda alguna, a la que presentan los demás del continente. Ella puede mostrar con orgullo, en el pasado, y en el presente, un núcleo compacto de sabios, de escritores y de estadistas dignos de figurar en cualquiera de los centros más avanzados del viejo mundo". M. García Mérou, — *El Brasil Intelectual*, p. 18. — Buenos Aires, 1900.

A luta dos propagandistas da República pela federação corresponde nas letras a esse estímulo ao espírito regional, que certos fenômenos climatéricos, como o das secas, haviam de elevar à sua mais viva originalidade. O Brasil se descentralizava e as províncias pensavam em si.

A republicanização brasileira tem sido uma tendência ao desmembramento, cortada de reações poderosas, e nas letras esse período tem visto também, como elemento primordial de sua vida, uma complexidade cada vez maior de tendências, um parcelamento regional de inspirações, uma dissociação crescente de personalidade.

Observando o Brasil de nossos dias, o que notamos antes do mais é a variedade de ritmos: variedade de ritmo na inteligência como no progresso material, nas idéias políticas como nas obras literárias. Não é uma variedade que indique opulência de produção ou sinceridade de polêmicas.

Nota-se antes uma apatia e uma debilidade aparentes. Mas a variedade existe cada vez maior. O Brasil não progride uniformemente. Não pensa num só ideal. Não está literariamente em cadência. Há uma coexistência cada vez mais viva de épocas literárias, em nossas letras. Acotovelam-se em todas as gerações homens que alimentaram o naturalismo e mesmo o romantismo, os que acreditam que o simbolismo ainda é uma novidade, os que impõem o dadaísmo como elemento terapêutico de dissolução. Não há um problema nacional que concilie os espíritos. Não há um ideal que equilibre essa variedade de ritmos. E daí figuras antediluvianas coexistindo com figuras arqui-futuras.

Sei bem que em todas as épocas os contemporâneos se surpreenderam com essa falta de uniformidade, que é muitas vezes conseqüência da proximidade, e nada mais. E será um pouco o nosso caso. Estamos realmente, como em nenhuma época, talvez, da nossa história, diante de uma multiplicidade de tempos de crescimento, que torna o nosso tempo anárquico na aparência. No fundo, porém, seguimos o fio fatal da evolução interior. Um mundo muito moderno se sobrepõe, ou antes se insere aqui, e ali num mundo muito passado. Livros que parecem escritos em 1850 surgem ao mesmo tempo que outros, cuja inspiração é claramente recebida das obras européias da nova geração depois da guerra.

Mas tudo isso se explica, de um lado, pelo individualismo que a propaganda política e as campanhas intelectuais propalaram e, de outro, pela velha lei do dualismo virtual de tendências, que tem acompanhado as nossas letras e, em geral, todas as literaturas americanas.

Nenhuma dessas razões data de 89. O 15 de novembro não podia ter uma influência sobre as nossas letras pois, como vimos, era um episódio na corrente de idealismo republicano que agitava a nossa história desde 1870.[73] Que o movimento político da republicanização coincidiu com um movimento análogo nos espíritos, e portanto nas letras, já o vimos.

A literatura que a era republicana suscitou foi muito diversa daquela que a era imperial tinha provocado. E divergiram os traços literários como tinham divergido os traços políticos.

73 "A crise das instituições começou em 1870. Daí por diante, a monarquia manteve-se [illegible], cedendo, abdicando, até 1889". Rocha Pombo — *História do Brasil*, t. 9, pág. 344, nota.

A era imperial foi o primeiro período de nossa unidade consciente e aquele em que a suprema razão unidade absorveu e prendeu os traços da nacionalidade nascente. A era republicana, desde o início, foi uma fase pela diversidade e essa diversidade é que tem caracterizado as ações e reações nacionais desse período.[14]

Analogamente, a literatura imperial foi dominada pelo romantismo nacionalista, por uma preocupação nitidamente brasileira, de tendências e profundamente sentimentalista, de inspiração. Uma literatura que supunha o Divino. A literatura republicana tem oscilado entre o regionalismo e o cosmopolitismo; entre a verdade provincial dialetal, local, da terra, e a expressão universal ou nitidamente ligada às correntes literárias européias mais modernas. É, sobretudo, uma literatura sem Deus. A literatura imperial, mais exígua, era quanto possível uniforme e espiritualista, a literatura republicana, muito mais rica em regra sensualista e materialista, como o Império foi unitário e católico e a República federativa e ateísta.

Estou naturalmente me referindo apenas à feição geral dos períodos. É mais uma forma de compreensão, de fixação mental das épocas, do que um reflexo perfeito da complexidade viva de toda a realidade. Como bem o mostrou Albert Thibaudet, uma das inegáveis conquistas que o século XIX nos legou foi a idéia bergsoniana da "durée", da continuidade, do fluxo de vida que prende todos os fenômenos no espaço e mantém no tempo a fusão das épocas. Não é mais possível isolar fatos e figuras para sobre eles discorrer. Há uma [illegible] interna da história, cuja importância avulta para a compreensão dos homens e das idéias. Nada vive isoladamente. Tudo é uma preparação à vida.

A literatura republicana derivou lentamente da literatura imperial. É a transição muito mais insensível do que fora a passagem anterior, quando as letras da Colônia cederam às primeiras tentativas da independência literária. Compreende-se. Enquanto, na era anterior, a independência criava bruscamente um fato novo, um novo ambiente ao espírito, — a preparação republicana foi lenta e obscura, toda ela entrelaçada à permanência vacilante do regime condenado.

O naturalismo foi a forma literária do materialismo republicano que ganhara os espíritos. E, filosoficamente, os guias mentais da nova geração eram Comte ou Spencer, Haeckel ou Darwin, Renan ou Taine, sem grande distinção de categorias. As famosas demolições do século XIX ganhavam os nossos espíritos e o romantismo, que nos dera a independência literária, não oferecia grande resistência aos novos ideais. Ao individualismo político crescente correspondia um crescente individualismo literário.

Apenas, na ilusão inicial das liberdades alcançadas, não viam os homens de então que, julgando libertar-se, caminhavam, cedo e a certo ponto, para uma submissão maior. Politicamente, ao passarmos das lutas claras e, quanto possível, policiadas do parlamentarismo, — onde a participação de tendências e opiniões divergentes era real e onde o próprio oposicionista nada deixava na sombra, colocando o governo freqüentemente em situações insustentáveis que lhe anulavam a autoridade — para as lutas imprevistas do presidencialismo re-

14. A reação política geral é evidentemente centralizadora. — Intervenção nos Estados. Acordo no Rio Grande, reforma da Constituição, reconhecimento de poderes, etc.

publicano, regime de [illegible] vivas, em que a oposição fica na sombra e a autoridade degenera facilmente em tirania civil ou dos quartéis. Literariamente, a reação individualista ia dar, logo de início, o naturalismo e o parnasianismo, duas submissões: o primeiro, à visão exterior da realidade, às formas apenas aparentes e materialmente grosseiras da verdade; o segundo, ao predomínio da forma e ao preconceito da impersonalidade. O que não impede de verificarmos que o parlamentarismo brasileiro era apenas uma ficção, que em setenta anos não conseguiu senão dar uma imagem ilusória da nacionalidade, sem resolver os seus problemas essenciais, — e ao mesmo tempo observarmos que as novas tendências literárias de então nos deram depois algumas das obras mais perfeitas de nossas letras.

A despeito ou por causa? Nem uma coisa nem outra. Para compreendermos, esquematicamente, qualquer história literária, penso que não é mau recorrer ao mesmo artifício que os geógrafos empregaram para fixar a imagem da terra, no traçado de meridianos e paralelos. Os meridianos literários serão os grandes sentimentos humanos, as atitudes essenciais do homem perante os problemas eternos, suas idéias fundamentais. Os paralelos literários serão as épocas e as escolas, as formas que, no correr dos tempos, vão tomando esses problemas, essas idéias, esses sentimentos. A diferença está apenas em que esses modos de ser essenciais do espírito são limitados, e limitados, portanto, os meridianos, ao passo que o tempo acrescenta sempre novos paralelos àqueles que o passado traçou. Porque os homens procuram sempre ver as mesmas coisas com outros olhos, sentir o que há dois mil anos sentiam mais com outro coração, mostrar que, se nada há de novo de compreender o que existe debaixo do sol.

Mas o que o estudo dessa literatura imperial realmente nos ensina, é que esse Parlamento, com todos os seus defeitos e insuficiências, foi a verdadeira forja de nossas letras no Império. Não foi por simples acaso ou ambição política que Alencar se deixou levar à Câmara, nem que morreu amargurado por não ter atingido o Senado. No Parlamento está a verdadeira literatura brasileira desse período imperial de nossa história. Por ele se sentaram [illegible] todos os que pensavam no Brasil, desde os mais práticos como Mauá ou Cristiano Ottoni, aos mais poetas como Octaviano ou Pedro Luiz. O Parlamento foi realmente, por meio século, a essência viva do Brasil e o seu espelho. E nisso não vai apenas um elogio. Nem esse próprio Parlamento desconhecia os seus defeitos e as suas fraquezas. Mas a fisionomia que o Império imprimiu à vida brasileira, desse longo período do século XIX, encontra no regime parlamentar sua expressão real. E enquanto a inteligência literária ou de fora se deixava em regra arrastar pela imitação, ou por uma fantasia mórbida e um sentimentalismo sem força de impressão e de originalidade, — lá dentro a inteligência podia expandir-se à vontade, mais espontaneamente e sobretudo mais presa à realidade concreta de nossa existência nacional. Era uma literatura falada, que então se elaborava no recinto da Câmara ou do Senado, superior, em suma, à generalidade da literatura escrita de então. Se mesmo aí no Parlamento, o sentido de imitação prejudicava muito a originalidade dessa literatura de eloqüência, muito menos grave era o mal do que cá fora, nas letras escritas ou de mera ficção, muito mais artificiais e efêmeras que a outra. E muito menos opulentas, também. Percorram-se os jornais do tempo. Passam-se meses sem que um só livro de interesse venha à tona. Imprimem-se folhetos insignificantes, livros de ensino, poesias lacrimosas e risíveis, banalidades intoleráveis. Ao passo que está à sema-

na em que no Parlamento não se ouça um discurso digno de ser ouvido. Comparem-se também, os jornais dos meses em que o Parlamento se encerra, com aqueles em que se reabrem as Câmaras. Como parece que a luz se refaz, que a inteligência respira, que uma atividade nova agita o país! É ali que o espírito da raça se exprime com sinceridade e com arrebatamento, com personalidade. É ali que está realmente a inteligência brasileira da época, muito mais do que nos cafés, nas redações ou nas [illegible]. E a prova é que esses debates parlamentares adquirem com o tempo uma atualidade maior, um interesse cada vez mais vivo, ao passo que os livros de estilo vão lentamente mergulhando no esquecimento. Que lemos hoje, ainda, com prazer ou proveito, em Teixeira de Souza ou Macedo? Como se reduziu, com o tempo, a ficção de Távora, de Taunay, do próprio Alencar!

Mas como, ao contrário — apesar da mínima atenção que os nossos historiadores literários lhes têm dado e do eterno [illegible] da nossa literatura [illegible] — ressurgem vivos desses volumes amarelecidos dos Anais, os discursos formidáveis de Torres Homem ou de José Bonifácio, o Moço, de Gomes de Souza ou de [illegible], de Nabuco de Araújo ou de Zacarias, de Lafayette, de Alencar, de Teófilo Otoni, de Felix da Cunha, de Paranhos, de Cotegipe, de tantos mais, menores ou planetas! Esses são os verdadeiros poetas e prosadores do nosso Império. Se a tradição literária é o prazer e o proveito de reler, neles encontrará o futuro a nossa verdadeira tradição literária.

Da mesma forma que a literatura colonial se deve ir buscar nos cronistas e missionários, em vez de procurá-la nos poetas ou nas Academias, — também a literatura imperial vale mais pelos oradores do que pelos literatos. E estes se viam compelidos a passar ao Parlamento, para exprimir realmente o seu caráter original e duradouro.

Só a República, fechando o Parlamento, veio dar à literatura os meios de se tornar realmente livre. E desse meio século de incubação, que vinha já da primeira geração naturalista e parnasiana, depois de 1870, em plena crise de reajustamento, — [illegible] se vem notando uma orientação cada vez mais viva para essa independência. E é inegável que a história literária da República, cuja análise não cabe neste golpe de vista geral, apresenta uma riqueza de criação mais intensa que em outro qualquer período de nossas letras. Estes 25 anos do século XX já pode apresentar um patrimônio literário, que não encontra paralelo, em opulência, a nenhum outro período de nossa história. Isso não quer dizer que esse movimento de independência já se tenha consolidado. Longe disso. Nem há de ser provavelmente em nossos dias que a nova tendência produzirá seus frutos.

Mas o caminho está traçado. Já não será no interesse e na surpresa pela nova terra, como no período colonial, — ou no esforço pela formação política e social da nacionalidade, como na era imperial, que a literatura poderá encontrar seus elementos de originalidade. É por si mesma, de ora avante, que ela tem de valer. Por si mesma tem de procurar, na alma do homem e nos problemas da nacionalidade, os elementos de sua força de permanência e de irradiação. Outrora, podia ainda contentar-se com o mimetismo como [illegible], pois a face utilitária e aplicada da atividade mental dos homens é que caracterizava realmente a inteligência brasileira. De ora avante, se se abandonar novamente à inveterada preguiça da imitação, já não terá outro recurso de originalidade, e a inteligência se dissolverá no cosmopolitismo ou se fará raquítica e enfezada no regionalismo.

A responsabilidade, portanto, da inteligência brasileira, na nova fase que a República abriu para a nacionalidade, é maior do que nunca foi. Já não há hoje recurso para a Crônica ou para o Parlamento. Ou se tornará independente ou vai confessar o seu irremediável fracasso.

Pois bem, dessa literatura imperial sufocada, tolhida, crescida na estufa do Parlamento, a flor mais pura e mais bela, a flor mais [illegible] também, e derradeira, é a obra de Joaquim Nabuco. Flor de estufa sim, não se pode negar. Flor de um longo artifício imperial e parlamentar, ainda imperfeitamente radicado em nossa gleba informe e rude, mas flor de um longo calor de equilíbrio moral e de serenidade de caráter, de cultura da inteligência e de educação do gosto. Joaquim Nabuco não foi um artista total e apaixonado como Castro Alves, nem um puro parlamentar, como Nabuco de Araújo, nem um amargurado, em quem o senso político e o senso estético se digladiavam, como Raul Pompéia. Nabuco foi o último momento feliz de uma raça e de uma instituição. Ele veio como expressão literária palpável e viva, dessa longa inspiração desperdiçada para as letras entre as paredes das duas Câmaras. Nabuco foi uma fusão, uma síntese, uma harmonia. Como mostrou Graça Aranha, em páginas admiráveis de penetração e de carinho[75], ele desceu da aristocracia à plebe para melhor realizar o seu monarquismo. Foi um nobre e um clássico. Sua obra de historiador é, até hoje, o que de mais elevado e justo se escreveu sobre o segundo reinado. Sua obra de publicista é toda ela impregnada do mesmo sentimento harmonioso da realidade. Sua obra de pensador é toda ela repassada daquele sentimento do divino que vimos na raiz de toda literatura imperial. Foi uma grande alma. E a inteligência não se destacava nele como atividade isolada, como habilidade especial, o que é tão comum, — mas harmoniosamente se integrava na unidade interior que sempre guardou. Sentia-se nele o equilíbrio de todas as faculdades. Não foi um gênio criador. Não foi um espírito inventivo. Não era essa a sua missão, nem o segredo de sua origem. Mas chegava justamente como a despedida de um regime, como a última flor do Império e não como anúncio de uma era nova. A República não podia compreendê-lo, nem ele a ela, — apesar de se ter batido pelas duas grandes idéias políticas que levaram à República: a Abolição e a Federação. Tinha o sentido o espírito do Império brasileiro. E foi ele quem veio fechar a porta ao Império, com toda a beleza imperecível de um gesto discreto e fidalgo.

X

A República, portanto, em 89, vinha encontrar uma literatura inteiramente diversa daquela que o Império [illegible]. E, encontrando homens diferentes, já não exercia sobre eles o encanto ou o respeito que o regime anterior provocava. Houve, na preparação à

75. Graça Aranha — *Correspondência entre Machado de Assis e Joaquim Nabuco*, São Paulo, 1923, [illegible]

República, um prolongado movimento de idéias, não só políticas, mas filosóficas e literárias, já o vimos.

Mas a República foi a obra imediata dos militares e do parlamentarismo liberal, com o apoio desesperado ou a condescendência dos latifundiários escravocratas, e favorecida apenas por uma pequena propaganda política, especialmente em São Paulo, e, ainda raramente, ainda pela imprensa, Quintino Bocaiúva ou Rangel Pestana. À última hora Rui Barbosa Ferreira de Araújo apoiam vivamente a República, mas foram antes um declarado oportunista. A República não foi uma ação continuada e integral da inteligência brasileira, ao contrário do que se deu com a independência. Não que esta inteligência lhe fosse propriamente adversa. Longe disso. Toda a importação, especialmente no Recife, da ideologia do século XIX europeu tendia naturalmente a solapar, nos espíritos, o respeito ao regime imperial. Mas a atitude pessoal de Pedro II com as classes intelectuais concorria para corrigir um pouco essa propaganda do liberalismo materialista e do liberalismo republicano das idéias assimiladas. O resultado foi o indiferentismo. Nem o apoio a um regime que se achava em plena decadência, que era isolado na América e estava em desacordo com as idéias modernas de estado, — nem o combate a instituições que davam justamente glórias por si e representavam, na pessoa do Imperador, um esforço de elevação da inteligência brasileira.

E assim pensando, consciente ou subconscientemente, um os homens de letras da geração consagrada de então abandonando a idéia nacional, que tanto preocupara os seus antecessores, e procurando orientar o seu esforço criador num sentido de independência de toda ação política ou mesmo social.

A República fez-se, portanto, em grande parte, à revelia das letras. E estas a aceitaram, em geral, sem oposição nem entusiasmo. Nem esperou, a República já fora lá muito proclamada. Os fatos eram apenas um complemento secundário. A atitude de Machado de Assis, a maior figura da época, é bem expressiva do indiferentismo com que a literatura encarava o novo regime. Machado de Assis foi em tudo um absenteísta. Repugnava-lhe ao espírito de desiludido a participação nos fatos. E acrescentava-se sempre que cedia duma inclinação profunda ao afastamento. Viveu, em suas primeiras obras, do nacionalismo romântico do Império. Elevou, depois, lentamente, a obra mais pessoal do período naturalista sem ceder ao naturalismo. Abandonou, pouco a pouco, toda a exterioridade para mergulhar no mundo interior, marcando pela primeira vez em nossas letras, o primado do espírito sobre o ambiente. Ao passo que toda nossa literatura até então, no que tivera um recurso à Natureza, Machado de Assis foi deliberadamente ao Homem, mostrou que não somente no verde de nossas matas se devia procurar o motivo para criar. As *Memórias Póstumas de Brás Cubas* marcavam, em 1881, um momento capital das nossas letras.

Esse primado psicológico, que levou Machado de Assis do romantismo ao humorismo, não podia senão resolver-se no absenteísmo político e social. E a sua atitude no movimento de 89 está bem marcada nas páginas inesquecíveis do *Esaú e Jacó*.

Uma surpresa para os próprios partidários, como pensava aquela dos gêmeos que exultara com a transformação. Um movimento de incredulidade do velho Aires. E a preocupação do Custódio com a sua tabuleta da *Confeitaria do Império*. "Para no d'" escrevera às pressas ao pintor que lhe repintou o letreiro. E, afinal, foi confabular com o Conselhei-

ro, o mesmo Conselheiro. Este lia Xenofonte em grego, meditando sobre as ilusões dos homens que ... desejam outra espécie de Governo... e de quantos sobem ao poder, uns são depressa derrubados, outros, se duram, são admirados por hábeis e felizes..." Tudo o mesmo mundo. Em todas as instituições, os mesmos homens e os homens sempre homens. O encadeamento da mocidade, o sorriso dos avisados, algum sacrifício anônimo e a vida a retomando indiferente, inevitável, cotidiana. Machado soube por certo daquele episódio, que então se comentou, da proclamação da República no Maranhão. Diante das notícias desencontradas, dos vagos soldados perplexos, do governo titubeante, da população boquiaberta, — um grupo de antigos escravos sai à rua com a bandeira da monarquia, em manifestação ao velho regime. Confirmam-se porém, por telegrama, o êxito do movimento e a queda do trono. A polícia, presente, já mais segura de si, enfrenta o grupo, dispersa-o. Apenas um negro resiste, defronta a força, desafia os soldados, agarra-se na bandeira do Império. E, dando um viva à Princesa Isabel, cai varado por uma descarga — única vítima anônima e quixotesca da revolução, perdida para sempre já nos confins da República.

Para Machado de Assis era tudo uma questão de rótulos. Império, República, tudo o mesmo: pura tabuleta e ilusão, o mesmo povo inerte, a mesma ironia da sorte. Viu a revolução através da tabuleta do seu vizinho. Questões de letreiro, nada mais.

E, como Machado de Assis, toda a corrente literária que a ele, direta ou indiretamente, tem [illegible] desde então.

Esse indiferentismo da primeira geração literária naturalista e parnasiana já não se repete na geração que realmente desponta com a República. Os estudantes da época, os moços de então, apaixonam-se pelos problemas sociais e políticos, tomando parte ardente nas últimas campanhas do abolicionismo e animam, de longe, o movimento republicano dos espíritos e mesmo dos quartéis. Apenas, toda essa agitação efêmera se perdia na doença de então. Não era uma participação efetiva e meditada nos problemas nacionais, ao contrário do que pretendem alguns, mas uma agitação de mocidade, uma necessidade de entusiasmo, de movimento, de ação, ao passo que as penas seguiam em geral outro rumo, com a preocupação ainda persistente do estilo raro ou do realismo fotográfico. O abolicionismo deles pouco mais foi do que aquela torrente de discursos de que nos fala Coelho Neto[76], e o republicanismo não passou, em geral, do aplauso platônico às idéias vencedoras de democratização, que vinham solapando um regime já sem vida, como instituição. Destes, como o de Medeiros e Albuquerque, em Lisboa, fazendo-se fotografar de barrete frígio, ou como o de Bilac, Murat ou Pardal Mallet, acolhendo Patrocínio na tomada legendária do Conselho Municipal, no dia 15, e pouco mais.

76. Vide Coelho Neto — *A Conquista* — Rio, 1899.

A verdadeira função social dessa geração, como Bilac observou, em 1907, foi de dar mais importância e consideração às nossas letras e abandonar o indiferentismo dos seus antecessores imediatos.[77]

Bilac, aliás falava quinze anos mais tarde e com certa complacência generalizadora, pois em seguida aos generosos ardores de 88 e 89, desperdiçados pelos cafés e pelas efêmeras revistas literárias e redações, a cisão entre a política e as letras se acentuava.[78] Enquanto a República mergulhava no militarismo, seu mal de origem, os homens de letras se isolavam como Machado e os primeiros parnasianos; desperdiçavam-se pelos cafés com toda a boêmia de então, dos bigodes empinados de Muller ao varejão de *Paula Ney*, da candura de Fortunio às travessuras de Murat, da improvisação superficial de Valentim Magalhães às exaustivas observações de Aluísio, das cabriolas de Anselmo Ribas aos ardores de Bilac; procuravam, no isolamento, com ansiedade o mal secreto da nacionalidade, como Alberto Torres; ou então, recolhidos ou não, atiravam-se em cheio na batalha política, como Eduardo Prado e Raul Pompéia.

É a ironia da posteridade, essa eterna comunhão póstuma de homens que em vida se repeliam.

Mas a vida da inteligência, como a vida das nações e a de cada um de nós, é justamente, em sua essência, esse jogo de tendências extremas ou moderadas que se atingem, que se repelem, que se suportam ou se confundem. Eduardo Prado e Raul Pompéia, que em vida se opunham como adversários irredutíveis, podem hoje, se não confundir-se ao menos entender-se, em nossa projeção crítica e histórica.

77 "Era até então a sociedade que fechava as suas portas aos homens de letras; eram agora os homens de letras que se afastavam dessas portas, com um belo mas estúpido gesto de pouco caso... [illegible] ... Transformamos o que era [illegible] ... aquilo que é hoje uma [illegible], um culto, um sacerdócio... tomamos o lugar que nos era devido no seio da sociedade... [illegible]". Olavo Bilac, *Últimas conferências e discursos*, p. 65 e segs. Rio, 1924.

78 "Admiram-se todos, comunistas, o estado das nossas finanças e bradam e vociferam contra o desgoverno dos Governos... *Pobre literatura nacional!* Esta nem ao menos encontra quem lhe chore o falecimento. Vive por aí, infeliz viúva, perpetuamente em crepe, num abandono pungente, coberta de desprezo, de ridículo, [illegible]... Vejam o índice literário de 1893. À parte um ou outro fenômeno isolado, um ou outro caso esporádico [illegible], o quadro é sempre o mesmo [illegible]... Prefere a nova geração [illegible], do beco do Ouvidor, ao penoso trabalho do gabinete... A nova geração continua a fazer literatura por simples diletantismo, sem ideal definido [illegible]". C.A. (Capistrano de Abreu), Cartas Literárias, in *Correio de Notícias*, novembro de 1893.

Visavam ambos à conservação do Brasil, da precisa realização brasileira[79], embora pregando remédios distintos.

Combatiam, cada um por seu lado, o mesmo demolidor, o "negativismo da desorientação", as ameaças à nacionalidade e à unidade brasileira. Apenas, enquanto Prado defendia vivamente o Império e a tradição, que nos haviam dado o feitio moral e a configuração nacional, Pompéia sustentava apaixonadamente o idealismo republicano, que viera colocar o país na posse definitiva de seu ser, embora combatido internamente por males desesperadores. Via um na República a destruição brasileira, outro no Império a negação brasileira.[80] Mas a verdade é que o revolucionário Pompéia defendia tão ardentemente o princípio da ordem e da autoridade, quanto o reacionário *Eduardo Prado*.[81] Pode-se mesmo dizer que Raul Pompéia representou, para os primeiros anos agitados da República, papel semelhante ao que Evaristo da Veiga desempenhou durante a anarquia da Regência. Apenas, enquanto este influiu realmente nos destinos da nação, escutado que era pelo poder, e empenhado todo o seu esforço, — como vimos, paralelamente com a totalidade da inteligência brasileira da época, na obra renovadora e emancipadora, Pompéia mal ultrapassara os limites da imprensa e dos cenáculos. E, sobretudo, já não era, como os homens da independência, um espírito de todo voltado à obra política. Era um artista e talvez o artista mais requintado da época. Não lhe bastou o realismo banal. Foi além. A observação se mesclava nele à ânsia de originalidade. Conviviam, em seu espírito, um romancista e um poeta. Aquele lhe dava a força de sentir a realidade dos fatos e das almas; este, a paixão profunda da expressão animada e viva, de ritmo palpitante de imagens. Era um refinado. Mas o requinte da expressão não se perdia em malabarismos, por-

79 "Que [illegible] definitiva ao espírito [illegible] que nos captura, [illegible] da nossa [illegible] de povo, o predomínio colonial do português, [illegible] a constituição do Partido Conservador brasileiro, [illegible] — tudo isto [illegible]". Raul Pompéia — Prefácio às *Festas Nacionais* de Rodrigo Octavio, p. XXII. Rio, 1893.

80 "A idéia republicana é a forma mais aparente das tendências que chamamos desnativistas, ou antes, é a idéia que, por necessidade de [illegible]", escreve Eduardo Prado na *Revista de Portugal* antes de feita a República, num artigo admirável que não foi recolhido em suas Obras. E Raul Pompéia, em 1893, [illegible] do Rio Grande [illegible] — "Tomando por base de comentário [illegible]... "O partido da demolição, para que apelam os apologistas [illegible] da revolução, é uma multidão popular. Serve-se de todos os chefes, mas não tem chefe. Não tem força para afrontar, porque não tem [illegible]. Não sobe porque não quer subir. É um partido de oposição perpétua... São os eternos negativistas. E por que o são? Porque são os inimigos da República".

81 "Esses pletóricos corações [illegible] se encontravam pelo lado da Revolução (federalista) quando [illegible] sangue generoso a correr também, e sacrificado, não à revolta em nome de ressentimentos pessoais, mas à necessidade suprema da tranqüilidade da pátria", escreveu na mesma época Raul Pompéia em uma de suas notáveis *Correspondências da Capital*.

que em tudo foi um apaixonado, um doente de sinceridade. E a originalidade maior do seu espírito, como publicista, está em ter sido, como os *Moderados* da Independência, um revolucionário que se batera pela demolição em nome de um novo princípio de ordem e de estabilidade. E daí a força incomparável de suas apóstrofes, as mais impressionantes que então se escreveram em defesa da paz política e que ainda hoje soam a nossos ouvidos com uma oportunidade flagrante. Eis uma delas, de 1892, naqueles folhetins do *Jornal do Commercio*, em que o quase anonimato não conseguia esconder a sua personalidade inconfundível:

> "Ensinar do melhor modo aos nossos temerários demolidores que a ordem social não é nenhum brinquedo, fora obra do mais louvável patriotismo. Não se discute a excelência do atual Governo. O que é preciso é [illegible] governo. O que é preciso é que se trate de suscitar a ordem, ainda que por efeito de convenção, para que alguma coisa a melhor se venha a fazer depois. A anomalia por estado normal é que é impossível. Um povo que não possua firmeza constitucional que na paz interna se afirme, que não dispõe da saúde da tranqüilidade cívica, não tem direito de existir. A febre permanente, de fato, é a imediação da morte".

Não parece estarmos ouvindo em nossos dias alguns períodos de Jackson de Figueiredo, com cuja figura tem Raul Pompéia tanta analogia?

Seu idealismo, seu erro de visão, foi atribuir a causas remotas os males que combatia, quando era nas raízes próximas que ele se encontrava. Não se cansou de chamar à ordem as paixões desencadeadas nas forças armadas[82], em nome da idéia republicana, esquecido de que o mal fora justamente provocado pelo alastramento da idéia política nos quartéis, no fim da Monarquia.

Iludia-se Pompéia com a tranqüilidade do dia 15, da parada garbosa e inocente da revolução pela ordem. Não via o veneno nas raízes. Como naquele momento não havia febre, não procurava diagnosticar o mal anterior.

Julgava que a função das forças armadas, no movimento de 89, fora apenas de catalisador. E daí as suas corajosas apóstrofes: — "O elemento militar apareceu na hora decisiva da proclamação da República. Impõe-se novamente quando um grave choque político parecia desacreditar radicalmente a obra gloriosa de 15 de novembro. Agora, é preciso que não faça supor à nação, que a traz empolgada. Criada a República, esta é livre, até para o direito de ir de erro em erro, independente da censura violenta da força armada".

Se lhe ocorresse, de momento, aquele lindo conto de Andersen, — o da *Caverna dos Quatro Ventos*, talvez sentisse menos segurança na pena. De qualquer forma, porém, foi

82 "É preciso que saibam, o exército e a armada existem para a pátria, não para os partidos. . . Por que não se dêem com ardente esforço que surja de uma vez, das casernas, a politicagem! Por que se não afirma, por uma vez que alcance o Brasil inteiro, que não haverá mais a exploração infamante de desordens nos quartéis? Por que não vêm o Club Militar e o Club Naval, como nos grandes dias da campanha, dizer ao Brasil que o nosso exército é ainda o mesmo da Revolução (?) — pela Ordem e pela Pátria?. . . A única revolta legítima que pode agora instigar o nosso soldado é contra aquele que o queira induzir à revolta. Em tal caso sim, é contra quem for". *Jornal do Commercio* — fevereiro de 1892.

ele se mostrava restaurador da verdade. Lei acima, realmente o que devia ser. E quem teve mais que ele a coragem de dizê-lo com tal desassombro, naquele momento de paixões desencadeadas? Foi uma alma, de fato, excepcional esse pobre Pompéia, — talvez a figura mais curiosa da sua geração, e cuja vida é lamentável não tivesse sido escrita por nenhum daqueles seus companheiros de boemia[83] e que tenta, certamente, a quem se aproxima desse homem excepcional que possuiu, como poucos, o amor da beleza, a paixão cívica e a perfeição moral. Um puro Apóstolo e um puro Artista.

A estratégia da sua ideologia, aliás, foi mais lúcida, talvez, que Eduardo Prado. Fossem quais fossem os vícios de origem, a República era a lógica fatal da nossa história. E mais valia, portanto, restaurar as forças vivas do país, perturbadas pela crise do regime incipiente, do que debater implacavelmente a chaga em nome de uma volta impossível a idéias extintas e, em muitos pontos, ilusórias. Era preciso caminhar, porque o retrocesso era impossível. E para caminhar, o único meio era curar e cumprir as ardentes e incansáveis palavras de Pompéia. Eduardo Prado via, com toda a lucidez, a origem e a verdade atual da situação, mas pregava um remédio ilusório, impossível. Pompéia não penetrava talvez tão intimamente no espírito desses males, mas recorria afinal e magistralmente, como um realista político, como um verdadeiro organizador de instituições. Contraditoriamente, porém.

Mas se encontravam ambos no mesmo patriotismo profundo e consciente, que apenas assumia em cada um deles feições diferentes, não só devido à divergência de idéias, mas também à diversidade de temperamentos e de situações. As angústias patrióticas de Eduardo Prado, que os seus adversários procuraram em vão ridicularizar ou reduzir, mas que foram reais, — pois tudo tinha esse requintado, esse civilizado, esse fidalgo, para renunciar o luxo e atirar-se ao cômodo cosmopolitismo, — essas angústias encontravam derivativo em tudo o que a sua situação de vida lhe permitia: em viagens, em estudos, em contato com outros povos, com outros espíritos, com outro ambiente.

Raul Pompéia não. Sua alma de ultra-sensibilidade estranha, de uma hipersensibilidade que se traduzia em seu estilo nervoso, sugestivo, cheio de perspectivas misteriosas, de imagens imprevistas, de dramatização extrema das coisas, — essa grande alma de artista viu-se mergulhada, por seu idealismo e por seu profundo sentimento nacional, em um meio de lutas mesquinhas e sem beleza, de barbaria renascente, de anarquia e vulgaridade latentes.

O resultado foi o desespero. Faltou um derivativo a esse puro artista, transviado nas lutas pérfidas de um início de regime, e na profunda convulsão moral com que a transfor-

83 Apesar de ter sido um dos boêmios mais espirituosos e finos de então, — "o mais alegre da nossa roda", diz Lúcio de Mendonça, — não deixou logo depois de dizer a verdade sôbre esse cabotinismo de sinceridade e fundo, que Gonzaga Duque iria tão sugestivamente evocar em sua *Mocidade Morta*. — "Todos têm idéias do que são os marcos da vida boemia. O burguês os encara com horror, como a negação da regra pacata de bem viver, que é o seu ideal. E com razão, nesse critério infinitivo, apesar do esplendor sedutor com que a literatura tem [illegible] no acaso, [illegible] vida avulsa, por dias desmoronados, por bôcas à conta, dispersas no tempo como um punhado de areia sobre o mar, e que a curiosidade humana de ilusão tem suposto ser mesmo existência. Isso não é existência. É antes a negação da existência, é o desequilíbrio da existência, é o desdém do [illegible], é o suicídio da inconseqüência e pelo descuido, é a morte pela desordem". J. do C., abril de 92.

[illegible] da repulsa [illegible] nossa sociedade por todas as [illegible]", segundo suas próprias palavras. E só na morte violenta ia encontrar um repouso, que Eduardo Prado dois anos mais tarde, depois de Canudos, [illegible] sofrido pelo seu país[84], pôde procurar "num pedaço de [illegible] do Sena [illegible]".

Chegou-se assim, especialmente depois da morte de Raul Pompeia e da retirada de Eduardo Prado, à cisão [illegible] entre a literatura e a política. O [illegible] jornal de [illegible]; a [illegible] de alguns, a angústia, o desespero ou a desesperança de outros, levaram as letras a [illegible] daquele a que os [illegible] do regime em [illegible] a defesa dos homens [illegible] o país.

Até Canudos. Canudos foi um aviso tremendo.[85]

Se a República [illegible], em virtude da estratégia de lançar as culpas sobre os restauradores, o país [illegible] profundamente abalado. Canudos era o resultado de um [illegible], de um erro secular. Era o [illegible] da civilização brasileira que [illegible] ex[illegible] à luz da mais terrível realidade. Era o Império, [illegible]; era a República, com a sua corrupção [illegible], que ali se julgavam [illegible]. Canudos era uma volta violenta à realidade. A República desorganizara a [illegible] e portanto a unidade nacional, o Império não conseguira organizar a civilização no Brasil, [illegible] o que revelavam aqueles [illegible] e [illegible] do Vaza Barris. E um homem [illegible] de Canudos: Euclides da Cunha.

Euclides da Cunha foi [illegible] pelas [illegible] letras graças à crise de Canudos. Foi a visão da luta formidável e da compreensão profunda do seu significado — que ele condensou no terrível epílogo d'*Os Sertões* ao falar "dos crimes das nacionalidades" — foi daí que nos veio o verdadeiro Euclides da Cunha.[86]

84 "No momento de [illegible] o Brasil [illegible] com a [illegible] hoje [illegible], é [illegible] insuportável o silêncio [illegible] que a República [illegible] violência e [illegible] estas linhas [illegible] um protesto pela [illegible]" Eduardo Prado — Um Protesto — Santos, 1897, in *Coletâneas*, vol. III, p. 1[illegible], São Paulo, 1906.

85 "Venceu, como devia vencer, a força que representa a civilização; venceu a autoridade que [illegible] Mas ficou o [illegible]. Até aqui [illegible] habitantes das grandes cidades [illegible] do litoral [illegible] dos governos [illegible] [illegible]
O Brasil central era ignorado [illegible] governo [illegible] e [illegible] com o sangue um [illegible] contra o desespero [illegible] Foi [illegible] do sertão [illegible] da nacionalidade brasileira [illegible]". Afonso Arinos — O Epílogo da Guerra, *Comércio de São Paulo*, [illegible], in *Notas do dia*, p. 1[illegible], S. Paulo, 1900.

86 [illegible] o problema brasileiro [illegible] Em 1897, [illegible] no *Estado de São Paulo*: — "[illegible] de um dia para outro, a idéia republicana [illegible] um protesto [illegible]

Sentindo a divergência [illegible] que [illegible] as diretrizes da ação social brasileira, Euclides da Cunha entrou deliberadamente na luta, inconsciente mesmo do papel que ia desempenhar. Sua obra teve uma repercussão que o tempo só tem feito crescer. Ele [illegible] eloquentemente, e com [illegible] do [illegible] político, — que fora na Monarquia o parlamentarismo, importando fórmulas e confundindo ficções com soluções, — embora tendo conseguido organizar a estrutura social da nacionalidade e [illegible] a fase mais original da sua literatura, até então, — e era agora na República o caudilhismo militarista, [illegible] as forças armadas pelo [illegible] politicamente. Literariamente, [illegible] revelar o erro do esquecimento em que [illegible] brasileiros [illegible] dando um exemplo [illegible] de originalidade, ao romper em suas obras [illegible] americana, e procurar [illegible] sem o emprego de escolas e preconceitos. [illegible] um estilo — o que é realmente a obra suprema de um artista.

XI

E assim chegamos aos nossos dias, à herança que recebemos.

Foi uma herança de antagonismos. E os males dessa herança traçam, por si sós, os [illegible] que a nossa geração deve seguir.

O problema da civilização brasileira é um problema de assimilação. É o resultado a que chegamos hoje, em quatro séculos de lenta nacionalização, é justamente [illegible].

Na política — a oposição de [illegible] e caudilhismo, nas letras — a oposição de regionalismo e de cosmopolitismo. As duas forças opostas que operam em toda a evolução [illegible][87] nunca conseguiram [illegible].

[illegible], tanto num como noutro terreno, a tendência mais comum é para a exclusão dos contrários. A solução [illegible] do problema da nacionalidade é o [illegible] do caudilhismo. A solução caudilhista é a [illegible] da autoridade e [illegible] dos [illegible] laços da unidade nacional.

[illegible] palavras de Eduardo Prado: — "[illegible] à Nação brasileira [illegible] de [illegible]" [illegible] *Estado de São Paulo*, [illegible].

87 "[illegible] de 'civilización y barbarie', [illegible] de los [illegible] el caudillismo [illegible]". Ricardo Rojas — *Historia de la literatura argentina*, t. IV, p. [illegible], Buenos Aires, 1925.

Duplo engano. Que adiantaria ao Brasil se vingasse o precedente de uma desagregação brusca da unidade de governo? Quantos anos de anarquia? Que probabilidades de dispersão definitiva dessa miragem de unidade, que só o artifício imperial conseguiu manter e consolidar? Que desastre, talvez irreparável, para a nacionalidade!

Por outro lado, que esperança de solução do nosso problema nacional, se o caudilhismo é um elemento inato da nacionalidade e se queremos resolver o problema do todo pela supressão de uma das partes? Tem sido esta solução empregada dezenas de vezes (e há circunstâncias em que se torna inevitável), mas o resultado é sempre o mesmo. O ressurgimento do instinto dominador com mais [illegible], com mais perfeita organização e poder mais retórico.

Politicamente, portanto, a solução, que o tempo e o bom senso nos trarão, será por força a assimilação das forças vivas da nacionalidade americana, por natureza anárquicas e ocultas, pelas forças vivas da espiritualidade, muitas vezes desviadas para paixão do poder, mas afinal cultivadas pelo idealismo e pela experiência do ocidente cristão. E isto, se a Providência e a *Inteligência* [illegible] a nossa [illegible] unidade.

Nas letras, é semelhante o problema. A dissociação de tendências acompanha a história de nossa literatura. E os males das instituições transplantadas são análogos aos males das letras importadas. Apenas, acontece que essa dissidência é justamente o dado essencial do nosso problema de civilização e, portanto, de nosso problema estético. Nossa originalidade, afinal. Para compreender as nossas letras e sentir em suas dessemelhanças a unidade profunda, que apesar de tudo as tem acompanhado, é mister não esquecer nunca essa divergência natural de tendências.[85] Basta olhar para a herança imediata que recebemos. Quais as duas figuras literárias que mais profundamente marcaram nossa era republicana, que tão rapidamente estudamos? Machado de Assis e Euclides da Cunha. Não há um paralelo a fazer. Eles não se opõem; simbolizam apenas, vivamente, — realizando cada um o seu caráter pelo estilo inconfundível a que chegaram, — as duas faces da medalha. Mas a medalha é uma só.

Apenas, como acontece em política, não descansam os exclusivistas. Literatura Brasileira, dizem ou parecem crer, é por ora uma utopia. Limitemo-nos a fazer o que a

85. Essa dissociação foi sentida, mais que quaisquer outros talvez, pelos parnasianos. Eis o que escrevia Raimundo Correia a um amigo, que lhe enviara uns versos inspirados em motivos regionais brasileiros:
"Como eu invejo isso, eu, devastado completamente pelos preceitos desta escola a que chamam "parnasiana", cujos produtos [illegible] e raquíticos, apresentam todos os sintomas da decadência e parecem condenados de nascença à morte e ao olvido. Dessa literatura que importamos de Paris, diretamente ou com escala por Lisboa, literatura tão falsa, postiça, alheia da nossa índole, o que breve resultará, parece-me, é uma triste e lamentável esterilidade [illegible] o Poeta. [...] Eu sou talvez uma das vítimas desse mal que vai grassando entre nós. É preciso erguer-se [illegible] o sentimento de nacionalidade artística e literária, desdenhando-se menos o que é pátrio, nativo e nosso; e os poetas e escritores devem cooperar nessa grande obra de [illegible]". [illegible], in *Novidades*, 14.5.89.
É o mesmo dizer Bilac, o Bilac das *Panóplias* e *Crepúsculos*, [illegible], também, em uma de suas crônicas de Ouro Preto: — "Eu, pelo menos, só me sinto verdadeiramente brasileiro, quando deixo perdida ao longe a vozeria da rua do Ouvidor e, abrindo o peito ao ar livre do sertão, vivo na vida simples dos campos, com a alma e o coração voluptuosamente no seio farto e fecundo da natureza". — Crônica [illegible] in *Gazeta de Notícias*, 3.11.93.

moda de moderna pede que façamos. Sejamos românticos e seremos românticos; sejamos naturalistas e seremos naturalistas; sejamos simbolistas e seremos simbolistas; sejamos futuristas e seremos futuristas. E o que é ainda mais frequente, façamo-lo sem dizer que o fazemos. É o cosmopolitismo.

Artifício, — clamam [illegible] os adversários. Se queremos ser nacionais, olhemos para as nossas matas, para os nossos rios, para o nosso céu; inspiremo-nos nos temas da nossa história; voltemos ao passado, deliberadamente e todo o [illegible], sejamos bárbaros; queimemos, em efígie, o Partenon e [illegible] Marinetti; sejamos nossos para ser [illegible]. E assim se chega ao regionalismo.

Duplo engano, como fora o engano político da solução exclusivista. Não há apenas um artifício na inspiração em escolas alienígenas, nem se alcança a uma expressão nossa, pelo simples recurso a temas, idéias ou formas indígenas. O resultado é a dissociação a que chegamos, entre o regionalismo obcecado na sua estreiteza e essa originalidade local, e o cosmopolitismo, que não poderá chegar à verdadeira originalidade, no estado de preparação material em que nos encontramos.

A solução será ainda, como em política, uma assimilação recíproca. Ser nacional é criar uma nacionalidade e não submeter-se a ela.

Para possuirmos uma literatura original, uma literatura imperiosa e fecunda, o que nos falta é uma integração social e moral. E os reformistas, ou antes, as gerações de gênio que consigam realizar a síntese dos antagonismos atuais. E o Tempo.

Mas não basta esperar por ele. Quando a independência nos surpreende é que é prematura e, portanto, precária. Devemos conquistá-la lentamente e nenhum esforço sincero se perde. A vida da beleza, como toda a vida, é um longo e paciente trabalho de raízes para o esplendor fugaz e eterno da florescência.

Trabalhemos por ela!

Benjamin Constant, o Fundador da República

Vicente Licínio Cardoso

Benjamin Constant ilustra, talvez, um caso único na história: o de uma revolução política dirigida por um professor de matemática. O Fundador da República Brasileira foi, de fato, antes de tudo, um professor. Criança ainda, auxiliara o pai na manutenção de um colégio particular, e, desde os dezoito anos, labuta a vida como explicador de matemática, aluno que era já da Escola Militar. Examinador, preparador, substituto e, finalmente, catedrático, Benjamin Constant passou toda a sua vida ensinando Matemática, — na Escola Normal, no Instituto Comercial, no Instituto dos Cegos, na Escola Central, na Politécnica e na Escola Militar, onde maior foi, então, o seu variado e brilhante tirocínio.

Professor, ele foi também, todavia, um *formador de almas*. Na vida de Diderot, o que mais empolgou o espírito de Augusto Comte, foi reconhecer nele a função excepcional de *formador de homens*. Rousseau, de resto, confessou o que lhe devera, coisa que outros mais não fizeram com a mesma honestidade, mas deixaram todavia, talvez sem o quererem, patente em seus escritos. Diderot, o pai espiritual da Enciclopédia, foi, de fato, o *animador mental*, o dínamo congregado dos movimentos daqueles gênios que firmaram uma página brilhantíssima da história da mentalidade latina.

No elogio à vida de Benjamin Constant, poder-se-á, em verdade, dizer que o *formador de homens* transmuta para plano secundário o maior professor de matemática de seu tempo.

Filho de um emigrado — militar português que se fizera professor e educador de meninos —, o filho herdou do pai o amor pelo ensino. Militar fora ele, mesmo sem o ser. Verdade é que foi à guerra, nela combateu pela pátria quando chamado e só voltou, quando, doente, sentiu a inanidade de seu sacrifício [49]

49. Não lhe seduziram as pompas militares. Formado já o seu espírito, determinada já a trajetória de sua carreira de professor, não lhe impressionaram, não lhe podiam impressionar, os brilhos guerreiros por conquistar. Doente, recolhido no Rio, insiste por uma nova licença. Diante de uma recusa provável, requer a sua demissão do Exército, pedido só depois [illegible] com a concessão da licença requerida. A guerra do Paraguai não lhe poderia apaixonar o ânimo, pacífico e construtor [illegible] que ele era. Mais a mais, no desenrolar dessa guerra e em seu [illegible] final, a razão não estivera, nem sempre, exclusivamente de nosso lado.
Silenciemos, por agora, as controvérsias possíveis.

Órfão aos treze anos, com quatro irmãos menores, Benjamin Constant foi obrigado a pensar desde cedo nas agruras da vida que se lhe mostrava árdua. A dor da viuvez levara quase à loucura a esposa amantíssima. Benjamin Constant herdara de sua mãe essa violência de sentimentos. Do teatro da guerra, em carta à esposa, ele se retrata em 1867: "Sou tão forte para os trabalhos e privações, quanto sou fraco de coração. Os sentimentos de amizade e de amor são em mim tão veementes, que me dominam completamente". E, mais tarde, ainda, ao declinar da vida, três dias antes de falecer, sem poder mais traçar ele mesmo a minuta da carta demissionária do cargo de ministro da Instrução, Benjamin faz questão de se assinar "teu! amigo!", sepultando e esquecendo desse modo todos os atritos e divergências passados com o presidente Deodoro.

Sem ser impulsivo, o pensamento não tinha os marcos do coração. Aos treze anos, diante da desolação materna, tenta o suicídio. Socorre-o uma preta. Benjamin não esquecera o gesto da escrava humilde. Ao receber com o casamento dois ou três escravos de sua esposa, ele diz que os considera, para si, libertos. E mais tarde, em 87, na mensagem do Club Militar, em que pela assinatura de Deodoro, o Exército recusa o papel inglório de perseguidor de negros foragidos, sua foi a voz que, secundada pela mocidade militar, assim o exigiu do velho cabo de guerra. É dele ainda, logo depois, o brado do mesmo Club, firmando seu o programa da Abolição.

Aluno militar, fora preso por uma vez, impedindo com ousadia que fosse lida no pátio da Escola, uma ordem do dia insultuosa aos brios dos seus colegas. Integra então a coletividade e reage espontâneo. Mais tarde, reagirá, isolado, no mesmo Cisplatino. Em campanha, diante de um oficial que pretendera abusar do maior número de seus galões, unicamente de revólver em punho, é que se contenha.

Em face do Imperador, ferido em seus direitos, recrimina o governo pelo não cumprimento da lei, quando o monarca pediu para que ele de novo entre em concurso, dizendo-lhe ser isso uma simples formalidade. Benjamin responde, com dignidade: ele já havia dado a sua palavra de não entrar mais em concurso algum; competia-lhe, por lei e por direito, a nomeação, depois da série notável de concursos que fizera. E não se submeteu.

Chamado a lecionar os netos do monarca, aceita, mas, diante do mau comportamento dos fedelhos áulicos, repreende-os. E ao avô diz, então, que ao palácio poderá voltar, mas não para ensinar tão maus discípulos. E não voltou.

Professor acatado, instado e aclamado para falar diante do ministro da Guerra, em visita à Escola Militar, por ocasião da festa oferecida aos Chilenos, verbera a atitude do governo, em face do Exército, e reprova, com violência, as acusações de insubordinados que haviam sido dirigidas ao Exército e à Armada nacionais.

Ministro, ele depõe a sua pasta nas mãos do Presidente, diante de um excesso deplorável de Deodoro. E só volta ao cargo, quando de todo desagravado. Aproveita, então, para exprobar o Presidente, fazendo-o prometer comedimento para o futuro, e, mais, cumprimento integral dos textos que a Constituinte elaborara para breve.

Benjamin Constant era um *condutor*. Daí, não há negar, o segredo de sua força em formar almas, em arregimentar consciências e em subordinar temperamentos.

Benjamin não comandava, propriamente. *Inspirava, exaltava e conduzia, conduzido.* Nada querendo que não lhe fosse de direito, nada esperando de favor, nem da Monarquia, nem da República, ele possuía, por isso mesmo, a força invencível daqueles que não se podem render à vaidade dos títulos ou das nomeações. Professor, ele atraía junto de si a mocidade militar brilhante do seu tempo. Era um ídolo. Ao contrário dos professores [illegible] de hoje, que cortejam os alunos em nossas escolas superiores, Benjamin, austero, era reverenciado como uma bandeira e admirado como um ídolo. Havia um apóstolo dentro do professor, e, em torno, uma plêiade de moços enérgicos, emigrados de todas as províncias do Brasil, que ouviam atentos a sua palavra clara e persuasiva.

Foi nesse ambiente, precisamente, que vingou com ênfase a idéia republicana. Aqueles moços pobres que vestiam a farda de cadetes e aqueles outros, já oficiais, que repetiam as lições do mestre, não desprezavam, como os filhos da nobreza, de senhores de escravos. E por isso, sem a inércia dos políticos, aceitavam com alvoroço a idéia de um governo sem rei, tanto mais quanto, incomodava-lhes, e com razão, a possibilidade da regência do país, pelo príncipe consorte, estrangeiro de nascimento.

A idéia republicana existira sempre, latente no país como era, mas estou certo de que sem aquele ambiente mental, preparado por Benjamin, seria difícil levar a efeito a República, ou pelo menos, realizá-la dentro da ordem. O grupo republicano de São Paulo perdera as duas únicas vozes no Parlamento, e não era provável que as conquistasse de novo contra a vontade do governo.[29]

Os jornalistas do Rio, brilhantes como eram, nada fariam com ordem por si, sem a integração do Exército. Demoliam, mas não construíam.

Aí está, reeditada, a "*Queda do Império*". Rui Barbosa queria apenas a democracia

---

29. A primeira manifestação coletiva, séria e republicana no Rio de Janeiro, foi o manifesto de 1870, como confirma o próprio Cristiano Benedito Ottoni. Em 70, além de um Clube republicano, foi fundado um jornal. Ottoni assinou o manifesto mas não fez parte do club em que figuravam Saldanha Marinho, Quintino e Aristides Lobo.
Em 71 houve o primeiro congresso republicano em São Paulo; em 73, o manifesto; em 78, por iniciativa dos republicanos, a assembléia paulista votou um projeto de lei visando à proibição da entrada de escravos na província, lei que só converteu em lei em 1881.
Em 84, nas eleições gerais pela primeira vez apareceram candidatos republicanos. Venceram três deles: Prudente de Morais e Campos Sales, por São Paulo, e Álvaro Botelho, por Minas. Em 85, Prudente de Morais pronuncia, com grande elevação e independência, uma oração brilhante no Parlamento, pregando, com audácia rara, o programa republicano. Esse pronunciamento isolado. Nesse mesmo ano houve a dissolução das Câmaras e o governo conseguiu que não fossem mais eleitos candidatos republicanos.
Eis, sabendo de tudo isso e sem examinar de outro lado, devidamente, a obra de Benjamin Constant, que Joaquim Nabuco disse em *Um Estadista do Império* (1897), nesse livro tão interessante da história de uma parte grande do segundo reinado: "A idéia republicana, apenas defendida e advogada por homens que renunciaram a tudo para servi-la, era quase um [illegible]", e, mais adiante, "os republicanos declarados eram impotentes, qualquer que fosse o seu número, para produzir a queda da monarquia, se a atitude dos monarquistas [illegible] providência e [illegible] perigo".
É claro, e é sabido, que todos os movimentos revolucionários do país eram de feição republicana: Vieira de Melo, 1710, Recife; Felipe dos Santos, 1720, Ouro Preto; Inconfidência, 1789; Bahia, 1798; Bahia, Pernambuco, 1817; Confederação do Equador, 1824; revoluções baianas de 1832-34; República de Piratini, 1835-1845, no Rio Grande; Sabinada, 1838, Bahia.
Mas esses movimentos foram todos regionais. Foi por isso que disse ser o manifesto de 1870 a primeira manifestação séria e coletiva da República no Brasil.

[illegible] da monarquia. Ele pensava na Inglaterra e, de resto, nunca se declarara republicano. Ele mesmo o confessou no testamento: "Minha parte na conspiração data da véspera da revolução". Quintino, com todo o brilho de sua pena, não era um homem de ação. [illegible], demais [illegible] do que Rui.[91] E Deodoro, com a autoridade de presidente do Club Militar e da patente mais respeitada, [illegible], por índole e por hábito, acostumado a reverenciar não só o Império [illegible], mas ao monarca, a quem ele respeitava com a [illegible] com que um homem respeita, face a face, um outro homem mais culto. E Pedro II era, de fato, mentalmente, superior a Deodoro.

Sozinho, sem o influxo de Benjamin, não proclamaria Deodoro a República, esta a verdade. Chefe das tropas, com a [illegible] estudada, ele ergueria ainda, no entanto, um vivo [illegible] ao Imperador. .

Salvo, pois, o trono dos alicerces fundamentais [illegible] abalados pela abolição dos escravos, [illegible], sobretudo, a manutenção da [illegible]. E [illegible] fatalmente o desequilíbrio econômico e financeiro, como veio, na República, em conseqüência desse abalo formidável [illegible] às indústrias agrícolas do país, indústrias que eram as únicas fontes de riqueza do tempo.

Cotegipe foi o único homem entre os políticos da monarquia que viu claro a gravidade da [illegible]. "depois da Abolição, a República". [92].

Mas [illegible] com o epíteto de redentora dado à Princesa Isabel. A [illegible] outorga de liberdade concedida aos escravos por um gabinete conservador do Império, e, portanto, [illegible], e [illegible], foi o recurso desesperado, o último cartucho queimado pelo Império em defesa do seu trono. O que, porém, não perceberam os [illegible] é que a partida estava [illegible] perdida. E fosse pela vereda direta da República, ou fosse pelo atalho [illegible] da Abolição, o [illegible] ao trono era o mesmo: o Club Militar, os oficiais discípulos [illegible] do mestre, e com eles a guarnição de toda a Corte.

Ora, no Club, desde a chegada do sul, de Deodoro, havia um homem que dirigia o

91. O [illegible] republicano de Rui Barbosa veio mais tarde, depois de proclamada a República, na obra da [illegible] de organização do governo incipiente. Infelizmente não houve ainda no país [illegible] para que [illegible] crítico, sem [illegible], do [illegible] ministro da Fazenda. Felizmente o próprio autor [illegible] de documentos que merecem ainda ser [illegible] – "[illegible] e Política da República", 1892.
[illegible] 9 de novembro, em conseqüência de um artigo "[illegible] contra a Pátria", foi Rui Barbosa procurado por Benjamin Constant. [illegible] depois com Deodoro e foi [illegible] para Ministro da Fazenda antes do dia 15.

92. [illegible], Cotegipe [illegible] do Exército [illegible]. [illegible] por ser [illegible], ter Deodoro junto de si, então [illegible] o representante [illegible] do Exército no governo, [illegible] Caxias e Osório, [illegible] da guerra do Paraguai. [illegible] que lhe [illegible].
No período agudo da questão militar, o Visconde de Pelotas [illegible] o perigo que corria o trono, [illegible] no Parlamento a Cotegipe, chefe do governo, para dizer-lhe que aquela questão [illegible], o Exército [illegible] a República.

conduzia os outros homens, influenciando mental e [illegible] a Deodoro, o presidente oficial. Esse homem, esse caráter, Benjamin Constant [illegible] conduzido, obedecia dirigindo, inspirava e [illegible]. Desse modo, o trono haveria de acabar como acabou: derrubado por uma parada militar da guarnição completa da cidade.[93]

I

Aceitando a religião e a filosofia de A. Comte, [illegible] satisfeito, sem procurar outras fontes de indagações. Vai à guerra e não se [illegible] por ela, embora trabalhe com ardor e sacrifício no teatro de operações. [illegible] ainda de enfermidade adquirida nos [illegible], em que se desenvolviam as operações do exército em campanha, no mesmo ano em que é licenciado por doença, apresenta ao Instituto Politécnico o seu trabalho sobre as "Quantidades Negativas" (1867). Chega em outubro e apresenta a memória em dezembro. O trabalho era, de fato, [illegible] pelo professor.

Em 68, fundara um centro para o estudo do positivismo. Falida a tentativa, funda em 76 com Teixeira Mendes, Miguel Lemos e outros, a sociedade que se transformaria mais tarde no Apostolado Positivista do Brasil, e de que ele se desligaria em 1882. Honesto e independente, fez, então, em 73, diante do Imperador a declaração oficial de ser positivista, no concurso para repetidor na Escola Militar.

Todavia, não foi ortodoxo. Afastado do Apostolado, Benjamin não foi um sectário do positivismo como religião. Divulgou-o apenas, mas [illegible] propriamente no ensino do positivismo de A. Comte como filosofia.

É descabida, por exagerada, a força que tem sido atribuída ao positivismo-religião no advento político da República. Benjamin estava de relações cortadas com o próprio Apostolado, como salientou honestamente Teixeira Mendes, numa obra valiosa e documentadíssima, [illegible] em Benjamin Constant, desde 1892, o verdadeiro Fundador da República.[94]

93. A cooperação da Marinha foi um [illegible] no dia 15, mas, [illegible], não [illegible] entre a oficialidade da Armada o mesmo ardor republicano que animava o espírito dos oficiais do Exército. Por índole, por educação e por descendência, os oficiais de Marinha estavam, em geral, presos à nobreza do país, o que não acontecia com o [illegible] dos oficiais do Exército, antigos cadetes, empregados das províncias, como [illegible], sem [illegible] sociais importantes, [illegible], formando, [illegible].
Há a observar que a 15 de novembro [illegible] no exterior, Saldanha da Gama e Custódio de Melo, [illegible] chefes [illegible] e monarquistas declarados. Wandenkolk, o terceiro cabeça do comando, aderiu à República por conveniência, [illegible] republicano por índole, [illegible] na noite [illegible] Militar e [illegible], fazendo [illegible] a Pedro II [illegible] do Mal. [illegible] (bela frase)
Nada de [illegible] prova melhor a [illegible] entre oficiais da Marinha daquela época, do que [illegible] do próprio Saldanha em repetir o que já dizia o Império, [illegible], quando confessava o seu orgulho em ser descendente [illegible] do Saldanha.

94. Benjamin Constant, esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do Fundador da Repú-

Aquilo que a paixão de Eduardo Prado não queria compreender, tudo aquilo que a "ciência prejudicial" de Sílvio Romero não podia aceitar, Euclides da Cunha deixou claro naqueles períodos luminosos "Da Independência à República", naquele ponto em que saudou o positivismo-religião como uma componente "[illegible], cristalizada na alma profundamente religiosa e incorruptível de Teixeira Mendes".

Os positivistas ortodoxos, subordinados a Teixeira Mendes e a Miguel Lemos, quiseram sempre o impossível, o irrealizável. Por isso mesmo são respeitáveis. Como Goethe, eu admiro, respeitoso, esses homens que trocam as realidades da vida pelas contemplações [illegible] das coisas impossíveis. Eles lembram bastardos dos santos históricos, [illegible] acinzentados nos ambientes sociais modernos de misticismo pequeno, de religiosidade acabada enfim, como disse Renan, para permitir a eclosão de novas seitas. Acharemos, porém, o espírito de tolerância, que esses homens não podem possuir, e reconheçamos, com filosofia e com bom senso, a utilidade desses [illegible] do futuro. Eles são úteis como todas as coisas que são produzidas pela Natureza. Eu admiro o Sr. Teixeira Mendes como uma das coisas mais sérias que o Brasil tem produzido. Sem nunca o haver procurado, por sabê-lo intolerante, eu o respeito, no entanto, como um dos homens que mais me têm feito acreditar nas qualidades morais e mentais de nossa raça em formação.

Por si, o Apostolado Positivista Brasileiro nada teria feito de prático para a implantação da República. Ele queria a *ditadura republicana* naqueles moldes fantasiosos com que A. Comte, [illegible] e [illegible] Platão no século XIX, queria regular no presente o futuro das sociedades humanas. Ao tempo de Pedro II, o Apostolado dirigiu-lhe [illegible] apontando-lhe o caminho da transição pacífica de imperador a ditador republicano, "apoiando-se diretamente no povo, com a abolição da burguesocracia exercida". Ao tempo da República, ele dirá, coerente, que aguarda a ditadura republicana, e não aplaude "a república democrática, despotismo metafísico com um parlamentarismo corruptor". O Apostolado espera em vão hoje, como esperava na Monarquia, o ditador republicano apoiado pela "incorporação do proletariado" nessa frase pomposa de A. Comte — mas vazia de realidades práticas — frase que fez com que a sua obra [illegible] penetrasse na Alemanha, porque lá, infelizmente, não foram geralmente os filósofos e os sábios que leram a "Filosofia Positiva", mas sim os operários socialistas que [illegible] com a "Política Positiva" para adaptá-la às suas fantasias comunistas.

Apenas, é bom de ver, entre alguns dos prosélitos militares das crenças republicanas, havia um fundo de religiosidade sadia, forçada à admiração das qualidades eminentes de Benjamin Constant, e, por isso mesmo, aceitando, sem ortodoxia acentuada, os ensinamentos gerais de filosofia, de política e de religião da obra de Augusto Comte. Havia, entre os discípulos do mestre, homens puros, honestos e devotados, e foram esses homens, precisamente, aqueles que inspiraram o próprio [illegible] das atitudes de comando exec-

---

[illegible] Brasileira", 2 vol.

Obra de que me tenho servido fartamente em vários pontos deste estudo, em que com grande elevação, o espírito eminente do seu autor traçou um brilhante capítulo da história de nossa pátria.

cidas por Benjamin. Não faço devaneios. Explico o que me parece claro. Há, de resto, para os que duvidarem, uma frase cristalina do próprio Benjamin. Na madrugada de 15 de novembro, ao se despedir da esposa [illegible], ele não comenta com ênfase aquilo que será em pouco realizado. Não alardeia o seu mérito, não fala como um chefe. Ao contrário, ele diz singelamente — "Vou cumprir o meu dever". E cumpriu! Há ocasiões, há momentos fugazes, em que os homens, sem o saberem, definem as suas próprias atitudes.

Quem quiser encontrar na biografia de Benjamin Constant lances de bravura e de gênio, à maneira daquelas que traçam as vidas dos heróis de Carlyle ou dos homens representativos de Emerson, perderá o tempo e ganhará desilusões.

Nada há nele, de fato, que indique um predestinado, ou que faça prever um realizador de sentenças. Deve-se que ele mesmo não compreendera até 89 a finalidade de sua vida na sociedade brasileira. Não ouvia a voz secreta que segredava e animava a Sócrates, nem possuía a confiança em sua estrela que arregimenta a audácia dos homens de ação.

Vivendo para a família e para o magistério, parecia, antes de tudo, alheio aos acontecimentos do seu tempo. Era completa, de resto, a sua abstenção política, em nada lhe interessando o governo do partido liberal ou do conservador.

Nada querendo para si da República, Benjamin Constant foi em verdade, o seu grande esteio moral, o patriarca do civismo militar e o exemplo da dedicação personificada. Nada havendo querido lhe provar da Monarquia, que não estivesse na esfera de seus direitos garantidos pela lei escrita, Benjamin se tornara temível, já que não era possível ao Império quebrar-lhe o ânimo com o aceno ou a dádiva de posições brilhantes.

Todavia, há uma fase em que se sente o desejo do governo em conquistá-lo. O prestígio de Benjamin crescera e no meio da indisciplina do Exército — porque ele valeria mais pelo que em conteúdo ele dizia, — a sua figura representava uma bandeira de ordem: ele destacara de fato para sua figura o olhar daqueles que procuravam, sem encontrar, o altar da pátria.

Bandeira de ordem no meio da indisciplina militar, ele o era, dado o atrito continuado entre um governo que queria continuar a ser civil, e um exército vitorioso na campanha do Paraguai e que queria, por isso mesmo, continuar a exercer a sua energia exercitada. Demais a campanha, naqueles longos anos em que confraternizaram brasileiros, argentinos e uruguaios, havia desenvolvido o espírito da própria oficialidade. Naquele encontro em que unidos os aliados jugularam, estrangulando, o ímpeto de um ditador bravo, os oficiais do Império sentiram, de fato, que o altar da Pátria estava mais próximo deles que o degrau pomposo sobre que assentava o trono imperial.

Todavia, Benjamin só poderia manter a força de que dispunha, aquela atmosfera de ânimos exaltados, com o desprendimento com que afirmava logo, sem rebuço, a preeminência inadmissível do poder militar. Ele falava claro, em 1887, no Club Militar, quando apenas já a questão militar estava surgida: "Se no regime democrático é condenada a preponderância de qualquer classe, muito maior condenação deve haver para o predomínio da espada, que possui sempre mais ideias e melhores meios de executar os abusos e as prepotências".

Recordemos os fatos. Graduado e promovido a tenente-coronel em 88, autor, com-

dada pelo governo, de reforma das Escolas Militares, e, em seguida, da Escola Normal, e logo depois nomeado lente catedrático[97], cargo para o qual esperara, sem acesso, durante quinze longos anos. Há mais, regressando de Lambary, em começos de 89, Benjamin tem tempo de se opor à sua nomeação de "conselheiro" (!) com que o governo o queria distinguir ao lado da nomeação de vice-diretor da Escola Superior de Guerra. . . Benjamin compreende e rejeitará a senatoria oferecida pelo Pará, em 1890, o oferecimento de um prédio por subscrição de amigos, e, até mesmo "qualquer cargo da República para o qual viesse a ser eleito". Aceitou a promoção a brigadeiro por aclamação, mas na sessão [illegible] de 9 de novembro de 1890, comemorando a sessão decisiva do ano anterior, Benjamin comparece à paisana, lembrança em que não possa envergar até a sua farda de tenente-coronel, e renova, alterado, a afirmação de que não aceitara cargo algum para que o viesse a eleger a República.[95]

Desse modo, esse chefe que poderia tudo ter e nada quis, que recusou os cargos da República, como os havia recusado na Monarquia, esse chefe era bem o caráter que poderia [illegible] a conquistada de abrir a nação e o trono de um país que vinha de perder, pela Abolição inevitável, o apoio dos elementos estáveis da nação, quais aqueles decorrentes de uma indústria agrícola que se arruinava a si mesma, sem braços para a colheita de seus frutos. Não há aqui [illegible] de retórica, nem inoportuno e sem espírito. Sabem os homens observadores que os cafezais das fazendas da província do Rio de Janeiro, que era ainda a mais rica do Império, se exauriram, em 88, [illegible] aquele fenômeno brutal de botânica de uma árvore que se esgota em fazer apodrecer os seus próprios frutos não colhidos. São Paulo apenas, possuía uma colonização avançada. Por isso mesmo, havia lá o que escasseava no país inteiro, antes da Abolição — fazendeiros republicanos.

Estudante medíocre e professor eminente, Benjamin Constant ilustra bem a regra geral de que nem são os alunos mais brilhantes aqueles mais capazes para as refregas da vida, na maturidade. Reprovado uma vez, perdendo um ano por faltas e duas vezes desligado (na Escola Militar e na Escola Central), e com aprovações "simples" em várias cadeiras dos cursos que seguiu, o Fundador da República, perdia como aluno o tempo do explicador com que ganhava o sustento da vida para si e para os seus. Não lhe seduzia a carreira das armas, e é bem claro que Benjamin vestira a farda de cadete em troca da instrução gratuita que desse modo, o governo lhe ministrava. Ele mesmo mesmo, sem concluir, um curso

---

95 [illegible] em outros pontos com o Marechal José Bevilaqua, testemunha notável dos acontecimentos da República pela parte que neles tomou e pela [illegible] especial, além de discípulo [illegible], de ser ainda parente da família de Benjamin Constant.
Informou-me aquele marechal de quantas pela qual Benjamin recusara a princípio a promoção a brigadeiro, aceitando, no entanto, em seguida (depois da aclamação de Deodoro), em vista do [illegible] de [illegible] ([illegible] de [illegible] do [illegible]), [illegible] "[illegible] [illegible] os [illegible] do [illegible]". A promoção por "serviços relevantes" (janeiro 1890) não aproveitou a Benjamin que já havia sido anteriormente promovido. Aceitava, como Ministro da Guerra, depois de grande relutância, só cedendo em virtude da carta em que Joaquim Murtinho, médico de Deodoro, [illegible] no perigo da [illegible] da recusa sobre o estado abatido do doente.
Informou-me mais aquele testemunha. Foi em [illegible], que Benjamin, mesmo [illegible] [illegible], a [illegible] que lhe ficara na alma, tanto assim que [illegible] aos íntimos: "eu [illegible] que [illegible] o decreto de promoção por serviços relevantes era o [illegible] — de que [illegible] a minha própria [illegible] de [illegible]".

complementar de engenharia civil. E, mais tarde, por duas vezes, não pôs nem mesmo dúvida em pedir demissão do Exército: uma vez, batendo num dos vários concursos a que concorrera (Escola Normal do E. do Rio), outra, quando, doente, invalidado por licença para não voltar ao Paraguai. Por ambas as vezes, consultado o pedido sem despacho. Benjamin documentava, amplamente, que o militar fora sempre dominado pelo professor de matemática.

Havendo sofrido injustiças graves do governo, em mais de um concurso a que concorrera, e havendo aguardado longos anos a nomeação de lente catedrático da Escola Militar, ele nunca sentira desfalecer a fibra de educador. Foi ele mesmo quem o disse: "Os embaraços, as contrariedades e desgostos que tenho sofrido na carreira do magistério não puderam arrefecer ainda o meu amor ao estudo".

Fora do ambiente carinhoso da família, vivia entregue ao [illegible] de seus tipos, para os quais o seu vulto imponente de homem, aliado à voz pausada e clara de seus discursos [illegible], sem metáforas e [illegible] sonoras, constituía uma figura amável, [illegible] de [illegible] e de respeito. Sendo amável, modesto e afável, não permitia, no entanto, [illegible] demasiadas à sua personalidade.

Sendo grande o seu amor ao ensino, era natural que fizesse, como governo, o que legou ao país, reformando o ensino superior e o secundário como Ministro da Instrução[96] do Governo Provisório. Benjamin instituiu e estabeleceu, praticamente, o ensino superior livre para os cursos jurídicos, restringindo a reforma liberalíssima do Ministro Leôncio de Carvalho (1879), reforma que, aliás, nunca tivera tido realidade de aplicação em nosso meio por não haver logrado, sem mesmo, aprovação do poder legislativo.

Nesse trabalho de reformas, Benjamin foi incansável, e abatido pelo trabalho, e desiludido de muitos companheiros de jornada, ele faleceu logo depois (22 de janeiro de 1891). Dez dias antes de morrer, ainda [illegible] a reforma da Escola de Medicina.[97] E aos amigos, ele lastimava, prevendo a morte que esperava, a carência de tempo para uma dedicação maior em benefício de outras reformas e trabalhos de instrução.[98]

---

96 Ministro da Guerra logo depois de proclamada a República, ele foi depois Ministro da Instrução, Correios e Telégrafos. A [illegible] [illegible] . . . [illegible] Dunshee de Abranches ("[illegible] e [illegible] do Governo Provisório") diz que esse Ministério fora criado para afastar Benjamin dos negócios da Guerra. [illegible] [illegible] e Floriano Peixoto, que [illegible] à República [illegible] não fora [illegible] [illegible] [illegible] no Quartel-General. [illegible] já [illegible], [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] que fosse o próprio desejo de Benjamin [illegible] [illegible] de [illegible], que [illegible] [illegible] [illegible] de [illegible] [illegible] do Ministério, [illegible] apenas [illegible] [illegible]. — [illegible] [illegible] [illegible] pela República — [illegible] [illegible] do problema político [illegible] do Brasil, qual aquele que se refere à [illegible] em novo [illegible] dos [illegible] [illegible] e [illegible] de [illegible] qual é o [illegible].

97 A data do decreto é de fato de 10 de janeiro. Fui porém informado pelo Mal. Bevilaqua que [illegible] [illegible] desta publicação, [illegible] [illegible] [illegible] por vários dias, embora com isso [illegible] profundamente a Benjamin Constant.

98 As Memórias estão [illegible] no [illegible] de [illegible] [illegible] — "Benjamin Constant, coleção de documentos", 1891. Como Ministro da Guerra, reformou as Escolas Militares e o Colégio Militar. Como Ministro da Instrução Pública, reformou o Instituto de Cegos (17-V-90), o regulamento da Bi-

Pelo ensino primário Benjamin nada fez. Ele começara a reforma por cima. Teria chegado lá, se não morresse? Sei apenas que a um amigo de quem ele ouvira o desejo de ver uma reforma visando o incremento da instrução primária em todo o país, ele respondera secamente: "É impossível, não há professores".[99]

Seja como for, o que é possível de [illegible] é que a República se tivesse divorciado de maneira tão completa do ensino primário no Brasil. Rui Barbosa, que fora em 1882, pensando mui provavelmente na pasta da instrução, o autor do relatório monumental balanceando as nossas insuficiências e apresentando, documentadamente, o trabalho executado em favor da instrução primária em todos os países civilizados do globo, Rui Barbosa, dizia, acabou esquecendo por completo que toda aquela obra que constitui uma de suas maiores obras. E deixando a nenhuma atenção do Governo Provisório pelo ensino primário, a Constituinte cometeu o crime político mais grave que poderia acontecer numa demo-

---

Militar Nacional (8-X-90), providências sobre a mudança do Observatório Nacional (11-X-90); reforma o Instituto Nacional de Música (24-X-90), além das reformas [illegible] da Escola Normal, Ginásio Nacional e Escolas Superiores. A República teve enfim, ao nascer, aquilo que nunca mais teria: a colaboração de um grande espírito integrado à obra de melhora do ensino no país.

99 Infelizmente, [illegible] os resultados trazidos ao país pelas reformas introduzidas no ensino por Benjamin Constant, somos obrigados a confessar que eles foram bem menores do que fora lícito esperar delas. Perturbações graves internas no país, desviando a atenção do governo para o problema da segurança pública, perturbações econômicas determinadas por mal estar social, reflexão no professorado pela exiguidade de seus vencimentos, carência de educação política e outras causas menores ainda, fizeram com que o governo republicano não zelasse pelas reformas de Benjamin Constant.
Força é convir, no entanto, que ao lado dos aplausos que mereceram aquelas reformas, para o país que elas introduziram nos cursos superiores oficiais, no Ginásio Nacional e na Escola Normal, as criações do Conselho de Instrução Superior e do Pedagogium teriam redundado em benefícios [illegible] para o país, se tivesse havido continuidade de ação por parte do governo republicano em zelar pelas questões de ensino. Esses órgãos novos — o Conselho e o Pedagogium — [illegible] de fato um desenvolvimento evolutivo [illegible] no país.
"Cruzado modo", pode-se dizer que, dos diversos princípios adotados na primeira reforma republicana, ficou em exercício o da liberdade de ensino, princípio consagrado na reforma de 1892, de Fernando Lobo, e na de 1901, de Epitácio Pessoa, embora ambas essas reformas não mantivessem o órgão do Conselho de Instrução Superior, princípio desvirtuado pela reforma Rivadávia, de 1911, desoficializando-se o ensino superior, princípio corrigido e legitimado pela reforma Carlos Maximiliano, de 1915, em que de novo o órgão fiscalizador dos estabelecimentos livres foi restabelecido, se bem que com um caráter menos liberal do que aquele que determinara a sua criação por Benjamin Constant, quando o próprio reformador fazia apelo, a bem da extensão do ensino no país, aos próprios professores de institutos livres para se tornarem membros daquele Conselho de Instrução.
Dizer pela nossa, como tem sido feito alguns, que as reformas de Benjamin Constant teriam malefícios por haverem facilitado um número talvez demasiado de Escolas Livres de Direito no país é uma afirmação bem pouco amante da verdade. Primeiro, porque a equiparação prometida na reforma de 1892 exigia uma fiscalização severa por parte do Conselho de Instrução Superior, Conselho que não foi mantido, infelizmente, pelo Governo da República; segundo, porque, se de fato houve algum abuso no desenvolvimento artificial dos cursos das ciências jurídico-sociais, foi o estabelecimento no país do princípio do ensino livre aplicado às Faculdades Livres de Direito, que determinou o estímulo para o estabelecimento e desenvolvimento de outros institutos livres, institutos alguns que podem ser hoje padrão de glória para as nossas organizações de ensino, como por exemplo a Escola Livre de Engenharia de Porto Alegre e a Escola Politécnica do Estado de São Paulo, ambos oficialmente reconhecidas como idôneas para a distribuição de seus títulos desde 1900, por sanção de decreto especial do poder legislativo.

cracia analfabeta republicana: ela delegou aos Estados a manutenção do ensino primário, lavando as mãos, num gesto capcioso, de sua responsabilidade em nome da liberdade das unidades da Federação instituída.

Benjamin Constant, como todo espírito eminentemente matemático, era um homem abstrato no sentido comum do termo, indicando um homem capaz algumas vezes de olhar sem ver, ou de apalpar sem sentir, realidades concretas. [illegible], ele foi visto mais de uma vez, de chapéu civil. E, sem chegar a tomar a superfície lisa do costado de um carro, como Ampère, para escrever o que os seus raciocínios do momento na via pública, Benjamin Constant possuía essa força de abstração que fazia com que ele se isolasse do ambiente cósmico para repensar de contínuo as suas próprias idéias.

Tenho a impressão de que Benjamin Constant só atingia as realidades da vida através da possibilidade de exprimi-las segundo uma relação lógica derivada do seu espírito afeito à matemática. Isso explica o culto puro e [illegible] que teve pela obra de A. Comte, tanto é na obra formidável desse grande gênio a preocupação de ver todos os fenômenos da natureza vazados no molde espiritual de leis subjetivas, leis que substituem a realidade das leis objetivas inatingíveis à simplicidade mental do homem.

E sem desrespeito à verdade, poderia dizer que a própria revolução pacífica, com que foi proclamada a República, fora resolvida por Benjamin com a precisão com que fazia aos seus alunos a demonstração elegante dos teoremas de geometria. Concisão, clareza e sobriedade. Ele não foi um agitador na via pública, um orador inflamado ou um jornalista veemente. Poderia ser, se quisesse, mas preferia um caminho mais seguro para ir ao fundo do problema. Poderia ser, repito, porque sabia escrever com clareza, falar com elevação. Mas preferia abrir-se aos seus alunos militares e aos seus colegas de armas no Club Militar e, em ambos esses meios, confiava-se e dominava, mais do que com palavras, pela expressão regeneradora da sua energia moral.

Benjamin dispunha das forças componentes como quem traça as figuras preparatórias para a demonstração do teorema geométrico. Conquistado o Club Militar, — e era saber dispor da guarnição de toda a cidade — convencido Deodoro, pela sua palavra documentada, a necessidade de mudança de regime, Benjamin procurou (uma semana apenas antes do dia 15), a Rui Barbosa, a Quintino, a Aristides Lobo e Glicério, e reunindo-os em casa de Deodoro, congregou os elementos experimentais úteis e indispensáveis para a vitória.[100] Seguro do êxito, o seu espírito não se inflama, nem se exalta, antegozando o sucesso da parada original. Aguarda apenas o resultado, com a mesma calma habitual com

---

100 Benjamin Constant do mesmo modo que convidara Rui Barbosa, Quintino, etc., procurou falar nesse sentido com Floriano Peixoto. Foi mesmo uma noite à sua residência, dois ou três dias antes do 15 de novembro, sem lograr êxito na empresa, por isso que nas duas tentativas feitas Floriano não estava em casa. [illegible] do próprio Benjamin Constant [illegible] em companhia de Floriano, chefe de polícia, etc.).
Tobias Monteiro ("Pesquisas e Depoimentos", 1913, às págs. 216, 242, 247) apresenta porém Floriano como sabedor de tudo, por isso que, [illegible] em depoimento, [illegible] o general ao mesmo tempo aliado das forças revoltosas e do governo. O que é fato é que a cooperação de Floriano no 15 de novembro foi decisiva. O valor de sua energia aparecerá mais tarde dominando a revolta, cuja história só agora, acalmados os ânimos, poderá ser iniciada.

que reduzia em nula os termos semelhantes da igualdade algébrica que lhe dava, simplificada, a expressão procurada da proposição a demonstrar. E foi isso, como disse, que ao se despedir da esposa amantíssima na madrugada de 15 de novembro, ele disse apenas o que dizia talvez todos os dias consigo mesmo ao sair para as suas funções do magistério: "vou cumprir o meu dever". Era uma aula nova, mas eram os mesmos os seus alunos, oficiais que eram da guarnição, e cadetes quase todos de outrora, que haviam sentido a influência de seus ensinamentos de professor e de educador emérito.

Ele foi de fato um professor elegantíssimo e naquela jornada memorável ele a dirigiu com a elegância sóbria de um homem afeito à sobriedade elegante das demonstrações de matemática.

É evidente que era outra, bem diversa dessa, a cultura do Imperante. Pedro II, um personagem, sem favor algum, admirável, não se guiava na vida apoiado nas [illegible] da matemática. Lia e comentava Platão mas não seguia aquele conselho sábio que o filósofo e geômetra havia exigido de seus discípulos no pórtico de entrada de sua escola [illegible] em Atenas.

Pedro II, foi de fato esse varão admirável que demonstra a personificação de "um milagre da espécie humana" como disse, [illegible], no Congresso da República, Gilberto Amado[101] naquela oração magnífica em que demonstrou os alicerces frouxíssimos de nossas instituições políticas, no ponto dela em que saudou a grandeza intelectual e moral daquele homem, filho e orgulho de nossa terra, a que [illegible] espaço de tempo tão dilatado não desmanchou nem desgastou as qualidades do homem velado de soberano. Pedro II, com o segredo de se fazer servir pelos capazes, teceu de fato, neste país imenso de analfabetos e incipiente de cultura, um dos poucos [illegible] que a história pode admirar sem menosprezo da dignidade humana. Ele realizou também, em verdade, aquilo que Euclides da Cunha elogiou com admiração, como sendo a súmula da obra de Diogo Feijó, a energia salvadora do momento talvez mais *crítico* da nossa história: "nobilitou a lei, restaurou a autoridade civil, dignificou o governo".

Detalhe curioso, o único homem que julgou justo Benjamin Constant, depois da República proclamada e instituída, foi o próprio monarca deposto. Sofrendo no momento o golpe formidável que abalava a sua velhice combalida, obrigado ao exílio, ele deveria, no entanto, ter reconhecido que a república procurara por modos [illegible] humilhá-los ou aviltá-los. Evitou-o para evitar perigos maiores contra a própria *família ex-imperante*, e fez o que pôde para minorar a sorte dos banidos. Cabia-lhe oferecer dinheiro, como o fez, cabia ao ex-monarca recusar, como recusou. Todavia, certo estou de que a recusa seria mais nobre, sendo mais simples, no próprio dia do recebimento da oferta. A recusa veio de São Vicente, a primeira parada [illegible] na rota visando o porto de Lisboa. Sente-se

101 "As instituições políticas e o meio social no Brasil", 1917, síntese notável da história do segundo reinado em que o autor documentou com originalidade e clareza o que nunca fora percebido por nenhum de nossos historiadores — a relação forçada, o equilíbrio de condições [illegible] entre os movimentos dos partidos políticos da nação e os desequilíbrios econômicos das forças produtoras do país.

que os áulicos, a família e os amigos dedicados, pesavam qualquer coisa antes de responder, ponderando o gesto de recusa provavelmente pronto de Pedro II.[102]

Conservo desse Imperador uma impressão histórica saudável, porque reconheço nele a figura admirável de tolerância e de respeitabilidade que permitiu por meio século que as lutas entre os partidos do país fossem travadas numa esfera elevada de homens que sabiam prezar a dignidade humana. Conforta, quando se rememora a história larga do segundo reinado, ver, no meio do caos da desordem das repúblicas sul-americanas, aquela [illegible] da ordem, [illegible] mais brilhante, que imprimiam às lutas e os debates na sucessão [illegible] dos dois partidos que se sucediam na sequência do tempo. E sendo a história política do segundo reinado o reflexo dos movimentos dirigidos pelas forças econômicas do país em ação, fica por ela documentado o governo [illegible] que exerceu Pedro II durante o seu meio século de reinado. Ele fingiu, com [illegible], que governava.[103] E quem duvide disso, que compulse documentos históricos modernos em que se prova que apesar do desejo forte do monarca em dar solução ao problema dificílimo da abolição dos escravos, logo depois da guerra do Paraguai, foi esse problema grave adiado e protelado, por assim o entenderem os seus gabinetes, os seus ministros, os seus políticos enfim.[104]

Pedro II[105], que nunca pensara em ser destronado, máxime depois que, ingenuamente, lhe parecera seguro o trono pelo golpe da Abolição, conservando os homens de seu país e deles se lembrando em exílio [illegible], entre os seus, que Benjamin Constant fora [illegible]. Teve a magnanimidade de não deturpar a memória do Fundador e sabendo-o um puro, imaginava, ao contrário de difamá-lo, a soma grande de desilusões que o esperava.

102 Esse ponto foi, [illegible], desde Eduardo Prado ("Fastos da Ditadura Militar no Brasil"), [illegible] pela pena dos monarquistas. Foi sempre [illegible] pensamento nobre de Benjamin Constant [illegible] para que pudesse ele, [illegible], [illegible] a sua família. No decreto de banimento, [illegible] a oferta de cinco mil contos a título de [illegible] da família na Europa [illegible], independentemente das [illegible] em que havia [illegible] Benjamin Constant.

103 Pedro II exerceu de fato, [illegible], o poder moderador, poder estabelecido aliás pela própria Constituição de 1824. [illegible] de fato [illegible].
"A verdade sobre o seu reinado está resumida em [illegible] a Ferreira Viana: "O imperador [illegible] que governa um povo [illegible]": o que quer dizer, [illegible] perante o mundo, [illegible] a indiferença geral dos cidadãos pela causa pública, pelos seus direitos e liberdades, praticando e zelando o culto da Constituição, como da [illegible] do Império". (Joaquim Nabuco — *Um Estadista do Império*, vol. III).

104 Joaquim Nabuco trata largamente desse assunto com a elevação que [illegible] — *Um Estadista do Império*, 3º vol., 1897.

105 Agrada-me sobremodo [illegible] a palavra [illegible] de um republicano [illegible], [illegible] de 89 e senador da República que, em 1921, [illegible]:
"Dom Pedro II não foi um grande rei, [illegible] um grande [illegible] brasileiro. Não foi um homem de ação, foi um homem do pensamento. Ao seu governo faltou o espírito de iniciativa e as qualidades prá-

E não se enganou. Benjamin o confessou. Todavia, disse também o que convinha dizer para que não pensasse a posteridade que se houvesse ele, diante da morte, arrependido do que fizera. Não. Ele não poderia nem que o quisesse. Tal fora a sinceridade, o desprendimento e o ardor com que entrara naquela jornada memorável.

"Com [illegible] alma amargurada pelas decepções do Governo Provisório", como ele mesmo o disse, Benjamin Constant soube conservar viva a fé nos destinos que seriam reservados à República no Brasil. Convém pois que se respeite a sua memória com o ardor cívico que ela justifica.[106]

Do Fundador da República podem os homens vivos dizer aquilo que é o maior elogio que se pode fazer a um homem morto. É tão grande que dispensa adjetivos: ele *foi um temperamento, um caráter, ele foi um homem.*

Servindo à Família, ele exaltou a Pátria, dignificando a espécie humana. Escravo do dever, "*sem nunca ter querido por favor o que lhe cabia por direito*", ele ilustrou com brilhantismo raro a independência da vida feita de dependências forçadas. Escravizado à Família e à Pátria, ele dignificava a espécie humana encarnando a independência de caráter, porque de fato na vida dos homens, vivendo em sociedade, são os mais independentes aqueles que sabem ser os mais escravos de seus deveres.

Ele faz reviver o bronze imenso da posteridade. E sem o gênio político de José Bonifácio, sem a energia máscula do padre Feijó, e sem a capacidade organizadora do primeiro Rio Branco, Benjamin Constant deixou, protegendo o seu nome, uma auréola luminosa feita de dignidades sadias e de desprendimentos puríssimos.

Não há fugir ao raciocínio do julgamento final: A República no Brasil foi feita sem sangue, com dignidade para os vencedores e com respeito para os vencidos, porque a terra havia formado na humildade de uma descendência obscura, — de um pai português e de uma mãe brasileira — um caráter e um temperamento, um homem enfim, maior do que aquele amigo admirável que governara por longos anos a mesma terra, boa e imensa, que o vira nascer de uma descendência fidalga importada.[107]

[illegible] ideal de realização que se requeriam para um país americano, [illegible] possibilidades, mas teve sempre a mais atenção dos seus sentimentos profundamente brasileiros. Era pessoalmente desprendido de bens materiais e [illegible] pela compreensão atual do seu coração.

Combateu-se nele a ditadura, respeitaram-se o imperador e soldado o engenheiro". (Lauro Müller, discurso, 15 novembro de 1921).

106. Julgamentos sobre Benjamin Constant compreendidos em discurso pelo prof. [illegible] de Miranda (2-10-1924):

"Deveria ser o Chefe supremo do Governo por ser o organizador da vitória da revolução". "Maior pela nobreza de sua alma e dos seus impulsos do que pela sua grandiosa capacidade intelectual" (Quintino Bocaiúva).

"Longe de pretender qualquer supremacia, prestou ao Dr. Benjamin Constant a homenagem sincera de respeito e de extrema confiança, [illegible] próprio a reconhecer a direção de Benjamin Constant [illegible] da lealdade" (Mal. Deodoro da Fonseca).

"Um homem cuja posição no movimento revolucionário, de que ele foi a alma, [illegible] entre os seus colegas, uma ascendência a que não podiam deixar de inclinar-se as opiniões divergentes" (Rui Barbosa).

107. "Benjamin Constant, o Fundador da República" in *Pensamentos Brasileiros*, 1924.

À Margem da República

Vicente Licínio Cardoso

Examinados, serena e [illegible], os acontecimentos que exigiram a instituição da República, força é convir na verdade contida na [illegible]. A República não nos trouxe nenhum idealismo congênito. Consequência política da evolução social sob o ideal abolicionista, o novo regime ficou apenas na [illegible] institucional pesando [illegible], sem chegar sequer esboçar o verdadeiro idealismo orgânico e construtor nacional.

Disse-[illegible] um [illegible] respeitável, [illegible] pela caveira do tempo, uma princesa de sentimentos nobilíssimos, mas inexperiente no trato da coisa pública, e um general valente — mas estrangeiro — que se cobrira de glórias nos [illegible] finais da guerra do Paraguai, — o símbolo do trono esboroava, desfalecido, diante de um símbolo novo [illegible] volvido no ambiente espiritual de uma geração de homens que se diziam livres de preconceitos sociais, querendo libertar os escravos existentes, por isso que não descendiam diretamente da nobreza do país, proprietária, de longa data, de terras e de escravos.

Em política, como em religião e como em ciência, parte sempre o homem de uma hipótese inicial sobre a qual arquiteta um símbolo, um dogma ou uma teoria. Ao símbolo velho e gasto de uma Monarquia envelhecida, sucedia pois o símbolo novo de uma República nova e esperançosa. No cenário político brasileiro transmutara-se uma hipótese.

E nem faltou, em seu apoio, um fundo de religiosidade nova inaugurada.

Descobriram os sociólogos modernamente que as sociedades se agitam com mais veemência sob o influxo de sentimentos coletivos do que sob a influência de idéias diretoras. E isso explica a razão de ser do estabelecimento de um credo religioso novo, ou revigorado, em todos os movimentos revolucionários das massas humanas.

Os demagogos franceses de 89 acreditavam na República, mas acreditavam especialmente, nas virtudes religiosas da República. E por isso, em nome de suas crenças imolaram em holocausto na praça pública aquelas vítimas [illegible] com que julgavam, durante o Terror, purificar as virtudes do regime inaugurado. Nunca se havia falado com tanta ênfase em humanidade. . . Robespierre acreditava solenemente em Deus. Ele se considerava até mesmo o sacerdote magno de uma nova fé, estabelecendo então, como seu evangelho, a religião das virtudes cívicas na terra. . .

As revoluções contra o absolutismo dos reis, reflexos [illegible] nas nações européias

dos efeitos e resultados da revolução [illegible] anterior, foram desenvolvidos de outro lado, muitas vêzes, dentro de sociedades maçônicas. Nem foi outro o ambiente espiritual em que foi tramada no Brasil a emancipação política contra o domínio português. E ainda agora, a última lição da história ensina que a revolução russa foi desencadeada dentro de um ambiente espiritual de religiosidade acentuada, em que a figura de Karl Marx renasceu [illegible] num quadro místico e [illegible], forjado pelo misticismo daquele povo [illegible].

No Brasil, não há negar, a República embora constituísse uma revolução [illegible] pacífica, teve como símbolo espiritual, para os discípulos de Benjamin Constant, a religião da humanidade esboçada por Augusto Comte.

E o que foi a maçonaria como religião no comêço do século passado? Ou a religião da República durante a revolução francesa? Ou o positivismo no Brasil? Ou o marxismo na Rússia atual? "Paradoxos inconscientes". Meros insufladores de sentimentos de que se serviram homens revolucionários em alto estado de excitação mental e que, por isso mesmo, sem fôrça para se tornarem [illegible] diretores de idéias, fizeram-se agitadores dos sentimentos humanos então em jôgo.

"É evidente, aceitando o determinismo dos fatos históricos, que as sociedades formam os seus homens diretores nos momentos oportunos, [illegible] em benefício da coletividade, atendendo a que os povos necessitam continuadamente de órgãos de comando e direção. Tanto quanto os profetas são os diretores dos homens em fases primordiais de sociedades zelosas dos direitos divinos, são os prò-homens, os heróis, os diretores sociais em fases avançadas de civilizações zelosas dos direitos humanos. As massas humanas possuem necessidades profundas e ocultas; os homens possuem apenas a consciência de algumas idéias (humanas e não sociais). É preciso pois, bem ou mal, dar à inconsciência daquelas necessidades a consciência de nossas idéias."[108]

Em tôdas as revoluções há, fundamentalmente, um mal-estar social anual, conseqüência da insuficiência de solução dos problemas econômicos básicos, que presidem às condições de vitalidade do organismo social em jôgo. E como não pode haver, momentâneamente, a compreensão ou explicação daquelas insuficiências orgânicas que têm, muitas vêzes, origens em causas remotas, forma-se no seio da sociedade, insuflado por aquele mal-estar econômico, um ambiente propício ao desenvolvimento ou eclosão de sentimentos violentos desamarrados pela pletora de insuficiências do momento. Dentro desse ambiente sentimental, recoberto sempre pelo apoio de uma fé religiosa, desenvolvem-se então algumas idéias diretoras que servirão de bandeira a reivindicações políticas ou de símbolo cívico para conquistas de novos direitos e liberdades.

Resumidamente: necessidades sociais, determinadas por insuficiências orgânicas, geram sentimentos revolucionários desamarrados, potencialmente, pela arregimentação dentro de um credo religioso tornado então comum. Sentimentos revolucionários geram, por sua vez, idéias coletivas corporificadas, quando vitoriosas, em textos constitucionais.

Há, em suma, uma transformação violenta de energia social: necessidade orgânica — sentimento coletivo — idéia diretora.

108 V. L. Cardoso, *Pensamentos Brasileiros* (1924).

Infelizmente, porém, filiam-se os historiadores mais aos processos clássicos dos cronistas do que aos métodos modernos dos sociólogos. E isso explica a razão de ser da exposição medíocre ou da compreensão ingênua com que são geralmente comentados os fatos históricos, máxime naqueles momentos intensos e [illegible] e movimentos sociais revolucionários.

Não haveria pois a exceção de aparecer abruptamente no Brasil. Desse modo, desde [illegible] e cinco anos, assistimos ao relato dos acontecimentos republicanos de 89 à maneira das crônicas antigas, em que o autor em vez de descer à realidade dos fatos, contenta-se por [illegible], na preocupação das citações dos nomes e dos detalhes das datas, ingênua e simplesmente os resultados do advento e da instituição do regime republicano entre nós.

E por isso não foi ainda escrita, em suma, a verdadeira história da República.[109]

O [illegible] de fato generalizado no país, causando, por isso mesmo, o acovardamento da nobreza, dos chefes de partido, dos ministros e dos políticos em geral que eram ainda, naquele tempo, homens saídos as mais das vêzes de famílias radicadas à lavoura.

Outra não era, em suma, a razão do derrotismo que lavrava no ambiente político daquele tempo, [illegible] com o [illegible] com que combatiam os abolicionistas, aumentando continuadamente as suas fileiras, na carga cerrada que faziam pugnando por ideais perfeitamente nobres.[110]

109 Não [illegible] o leitor que exagero ou devaneio. Recordo, em meu favor, os dois maiores relatos de nossa história pátria — o de Rocha Pombo e o do [illegible] Rafael Galanti — [illegible] de nomes e de datas [illegible], [illegible] de realidades, apesar do esfôrço e paciência que representam os seus [illegible] Galanti não percebeu nenhuma dependência entre a Abolição e a República, [illegible] da República o [illegible] de Joaquim Nabuco, naqueles pontos em que o grande [illegible] em "[illegible] dos republicanos", "inesperado 15 de novembro" e na possibilidade de impedir o movimento republicano "se a atitude dos monarquistas [illegible] sido [illegible] e prudente contra [illegible] perigo"...

O autor não teve nenhum [illegible] em dizer o seu próprio pensamento: "Não há dúvida que a abolição causou um grande abalo na monarquia, porém julgamos que não foi ela que a derrubou". Vol. V, *Compêndio de História do Brasil*, 1910.

Rocha Pombo não percebeu o fenômeno da [illegible] depois da guerra do Paraguai, [illegible] da população [illegible], não compreendendo, por isso mesmo, as insuficiências [illegible] da organização do trabalho agrícola no país e, muito menos ainda, os [illegible] com o abandono do braço escravo das propriedades [illegible]; fez a apologia do segundo reinado, [illegible] na prosperidade geral depois da guerra do Paraguai, [illegible] o país. É [illegible] geral [illegible], sendo sempre apresentado como [illegible] o progresso geral [illegible] pontos de vista [illegible] pelo autor, que se [illegible] acreditar que decorrido [illegible] da [illegible] "ordem" e "tranqüilidade"... Depois de falar na questão militar, diz [illegible] o autor: "Era tal a situação do [illegible] a que se chegara em 1887-8 e que, [illegible] pelo problema da abolição (o grifo é nosso), teve afinal o seu desfecho em 1889".

Noutro trecho mostra [illegible] o que se passou em vários pontos do país depois da abolição: "A abolição da escravatura negra, [illegible] por nossa fortuna, quando já entravam, havia mais de um decênio, [illegible] para as províncias do Sul [illegible] da emigração; de forma que, no momento em que [illegible] de chofre o braço africano, não foi tão difícil substituí-lo por trabalhadores livres" (*História do Brasil*, vol. II).

110 [illegible] que até hoje se considera uma palavra da época [illegible], [illegible], antes de 89, a finalidade [illegible] do regime [illegible] no Brasil. Refiro-me aos discursos de Afonso Celso (VI-1886) na Câmara, reproduzidos em parte [illegible] pelo mesmo autor numa [illegible]

Ideais nobres, porém líricos e românticos, convém acrescentar, por isso, que, com exceção de raros, eram em geral os abolicionistas homens das cidades, jornalistas e professores, sem descenderem dos senhores de escravos e que não compreendiam em seus justos termos a gravidade do problema da abolição num país, como o Brasil, onde a agricultura assentava ainda – em larga parte antes de 1890 – no braço negro escravizado.

Combateram, como idealistas, os horrores da escravidão, mas não perceberam a tempestade temerosa que ameaçava destruí-lo, abruptamente, uma parcela grande da maior fonte de riqueza nacional.

Os historiógrafos da abolição têm continuado entre nós o idealismo dos abolicionistas, sem examinarem a fundo o problema, recorrendo à análise detalhada dos fatos ou à documentação das estatísticas. É, por isso, não foi feito ainda o verdadeiro julgamento de Cotegipe, o único dos grandes políticos do tempo que percebeu o perigo temeroso iminente então sobre o país.[111]

---

apresentada ao 1º Congresso de História Nacional (Revista do Instituto Histórico e Geográfico, tomo especial, parte IV, 1916).

É [illegible] de fato que [illegible] o [illegible] republicano de 88 antecipava um julgamento histórico [illegible] sobre os acontecimentos [illegible] em 89, tanto tanto mais digno de registro quando se [illegible] que os próprios historiógrafos da República não o [illegible] com tanta [illegible] de ânimo e [illegible].

"Não há uma classe, um grupo de homens diretamente interessados na conservação do regime monárquico. Qual a classe mais poderosa e aristocrática do país, a quem incumbia por índole e por interesse manter a instituição? A lavoura? Mas, não há dois anos, viu a lavoura [illegible] de um órgão [illegible] imperial e a estabilidade de seus haveres, porque [illegible] o [illegible] abolicionista do país, movimento que [illegible] lhe [illegible] que qualquer agitação mais séria contra a monarquia encontrará os senhores [illegible] e [illegible] necessariamente. O [illegible] pelo interesse do país ainda não [illegible] com a monarquia [illegible] convicção, [illegible] disposto a pegar em armas e derramar seu sangue para defender o governo. [illegible] é um fato inegável a natural expansão do ideal democrático, que mostra ser uma anomalia [illegible] a permanência de um trono na América, e [illegible] que [illegible] preparando o espírito público para uma outra forma de governo. Esse papel compete aos liberais, que [illegible] a nobre [illegible] de [illegible] sem [illegible]".

"[illegible] pelo [illegible] partidário, espécie de [illegible] que o pensamento ainda não [illegible], [illegible] desconhecer que esta geração [illegible] que [illegible] vez, a qual, como [illegible] de Vertriebe, [illegible] sobre o futuro *por droit de conquête et droit de naissance*, [illegible] os olhares [illegible] para [illegible] o [illegible] nos [illegible] políticos [illegible] da [illegible] do programa: República e Abolição".

"A mocidade que surge das Academias, dos seminários, do exército, da armada, é francamente republicana. O partido republicano é hoje um partido militante em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Há 10 anos ninguém falava em República. Hoje, raro é o dia em que na [illegible], na imprensa não se [illegible] por ela: o governo [illegible], sem os poder reprimir. Responde-me, em consciência, se não vem perto, talvez a vitória do sentimento republicano, que tem calado profundo no [illegible] nacional".

E, [illegible] o seu julgamento [illegible] a Presidente do [illegible] a grande verdade à qual têm fugido os nossos historiógrafos [illegible], sem capacidade para penetrarem no âmago dos fenômenos sociais que se propõem a expor e [illegible].

"Cheguei à conclusão de que a República tinha que vir. Atribuí-la [illegible], ou àquele [illegible], a [illegible] [illegible] fortuita. Afirmar que não se efetuaria se o general [illegible] e [illegible] o Imperador se houvesse dirigido a um ponto, em vez de outro, se o político [illegible], em lugar de [illegible], dirigisse os destinos do país, é explicar graves acontecimentos históricos por aquilo que Voltaire denominou o [illegible] [illegible]".

"O 15 de novembro, como o 13 de maio, foi a conclusão necessária de premissas de há muito estabelecidas. Todos partidos políticos concorreram [illegible] os sucessos para a República, todos os homens públicos, desde o Imperador até ao último deputado ou [illegible], uns pela ação, outros pela inação, uns pe-

Analisado, friamente, o ato do ministério abolicionista perde muito do valor idealístico que lhe foi dado. Aqueles chefes conservadores que o assinaram foram todos adesionistas da última hora, precipitando o desfecho daquilo que haviam impedido anteriormente, com solução mais calma e prudente, e que deveria naturalmente ter cabido ao partido liberal vários anos antes. É, por isso, apesar do papel antipático do momento, merecem respeito as atitudes dos conservadores vencidos, como Cotegipe e Paulino de Souza, que honraram a dignidade de seu partido combatendo a maneira violenta pela qual fora feita abruptamente a emancipação. O [illegible] mental do ambiente de 80 a 88 é [illegible]. Não há nenhum estadista de verdade, nenhum homem de pulso, nenhum cérebro diretor: sucedem-se as substituições de ministérios e de partidos que sem coragem de propor um programa rápido de emancipação coletiva e gradativa, acabaram vencidos diante da corrente popular agitada pela imprensa dos abolicionistas.

A verdade é que entre a intransigência rebelde dos conservadores teimosos e a liberdade poética e romântica dos abolicionistas dos clubes e dos jornais, não havia ambiente propício para a solução de ordem que seria a emancipação gradativa, evitando então o [illegible] [illegible] da organização agrícola de várias zonas entre as quais a da província do Rio de Janeiro, que era ainda, por essa época, a mais rica das províncias do Império.

Em resumo, falta de um estadista que desse execução – por volta de 1880 quando ainda possível – a um projeto de emancipação do tipo daquele que Antonio Prado[112] propunha quando já estava a partida de todo perdida. Em vez disso, houve no país a reação conservadora, aos descontentes e abalados que haviam [illegible] os fazendeiros com a lei de 1871.[113]

[illegible], entretanto, pelo que deixaram de realizar [illegible] para o Império, [illegible], observou Joaquim Nabuco, em [illegible] mais monarquistas do que os republicanos".

111 "A verdade é que há de haver uma perturbação enorme no país durante muitos anos; o que não verei talvez, mas que aqueles a quem Deus conceder mais vida, ou que forem mais moços, presenciarão. Se não me engano, [illegible] na mesma [illegible] esta opinião" "O [illegible] no [illegible] de Cotegipe, João Maurício Wanderley, era um visionário"! (Discurso de Cotegipe antes da votação final do decreto de 13 de maio de 1888).

Mas [illegible] ele [illegible]: "depois da Abolição, a República"...

112 Projeto de Antonio Prado (abril 1888) estipulando "a abolição imediata, mas sob a condição de trabalharem os libertos nas propriedades em que se acham, pelo prazo de dois anos e mediante retribuição pecuniária" (in *A Abolição*, 1918 – Osório Duque Estrada).

113 "A vida de Nabuco termina em 1878 com a queda da situação liberal, mas pode-se dizer que ele morre já no epílogo da monarquia brasileira. O período que vem é tomado pela propaganda abolicionista que [illegible] homens de Estado, nem dos partidos, [illegible] com a sua [illegible] na fase em que era possível realizá-la gradualmente, conciliando os proprietários. Quando o governo [illegible] em 1884, a questão já tinha tomado, com a libertação do Ceará, velocidade irresistível e mesmo a transição tentada pelo gabinete Dantas é frustrada pela aliança dos dissidentes liberais com o partido conservador, do que resulta a volta dos conservadores ao poder, em plena agitação social, com a política de resistência. Logo sobrevém a questão militar, prenúncio do futuro 15 de novembro; depois, com a [illegible] dos partidos, que tinham garantido à lavoura a posse [illegible] dos seus escravos, com as libertações em massa pelos proprietários mais [illegible], com a ação revolucionária de Antonio Bento e a [illegible] agrícola de Antonio Prado (que [illegible] a [illegible] pela imigração), produzindo a defecção de São Paulo. – A abolição imediata sem indenização".

(Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, Vol. III).

O que é interessante porém, interessante por ser sintoma denunciador da ausência de estadistas naquele quadro, é que ninguém percebesse que com a abolição abrupta, sem transição orgânica, seria de fato precipitada a República. Há, nesse sentido, documentos singularmente impressionantes. São exaltados, veementes, irredutíveis, *José do Patrocínio* e André Rebouças, para não citar outros abolicionistas de menor vulto, transformam-se, depois de maio de 1888, em adoradores entusiastas das "qualidades angélicas" daquela que se metamorfoseara, como que por encanto, em "mãe dos brasileiros". Joaquim Nabuco perde a visão dos fatos, e mesmo ainda em 1897, escrevendo o seu livro mestre (*Um estadista do Império*) acredita, ingenuamente, que "os republicanos declarados (antes de 89) seriam impotentes, qualquer que fosse o seu número, para produzir a queda da Monarquia, se a atitude dos monarquistas tivesse sido previdente e precavida contra semelhante perigo..."

Os nossos historiógrafos não apuraram ainda dados que seriam interessantes de conhecer, relativamente ao decréscimo e desorganização da produção nacional durante os últimos anos antes de 88, nas províncias do Rio de Janeiro, Minas e Bahia. E, por isso mesmo, focalizam acontecimentos sem penetrarem na realidade dos fatos, sem atenderem, por exemplo, a que a emancipação já estava praticamente feita antes da lei de 88...

Recorremos às estatísticas. De milhão e meio em 1873, e de 1.200.000 em 1883 (dez anos de intervalo) os escravos haviam baixado a meio milhão apenas em 1888 (cinco anos depois!) nas vésperas do 13 de maio! Nessa mesma proporção, portanto (admitindo que continuasse a aceleração da velocidade adquirida) em menos de cinco anos mais, sem nenhuma lei, não haveria escravo mais algum no Brasil...[114]

Por isso mesmo nunca simpatizei com o epíteto de redentora dado à princesa Isabel, nome tão próprio para sonetos encomiásticos ou para discursos [illegible] e [illegible]. Aquela outorga de liberdades concedidas aos escravos por um gabinete conservador do Impé-

114 [illegible] — *[illegible]*, 1914, págs. 72, 110. [illegible] — 4ª Sessão, 1916, pág. 360.

Em	Escravos
1873	1.541.704
1883	1.211.926
1887	723.419
1888	500.000

A redução operada em 1873-83 foi devida a:

Falecimentos	195.348
Emancipação particular	135.625
Emancipação pelo Estado	16.900
	329.873

Considerando o mesmo coeficiente de mortalidade para o período 1883-87, conclui-se daí que a "emancipação e fuga" abriram os escravos é um total de 400.000 (4 anos apenas).

Em 1872 era a seguinte a proporção de escravos nas principais províncias:

Bahia	1.211.792 hab. livres e 167.824 escravos
Rio de Janeiro	490.087 hab. livres e 292.637 escravos
São Paulo	680.742 hab. livres e 156.612 escravos
Minas	1.669.276 hab. livres e 370.459 escravos
Pernambuco	752.511 hab. livres e 89.028 escravos

(Recenseamento de 1872)

rio e, portanto, feito legitimamente escravocrata (como haviam sido os seus membros até então) foi o recurso desesperador, o último cartucho queimado pelo Império em defesa do próprio trono, sem perceberem no entanto, os governantes, que a partida já estava irremediavelmente *perdida*.

Na vida dos fenômenos, a estabilidade se funda e se caracteriza, as mais das vezes, pelo embate de forças antagônicas. O escravo é o sustentáculo da nobreza, a magnificência do trono depende, de outro lado, da humildade do elemento servil. E por isso, a abolição dos escravos no Brasil, trouxe em si mesma a própria alforria dos senhores da terra. A subserviência da nobreza ao rei é o reflexo apenas da escravização do homem da gleba ao senhor da terra. Escravo é também quem escraviza. Bem pensado, portanto, a lei de 13 de maio contém o próprio decreto de extinção da realeza"[115]. Foi um suicídio.

Nem cuide o leitor que exagero quando insisto naquilo que tem passado despercebido aos nossos historiadores em geral — a dependência em que estava o trono ao escravo por intermédio do elemento nobre, elemento que era ao mesmo tempo, muitas vezes, senhor de terras e político militante. Penso mesmo que essa falha na compreensão de nossos verdadeiros fenômenos sociais (atribuindo-os devidamente aos fenômenos econômicos) justifica a ausência de explicação da instituição da República no Brasil por parte daqueles mesmos historiadores. Porque, não há negar, continua ainda por ser feita a história da República.

Impressionados com a "parada militar", perturbados com a guerra civil subseqüente, e com a preponderância do elemento militar como governo nos primeiros anos do regime, quedaram-se os historiadores deslumbrados e tontos, sem coragem ou serenidade de explicar o fenômeno. Alguns vêem a parada de chofre, como se a República tivesse paralisado o evoluir de nosso organismo social (Rocha Pombo, Euclides da Cunha). Outras vezes, encaram de longe a parada de 89 (João Ribeiro) com referências escassíssimas aos fenômenos sociais e econômicos postos em jogo com a emancipação dos escravos.

E ninguém mostrou ainda, como deve, detalhadamente como convém que seja feita, a desorganização da riqueza agrícola[116] a partir especialmente de 1883, época em que começou a diminuição violenta do braço escravo; ninguém discorreu com serenidade sobre a

115 V. J. [illegible], *[illegible]*, 1924.

116 Principalmente ativa por aquela época. Em 1889 existiam no país 626 estabelecimentos industriais, com cerca de 50.000 operários e capital de 400.000 contos. Em 1920 esses números eram: 13.000, 300.000, 1.815.156.

Reproduzo aqui considerações já por mim lançadas públicas: "Só tem aqueles que procuram a base [illegible] que [illegible] os acontecimentos políticos, que, desorganizando a economia rural em [illegible] em que a agricultura vivia do braço escravo — como a então província do Rio de Janeiro — houve um verdadeiro [illegible] para os centros urbanos do país. E foi precisamente nesse momento — é o que me parece claro [illegible] — no momento da República, que determinou a [illegible] do braço operário [illegible], em seguida, a introdução no país de [illegible] industrial urbano, [illegible] por ter havido quase sempre, por parte do governo, proteção às indústrias [illegible] por [illegible] de tarifas especialmente [illegible]".

"No Brasil muita gente tem apontado e criticado o artificialismo de muitas das nossas indústrias. Nunca vi, no entanto, ninguém que explicasse aquele advento industrial em conseqüência natural do êxo-

cooperação republicana dos maiores centros do país (São Paulo, Minas, Rio Grande, Estado do Rio, Bahia, Pernambuco), onde havia, senão partidos políticos perfeitamente organizados, pelo menos homens cultos que, como professores, jornalistas ou oradores faziam a campanha e a propaganda republicana; ninguém [illegible] ainda o quadro largo dos descontentes, o elemento agrário (com a gravidade de ser quase todo saído das hostes conservadoras) que não prestou nenhum apoio em defesa do trono, por isso que a emancipação havia deles tirado todo o estímulo pelo arrefecimento das energias vencidas, aqueles descontentes, sem nenhuma remissão (com exceção dos fazendeiros de São Paulo que haviam recorrido à imigração e dos criadores dos estados do Sul onde a escravidão fora precária) perdidas as suas riquezas, esmaecidos os seus cafezais sem braços que fizessem a colheita dos frutos na época própria.

E por isso mesmo, os nossos historiadores deveriam tirar dos acontecimentos históricos da República, como Rocha Pombo e Euclides da Cunha, ou repetem, como Nabuco, a ingenuidade da fábula de que a República foi um levante militar dos quartéis da corte, de que "a idéia republicana era quase um solilóquio" e, finalmente, que o povo assistiu o desenrolar dos fatos sem nenhum interesse por eles. . .

Certamente, o que se chama povo entre as nações civilizadas, não tem existência real no Brasil, analfabetos que são os maiores milhões de nossa população. E certo, ainda, não haver naquela época — como não há hoje senão escassamente — o que se poderia chamar a educação republicana das elites. Mas em tudo isso que seria de desejar tivesse havido — uma elite essencialmente republicana e uma respeitável massa eleitoral (e não 200.000 eleitores

ção do braço escravo rural emancipado para os centros urbanos. Pode-se em verdade dizer que o artificialismo de nossa indústria, — protegidos os seus produtos da concorrência de similar estrangeiro por meio de tarifas elevadas, — foi uma conseqüência, hoje a conseqüência, da desorganização da lavoura na zona do país atingida pela abolição dos escravos feita abruptamente, sem transição adequada, e por conseguinte com choques e com perdas sociais de energias gastas em outros possíveis rendimentos, abalando, por isso mesmo, a saúde da própria sociedade".

"Sem capitais fáceis, como a França e a Inglaterra, sem o artífice técnico em abundância, como a Alemanha e outros países, sem carvão na medida de suas necessidades e sem a indústria do ferro organizada, a Rússia — como o Brasil — não pôde resolver com facilidade o problema gravíssimo da transição agrícola baseada no operário do campônio, para a fase industrial do operário urbano livre. Lá, como no Brasil, havia apenas — em conseqüência da emancipação — o braço operário barato, mas com o inconveniente da falta de instrução. Daí, como no Brasil, uma indústria apoiada em tarifas alfandegárias protecionistas e, conseqüentemente, uma válvula de descarga aberta, atraindo continuamente o elemento rural emancipado para os bairros fabris das grandes capitais".

"Reconhecidamente, portanto: na Rússia, como no Brasil, deu-se em escala bem maior, à desorganização agrícola rural, conseqüência da emancipação dos escravos, sucedeu uma organização industrial urbana artificial, dificultando a vida nas cidades, encarecendo-as, em conseqüência de impostos elevados e de tarifas alfandegárias adequadas a evitar a importação de produtos industriais do estrangeiro, produtos esses que poderiam ser obtidos sempre por menor preço do que os similares produzidos no próprio país, se não fora a barreira artificialmente erguida".

"Penso, portanto, que o problema da emancipação dos escravos (e a abolição não poderia deixar de ser feita) complicou, sem resolvê-lo, a solução da economia do país, criando além da complexidade do problema econômico agrícola (campônios sem instrução e sem máquinas) a gravidade do problema industrial urbano num país de capitais pequenos e, de outro lado, de recursos (combustíveis e ferro) sem carvão".

V. L. Cardoso, *Pátria e Família*, 1924.

na monarquia, e 600.000 hoje), influindo com a sua opinião nos negócios públicos pela representação de seus eleitos — a aquela fábula sadiamente repetida e mal contada, de uma República instituída quase que por acaso, há uma distância notável e lamentável, exigindo, por isso mesmo, um coeficiente redutor de todo útil e oportuno.

Não nos iludamos. Encaremos, face a face, a verdade sombria que nos atormenta por mais que a queiramos evitar. Confessemos honestamente:

O Brasil é o símbolo concreto de todas as nossas riquezas em potencial para o futuro. Ele é, porém, também o símbolo vivo de todas as nossas dificuldades, gravíssimas e tenebrosas, do presente.

E o que era em 89?

Um ambiente social sem coesão, constituído de forças sem componentes definidas, um mundo social em formação, em suma: um caos de insuficiências econômicas num complexo ascendente de componentes flácidas sem uma resultante enérgica final.

Recordemos os males do presente: melhor avaliaremos então a gravidade do momento passado, há trinta e cinco anos, quando uma revolução política pacífica mal encobria a situação de crise orgânica criada com a emancipação repentina do braço escravo, sem que houvesse, na generalidade do país, organização suficiente do trabalho livre para dispensá-lo.

É tempo em suma de fixarmos a verdadeira realidade de nosso quadro social. É tempo de deixarem os homens de nossas elites de repetir, com ingenuidade que nada explica, que "a República (ne baixar o câmbio)", "desenvolveu o jogo da bolsa" (fenômeno perfeitamente análogo ao encilhamento anterior, quando houve no país a supressão do tráfico africano), "desorganizou a moeda", etc., etc., sintomas todos esses eloqüentemente fulgurantes da desorganização social conseqüente à emancipação dos escravos[17], perturbando a vida do país em centros agrícolas importantíssimos e, interferindo em seguida, sobre as condições de vitalidade dos próprios centros urbanos.

Tenhamos a coragem dos fortes, procurando as verdadeiras causas perturbadoras do nosso progresso, examinando o próprio corpo social do Brasil, compreendendo a insuficiência de vários de seus órgãos e dissecando a precariedade de vários de seus tecidos e sistemas.

Analisemos com probidade o presente; melhor compreenderemos então o passado para que possamos com segurança projetar para o futuro.

Nada escondamos:

Os contrastes violentos entre a terra imensa e as populações escassas, engrandecendo o problema de aglutinação social com as distribuições perigosas de núcleos esparsos entre si, sem contato, controle político, nem nenhuma coesão social e com interpenetrações mentais, de todo frágeis. A carência de classe média, a insuficiência de órgãos diretores e a deficiência palpitante de aparelhagem agrícola, industrial, comercial e bancária. Zonas imensas sem transportes ferroviários; rios magníficos sem estabelecimento de navegação

(17) O que não quer dizer, todavia, que não sejam reconhecidos e apontados os erros cometidos em matéria de finanças no início do regime republicano.

adequada, extensas importantes perdidas nos latifúndios desertos, sem utilização condigna das energias potenciais que representam, combustíveis escassos e precários, retardando a eclosão da fase industrial desejada nos centros urbanos, dificuldades de transformação dos minérios de ferro, atirando com encargos enormíssimos, a solução magna e miraculosa dos nossos problemas econômicos; o divórcio da opinião pública, sem que exerçam influência direta na direção dos negócios públicos; as classes produtoras relegadas, propositadamente, a plano secundário, em face dos politiqueiros profissionais fantasiados de políticos, homens muitas vezes vazios de idéias, ou cheios demais pelas bebidas em compêndios europeus sem nenhuma relação com os problemas nacionais; a ausência de estadistas; o alheamento da política, dos professores, dos estudantes, dos profissionais liberais, sem nenhuma reação ao eleitorado composto de funcionários públicos forçados ou de capadócios comprados com o prometimento de favores posteriores; o sebastianismo doentio no esperar que venha um homem salvar o marasmo endêmico com a invocação gasta de ser brasileira a nacionalidade de Deus; o parasitismo dos que não produzem, aumentando, com as listas enormes do funcionalismo público, os encargos dos comerciantes, agricultores e industriais onerados com impostos de contínuo alterados sem nenhum programa, sem nenhuma diretiva, que não seja cobrir os deficits momentâneos de um orçamento equilibrado, sempre prometido e nunca realizado; o acovardamento do clero, distraído em procissões, na exploração de empresas lucrativas ou em outros negócios secundários, sem nenhuma consciência ainda da liberdade e independência ampla de ação que lhes foram outorgadas com a separação política entre a Igreja e o Estado; a carência de instrução e de educação das massas populares, documentada nessa taxa de 75% de analfabetos de letras e de ofícios, sobre o montante total da população do país (descontados os menores de 7 anos); a política financeira fragilíssima baseada no recurso desabusado aos empréstimos externos — lição perigosa logo aprendida pelas províncias e pelas municipalidades — e a fantasia megalomânica dos gastos em obras suntuosas, que não rendem senão um lucro minguado, insuficiente, até mesmo, para o pagamento dos juros dos próprios capitais empregados, efetuados para o arrasamento de morros, os foguetórios caros das exposições, e a aquisição louca de zonas enormes de duvidoso valor agrícola.

E, num sarcasmo do destino, tudo isto mascarado sob a mais bela e imponente das constituições políticas. . .

Resumindo o mesmo quadro, eu disse uma vez por outros termos:

"Faltam-nos coesão, densidade social, faltam-nos peças de ligação imprescindíveis, tecidos sociais econômicos fundamentais; faltam-nos, em suma, órgãos aparelhadores que nos pudessem facilitar e garantir a unidade nacional almejada de um organismo de flexibilidade social eficaz, perdendo energias — já de si mal cultivadas — em atritos e resistências passivas formidáveis. E falta-nos, de outro lado, uma consciência brasileira, por isso que temos vivido em arte, em ciência, em política ou em filosofia a fazer importação daquilo que foi produzido na Europa, com a mesma sem-cerimônia com que recebemos de fora o trigo, a máquina a vapor, o óleo, o cimento, o aço, as modas ou os perfumes caros".[118]

118 V. L. Cardoso — *Vultos e Idéias*.

Os povos só possuem *nacionalidade* constituída, suficientemente evoluída, quando sabem criar um *idealismo diretor* de seus almejos, de suas crenças e de suas necessidades orgânicas.

No Brasil, atrasamo-nos demasiado e pagamos caro, com juros alongados, as facilidades que nos havia trazido outrora, no desbravamento do solo, o braço escravo importado.

O raciocínio é simples. A Portugal (pop. de um e meio milhão por ocasião dos descobrimentos) teria sido impossível colonizar e explorar o Brasil sem o negro. O africano permitiu de fato aqui a formação e estabilização das grandes propriedades agrícolas, o desenvolvimento da indústria do açúcar, da mineração do ouro e do diamante, e, finalmente, da agricultura do café, maiores fontes que foram, sucessivamente, da economia nacional.[119] Mas com o escravo, adquiriu o brasileiro vícios graves, com a agravante de havê-los herdado ainda, em parte diretamente, dos próprios portugueses, que também em Portugal haviam conhecido o regime aviltante do trabalho manual explorado por escravos. Sem o africano teria sido impossível a Portugal fazer crescer e conservar depois unida a sua grande colônia americana. Mas com ele, pelos vícios desenvolvidos, pelas taras herdadas em maus hábitos contraídos, atrasamo-nos demasiado na formação de nossa nacionalidade (étnica, social e politicamente) por isso que descuidamo-nos completamente do problema magno da organização nacional do trabalho, transformada que ficou entre os brancos a idéia de que haveria sempre de haver negros (e os descendentes destes para os seus filhos) como elemento de mão de obra a utilizar, aproveitar e explorar continuadamente.

Outra não me parece de fato ser a causa preponderante do atraso com que veio o Brasil a cuidar do problema da instrução pública, problema que visando a educação e elevação da massa humana, interfere, antes de tudo, no engrandecimento contínuo da riqueza pública, em consequência da própria valorização do elemento primordial de trabalho — o homem.[120]

Isso explica, no país, a ausência de verdadeiros estadistas, ou pelo menos, a impossibilidade que tem havido até agora da eclosão de um verdadeiro educador nacional.

A República não nos trouxe, em verdade, nenhum idealismo congênito. Trouxe apenas o ideal do federalismo, uma importação feita dos Estados Unidos com a mesma facilidade com que durante o Império havia o Brasil feito importação de ideal político, ora da França, ora da Inglaterra. Os republicanos não tinham nenhum ideal essencialmente construtor, quero aqui dizer, afora as pequenas ideologias de um governo sem rei e sem escravos, de um regime amplo de liberdades civis e políticas, de uma construção teó-

119 A importância do "senhor de gado" é decisiva, tanto ao norte como ao sul. Nela, porém, trabalha melhor o peso do que em outras fontes de riqueza citadas. Aliás o gado veio a ser, só recentemente, um dos produtos de exportação do Brasil, embora tivesse constituído sempre um grande elemento da economia nacional.

120 "Todas as leis protetoras são ineficazes para gerar a grandeza econômica do país; todos os melhoramentos materiais são incapazes de determinar a riqueza, se não partirem da educação popular, a mais criadora de todas as forças econômicas, a mais fecunda de todas as medidas financeiras". (Rui Barbosa, Relatório de 1882)

nos, baseada na equivalência dos três poderes, e de uma política externa de paz e de concórdia com que a República, integrando o Brasil na América, inaugurou um ambiente fecundo de aproximação operosa com os demais povos americanos.

Rui Barbosa, autor do parecer notabilíssimo de 1882 sobre a reforma da instrução pública, esqueceu, como era que pôs tanto em tudo quanto já havia definido, compendiado e confrontado. E Benjamin Constant, executando apenas — já dentro do regime — a remodelação dos cursos superiores, [illegible] as reformas do ensino secundário, normal e primário, referentes unicamente ao Distrito Federal.

E, o que é ainda mais grave em tom, o governo republicano nacional não permitiu a eleição ampla do gênio político de Alberto Torres, a tal ponto que ficou a sua obra notável sem nenhuma repercussão no ambiente do seu meio e de seu tempo, preocupados os políticos de então, como os de hoje, com problemas secundários, questões partidárias, régulos regionais e [illegible], meras estéreis [illegible].

E nenhuma dúvida pode haver no afirmado, quando se observa e examina a maneira pela qual o problema da instrução primária foi relegado, por facilidade acomodatícia, aos Estados da Federação então criada. Não há uma única palavra sobre ensino profissional, nenhum plano de educação dos negros e mestiços, nenhum programa geral de combater o analfabetismo de letras e de ofícios num país como o nosso, onde os coeficientes que o definem haviam atingido limites últimos entre os dos povos civilizados.

"Os organismos sociais têm necessidades tanto quanto os indivíduos, sabendo exigir em tempo oportuno a satisfação delas; tanto quanto os indivíduos, as sociedades necessitam de um programa de vida, do contrário perdem-se, enfraquecidas, as capacidades de ação e falecem, estioladas, as fontes de energia.

"Sem os preconceitos relativos a uma organização monárquica que favorecesse à aristocracia das terras, e à nobreza dos títulos, e que garantisse e estabelecesse, de outro lado a classe anônima dos servos do trabalho, no amanho da terra, no cultivo dos vales, ou no preparo dos campos, a Argentina e o Uruguai — antes do Brasil monárquico e antes também do Peru, do México, da Colômbia ou da Bolívia aristocratizados — compreenderam ambos a necessidade imperiosa de congregar os indivíduos dentro de uma mesma Pátria, argamassados e coesos todos pela instrução largamente difundida, visando uma melhoria acentuada no trabalho e uma eficiência maior no processo de realizações.

"As nações modernas são verdadeiras obras de arte política, disse, na frase imperecível, a voz angustiada de Alberto Torres.

"Deriva daí, precisamente, a glória de Sarmiento, incorredouro por herói o proeminente organizador argentino vencido dentro da paz, batalhando por idéias novas de um programa fecundo.

"Foi também desse gênero a glória de Varela, o integrador das necessidades de sua época, instituindo, organizando, ampliando e difundindo o ensino público no Uruguai, depois que a sua visão larga do mundo político exigiu de si mesmo a ação eficiente na labuta constante e decisiva pela instrução, havendo antes percebido, em viagem aos Estados Unidos, que a força do governo era do povo, que a energia do povo era dada pelo trabalho, era fruto de uma educação generalizada através da obra grandiosa de homens de ação que desde a época colonial se haviam afeito à empresa nobilitante da difusão do ensino".[121]

Propositadamente não cito aqui o maior e o mais significativo dos exemplos americanos, a obra de Horace Mann e de Lincoln nos Estados Unidos. Creio, porém, que reportando ao exemplo argentino e uruguaio, ficam mais evidentes as nossas faltas graves e nocivas a que me venho referindo, faltas consubstanciadas todas numa única afirmação inteiramente verdadeira: o Brasil não formou ainda o seu idealismo orgânico e isso porque não forjou, tão pouco, o nosso ambiente político, a atmosfera propícia à criação do estadista resumo, do integrador das necessidades e anseios de seu meio, do seu problema transformador de energias, do seu grande educador nacional, em suma.

"A noção fundamental de política, pode ser definida como sendo a direção de uma sociedade agindo em face de um meio físico do qual deve ser considerada função, — mas encarada na complexidade resultante do acervo do presente e do passado, e considerado esse meio, por sua vez, em suas maiores condições de complexidade orgânica.

"Política para a fase atual que a humanidade atravessa — a parcela mais adiantada dela — deve implicitamente exprimir política econômica. Para terras novas, habitadas por povos também novos — onde não existe ainda o trabalho organizado e sistematizado — não mister encarecer a flagrância desta verdade. Ninguém, de resto, que pense nestas coisas deixará de reconhecer que os problemas vitais no Brasil são todos econômicos ou deles intrinsecamente dependentes.

Política econômica, política do trabalho, política de independência. A independência é o *fruto do trabalho* sistematizado: uma nação — como um indivíduo, só é independente, quando, à custa do trabalho pode prover-se a si mesma. Tudo que a humanidade conseguiu estabelecer politicamente de mais elevado, encontra segurança e fundamento nesse princípio — a independência de vida assenta sobre a independência econômica, isto é, sobre o próprio trabalho.

O grande problema nacional pode ser estudado em qualquer município de qualquer Estado — é *de fato*, antes de tudo, o problema da organização do trabalho. Tão grande, tão geral, tão profundo é ele, que em conseqüência do seu precário estabelecimento decorrem todas as próprias dificuldades do país.

Toda a história do Brasil Colônia e do Brasil Império só pode ser verdadeiramente compreendida e claramente explicada, quando se percebe que os grandes golpes de governo, as reformas, as diretrizes — sonhos desfeitos, ideais abandonados, tronos perdidos, — todos os fatos históricos, em suma, que aparecem como resultado da ação isolada de alguns espíritos, são, no fundo, conseqüências mediatas ou imediatas da própria organização do trabalho nacional.

121 V. L. Cardoso, *Pensamentos Brasileiros*, 1924.

Sendo a história de um povo o registro de sua ação continuada, segue-se que a verdadeira história do Brasil só pode ser traçada, referindo-a, o mais possível, à história de sua organização do trabalho".

Em 1888 pensou o Império que a sua própria salvação exigia abolir a organização do trabalho que assentava, quase por inteiro, sobre a escravatura. Por essa época, e antes dela, já deveria no entanto o próprio país (como fizera o gênio *José Bonifácio*) ter percebido que o trabalho escravo não podia resolver o nosso problema fundamental por largo tempo. Cogitação constante dos dirigentes deveria ser pois — e agora mais do que outrora — em torno da afirmação, humilhante mas verdadeira — de que trabalho organizado não existe ainda no país como deveria".

"Política econômica é a política de organização do trabalho livre. Trabalho é o fruto da ação do *homem*. Política econômica é, pois, dentro da órbita da liberdade, o desenvolvimento dessa capacidade do homem em produzir trabalho".

"Capacidade de produzir trabalho é energia. Política econômica, na sua fase primeira de estabelecimento, é, pois, numa expressão sintética, a direção dada a uma sociedade de modo a transformar, sem coação, a energia potencial do homem em energia cinética".

"Trabalho é um complexo: energia, ação e produção. Complexo também é o conjunto de condições que uma sociedade deve satisfazer para o estabelecimento dessa organização de trabalho livre do homem: Instrução (Energia); Liberdade (Ação); Ordem (Produção)".

"Democracia é precisamente a organização social do trabalho livre. República é a forma política dessa organização: o vestuário em suma sob que se apresenta aquele corpo social".

"Política sendo, em resumo, a direção ou educação conveniente de uma dada sociedade, resulta clara e simplesmente daí que o estabelecimento da política econômica é o próprio recurso para o estabelecimento de uma democracia; formas essas de expressão que para o Brasil podem ser sintetizadas na forma já consagrada de um programa esquecido: "a política do Brasil deve ter por meta a republicanização do país".

Coube à Europa — Grécia, Roma, Itália ou França, conforme a fase da história — o estabelecimento da doutrina republicana. À América está cabendo o estabelecimento das primeiras democracias, o que importa afirmar o estabelecimento das verdadeiras organizações sociais correspondendo à forma política de república. Ao estabelecimento das leis como fetiches, das constituições como ídolos sagrados, está pouco a pouco sucedendo o trabalho dos dirigentes em prol do estabelecimento e organização de sociedades não mais democratizadas apenas no papel das constituições mais democratizadas pela constituição livre do trabalho sistematizado".

"Lei é a expressão sintética do modo de ser dos fenômenos: é a relação necessária deles. Uma lei não gera porém nenhum fenômeno: nem físico nem social: expressa apenas o modo como se passa ele submetido à nossa observação".

"A América virá a compreender, em suma, que as constituições, por mais belas que se apresentem, não criam, por si, fenômenos sociais, não estabelecem relações fundamentais no meio a que se destinam. Caberá à América afirmar que as democracias se fundam pelo estabelecimento sistemático do trabalho livre".

"A função da instrução nas sociedades é precisamente a do condutor, do transmissor pelo qual é possível a transformação da energia potencial do homem em energia cinética. Insuflando, despertando, desenvolvendo as energias potenciais dissimuladas pela ignorância, a instrução é bem o veículo que permite a transformação delas em energias atuais, cinéticas, donde conseqüentemente, em resultado, o próprio trabalho amplificado".

"Daí a necessidade imperiosa da formação dos modeladores do povo, à custa da organização dinâmica do trabalho dentro da estabilidade da ordem. Instruir é formar cidadãos, é sanear mentalmente, é fundamentar os laços da coletividade dentro da unidade da Pátria. República só pode ser concebida como forma de governo de uma organização vitalmente democrática. Democracia pressupõe instrução difundida e dilatada. *Instruir é* pois democratizar o homem e republicanizar as instituições políticas. Num meio inculto instruir é de fato governar sabiamente".[113]

Examinados, serena e severamente, os acontecimentos que exigiam a instituição da República força é convir na verdade contida na afirmação humilhante: a República não nos trouxe nenhum idealismo congênito. Conseqüência política da evolução social sob o ideal abolicionista, o novo regime fixou apenas na carta constitucional pequenas ideologias, sem deixar sequer esboçado o verdadeiro idealismo orgânico e construtor nacional.

CONCLUSÃO

Em nenhum momento, talvez, da nossa história, foi tão necessário pensar o Brasil, como atualmente. A nenhuma geração, mais que à nossa, terá cabido a responsabilidade de sustentar o primado do espírito. O momento pede atos e não palavras, — é o que se diz. O que o momento pede, sobretudo, é serenidade de espírito. Para a tarefa de pacificação, — que deve ser hoje o objetivo imediato de todos os homens de responsabilidade no Brasil, é mister antes do mais trazer os espíritos à contemplação desinteressada das coisas, ao amor da verdade, à lucidez das perspectivas futuras e das origens, à compreensão dessa incógnita que nos cerca. É mister que os homens sintam o que há de inevitável nos males, para que o espetáculo deles os não leve ao desespero ou à inação.

A grande e triste surpresa da nossa geração foi sentir que o Brasil retrogradou. Chegamos quase à maturidade na certeza de que já tínhamos vencido certas etapas. A educação, a cultura ou mesmo um princípio de experiência, nos tinham revelado a pátria como uma terra em que a civilização já resolvera de vez certos problemas essenciais. E a desilusão, a tragédia da nossa alma, foi sentir quanto de falso havia nessas suposições. O tempo nos preparara uma volta implacável à realidade. E essa realidade era muito outra, muito outra do que aquela a que o nosso pensamento nos preparara e que a imaginação debuxara.

---

113 V. L. Cardoso – *Palavras proferidas* (as primeiras tornadas públicas) como prefeito de um município fluminense (1917); recolhidas em *Figuras e Conceitos* (em preparação).

Encontramo-nos bruscamente, ao abrir os olhos da razão, perante uma pátria ainda por fazer, ainda informe, ainda tolhida em sua ação e sem vitalidade, sem alma, sem ideal, uma pátria que o lirismo tinha decorado em cores falsas e de que a indiferença agora sorria ou o pessimismo negava grosseiramente.

Não. É preciso mostrar aos homens novos, que já surgem com o riso da descrença, é preciso mostrar também aos homens de ontem, que não viemos para negar, nem encontramos nas misérias de hoje motivos de desesperança.

Foi profunda a nossa desilusão, por certo. Melhor se cura — está sendo. Vemos a cada momento, em torno a nós, a negação — não só de tudo o que sonhamos, também de tudo o que pensamos. Mas a força da nossa geração deve ser justamente opor, a essas ruínas do tempo, a vontade de crer, a serenidade de pensar em meio delas. Já nos julgávamos civilizados bastante para podermos abandonar o nosso espírito a esses jogos impalpáveis e divinos de que o homem de outrora se embelezava. Sentimos agora que bem outro é o nosso dever. Dever, sim. Mas alegria também. O malabarismo mental seria apenas uma perversão. É outra a nossa originalidade. Não precisamos renunciar a ela. Pelo contrário. Neste embate de uma barbaria renascente, contra essa surdeza mental a que nos tínhamos até certo ponto habituados, — está a nossa libertação, a nossa possível afirmação.

E para tanto, para que possamos resistir a essa dissolução de esperanças, a esse arrivismo indígena que triunfa e também a esse falso idealismo, de vistas curtas e mal-empregado, que nos indisciplina, — é mister fugir à vaidade das competições e ao interesse das recompensas, para pensar sinceramente a verdade que nos cerca. E para isso é preciso pensar no tempo, pensar longe. E juntar a colaboração dos vários pensamentos, para investigar a pluralidade de causas. "Não basta determinar uma causa", já escrevia Lucrécio. "É preciso indicar muitas, para compreender a verdadeira".

Não se pode ver todos os lados, de um só lado. Não podemos sentir a beleza sem cercá-la toda com o nosso olhar. Não podemos dominar uma ideia, sem iluminá-la a todos os ângulos, como o sol só dá vida à terra depois de abraçá-la de luz.

Foi esse, em princípio, o pensamento que levou a este inquérito. É um ensaio o que hoje tentamos. Projetado às pressas o volume, com prazo fixado, para marcar com um ato de inteligência a passagem do 35º aniversário do novo regime no Brasil, não pôde obedecer ao plano traçado. Se a aceitação com que for recebido, porém, corresponder às nossas esperanças, será completado numa segunda edição definitiva. E depois, — depois virá o que o tempo disser, bem o sabemos. Mas havemos de fazer com que o tempo e as circunstâncias não contrariem o nosso projeto. E esse projeto é simples. Sem ambições desmedidas. Guiado sobretudo pelo amor das coisas justas. E pelo dever de pensar com lucidez e desinteresse. Uma revista, um periódico, destinado à obra de crítica criadora, em que a mais absoluta liberdade de ponto de vista e de opinião seja concedida a cada colaborador, mas cujo assunto seja em cada número previamente determinado, a fim de dar uma unidade que melhor sirva às diretrizes que visamos. Uma obra de educação e de cultura, para trazer aos espíritos um pouco da serenidade necessária a combater as paixões que nos cercam e um pouco de lucidez ao compreender esse misterioso destino brasileiro, tão incerto hoje, tão complexo, tão precário.

Três, quatro vezes por ano, não é demais que se reúnam as opiniões e os estudos da-

queles que sentem a necessidade de trabalhar por um ideal comum, e de deixar aos homens de amanhã a prova de que não foi interrompida uma tradição de inteligência, que só ela poderá vencer todas as forças de dissolução que nos ameaçam.

Isto é o futuro, porém. Por hoje o que nos anima é trazer o nosso tributo à obra da pacificação dos espíritos, que hoje prima todas as demais. Não nos iludimos. Bem sabemos como são fracas as armas de quem só confia às palavras a força da sua ação. Bem sabemos como o destino contém em si a engrenagem de uma lógica inflexível. Mas sabemos, também, que mostrar aos homens de boa vontade as raízes do mal e a esperança dos antídotos já é trabalhar pela convalescença. E para isso fomos buscar no passado remoto ou recente, e mesmo entre as sombras das tristezas ambientes, as ideias e as palavras necessárias a um ato de inteligência e de fé.

APÊNDICE — Carta de Alceu Amoroso Lima sobre a 1ª edição

Atendendo a uma solicitação do prof. Alberto Venâncio Filho, que se incumbiu da introdução a esta 2ª edição de *À Margem da História da República*, o conhecido pensador católico Alceu Amoroso Lima — que escreveu para o livro o ensaio intitulado "Política e Letras", assinado pelo pseudônimo que sempre usou, Tristão de Ataíde — prestou o seguinte depoimento sobre aquela iniciativa:

Petrópolis, 26 de março de 1979

Meu caro Venâncio Filho

Atendendo ao pedido de sua amável carta, venho dizer-lhe o pouco que sei a respeito do volume "À margem da História da República", de 1924, em que colaborei.

Quem teve a idéia da publicação desse volume, comemorativo do 35º aniversário da proclamação da República, foi o Vicente Licínio Cardoso. Não participei do projeto, nem da preparação do volume. Tudo correu por conta dêle. Chamou-me apenas para colaborar e creio que o próprio tema de minha participação foi sugerido por ele. Eu tinha começado a fazer crítica literária no O Jornal, poucos anos antes, em 1919, e era amigo, embora não íntimo, do Vicente. Este era filho de um pai positivista, de estrita observância, o matemático e grande médico homeopata Licínio Cardoso. Embora o Vicente se dedicasse de preferência à filosofia da arte, tinha como positivista uma grande preocupação cívica. Acontece que a década de 1920 a 1930 estava carregada de "política e letras", com o levante do Forte e a Semana de Arte Moderna, em S. Paulo, ambos de 1922. E o espírito do centenário era o de uma revisão dos problemas brasileiros. A própria fundação do O Jornal, em 1919, fôra um sinal dos tempos. Era uma tentativa de criar um órgão novo, que substituísse o famoso velho órgão (o Jornal do Comércio) que, por quase um século, representara a grande imprensa do país. Principalmente a imprensa de espírito conservador e oficialista. O O Jornal, pela orientação de Renato Lopes (que fora o diretor do Jornal do Comércio da tarde e se desentendera com Felix Pacheco), visava criar um novo tipo de imprensa livre, com a colaboração de intelectuais e jornalistas profissionais (como Miguel Osório de Almeida, Manoel Antônio Costa, Carlos Delgado de Carvalho, Vladimir Bernardes, eu próprio e outros) e com homens públicos como Arrojado Lisboa ou João Lopes, inclusive um positivista militante Bertino de Miranda. O volume, projetado por Vicente Licínio Cardoso, nessa atmosfera de debates em torno do problema da "civilização brasileira" e do papel da República, que ia então comemorar 35 anos de existência, era visivelmente fruto dessa atmosfera cultural, de visão histórica na-

cional, que o centenário de 1922 promoveria. Penso ser essa a razão do livro e da escolha de seus colaboradores, pessoalmente convidados por esse jovem professor de ideias largas, de ideias especialmente aos problemas de estética, mas também profundamente interessado pelos problemas políticos sob um prisma mais amplo. Vicente Licínio Cardoso não sobreviveu por muitos anos ao ajuntamento desse notável cultural por ele próprio promovido. Morreu moço e até de modo trágico, pois se suicidou, não driblando uma obra à altura do seu talento e de sua grande hombridade moral.

São essas, meu caro amigo e confrade ilustre as informações que posso, de momento, prestar, a respeito da publicação desse volume cujo prefácio muito me honra.

Creio pelos termos tão honrosos de sua recordada carta, pois fácil é sua disposição para qualquer outra informação, que possa prestar, a respeito desses anos de efervescência cívica e cultural de muita mocidade, entre 1929 e 1930.

Um abraço deste seu admirador e amigo grato

Alceu Amoroso Lima

Fundação [illegible]

A [illegible] da [illegible]

[illegible]

Prazo que r[illegible]
[illegible] devolvido
à Biblioteca

BIBLIOTECA DO
PENSAMENTO POLÍTICO
REPUBLICANO

1) *Bibliografia do Pensamento Político Republicano (1870-1930)*. Organização de Evelyne Maria Freire Mendes. Revisão [illegible] de Edson Nery da Fonseca.

2) *O Apostolado Positivista e a República* (Antologia). Organização e introdução de Antônio Paim.

3) *O Socialismo Brasileiro* (Antologia). Organização e introdução de Evaristo de Moraes Filho.

4) *A Igreja na República* (Antologia). Organização e introdução de Anna Maria Moog Rodrigues.

5) *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado* (Antologia). Organização e introdução de Antônio Paim.

6) *O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Seleção e introdução de Simon Schwartzman.

7) Annibal Freire — *O Poder Executivo na República Brasileira* (1916). 2.ª edição. Introdução de Alberto Venâncio Filho.

8) Vicente Licínio Cardoso (organizador) — *À Margem da História da República* (1924). 2.ª edição. Introdução de Alberto Venâncio Filho. 2 tomos.

9) Júlio Maria — *A Igreja e a República* (1900). 2.ª edição. Introdução de Anna Maria Moog Rodrigues.

10) [illegible] de Monte Arraes — *O Rio Grande do Sul e suas Instituições Governamentais* (1925). 2.ª edição. Introdução de Antônio Paim.

11) Azevedo Amaral — *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* (1938). 2.ª edição. Introdução de Bolívar Lamounier.

12) [illegible] — *Constituição Política do Rio Grande do Sul*. [illegible] (19[illegible]).